

# Síntese Execução Orçamental **2013**

*novembro*

## Síntese de Execução Orçamental

Publicação mensal

23 de dezembro de 2013

Elaborado com Informação disponível até 23 de dezembro

Direção-Geral do Orçamento

Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>

Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)



Síntese Global .....	3
2. Administração Central e Segurança Social .....	5
Despesa .....	7
Receita .....	9
2.1. Administração Central .....	11
Despesa .....	11
Receita .....	17
Saldo .....	22
2.2. Segurança Social .....	24
Despesa .....	24
Receita .....	25
Saldo .....	26
3. Administração Regional .....	28
Despesa .....	28
Receita .....	28
Saldo .....	29
4. Administração Local .....	31
Despesa .....	31
Receita .....	32
Saldo .....	32
5. Operações com ativos financeiros.....	34
6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental .....	35
Serviço Nacional de Saúde .....	35
Dívida não financeira das administrações públicas.....	37
Despesa/receita com tratamento diferenciado em contas nacionais .....	38

## Índice de quadros:

Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas.....	3
Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social .....	6
Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social .....	7
Quadro 4 - Despesa da Administração Central.....	11
Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central .....	13
Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central .....	13
Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central .....	13
Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral.....	14
Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral .....	15
Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central .....	15
Quadro 11 – Subsídios da Administração Central .....	16
Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central .....	17
Quadro 13 - Receita da Administração Central .....	18
Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado .....	19
Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal.....	21
Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações .....	23
Quadro 17– Execução orçamental da Segurança Social .....	27
Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional .....	30
Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios.....	33
Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros.....	34
Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros .....	35
Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde .....	36
Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais.....	38

## Índice de gráficos:

Gráfico 1 – Despesa da Administração Central.....	11
Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central .....	11
Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central.....	12
Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%).....	20
Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados.....	22
Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social .....	24
Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais.....	25
Gráfico 8 – Receita da Segurança Social .....	26
Gráfico 9 – Saldo Global da Segurança Social – valores acumulados .....	26
Gráfico 10 – Despesa efetiva RAA .....	28
Gráfico 11 – Despesa efetiva RAM .....	28
Gráfico 12 – Receita efetiva RAA .....	29
Gráfico 13 – Receita efetiva RAM .....	29
Gráfico 14 - Saldo Global da RAA.....	30
Gráfico 15 – Saldo Global da RAM.....	30
Gráfico 16 – Despesa Efetiva – Valores Acumulados.....	31
Gráfico 17 – Despesa Bens e Serviços e de Capital – Valores Acumulados .....	31
Gráfico 18 – Receita Efetiva – Valores Acumulados .....	32
Gráfico 19 – Receita Fiscal – Valores Acumulados.....	32
Gráfico 20 - Saldo Global dos Municípios .....	33
Gráfico 21 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período .....	37
Gráfico 22 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período.....	38

- O **défice provisório das administrações públicas**, relevante para efeitos de aferição do cumprimento do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF)<sup>1</sup>, ascendeu a € 7.757,3 milhões até novembro.

**Quadro 1 – Saldo Global das Administrações Públicas**

	€ Milhões					
	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	III trim. 2013	out. 2013	nov. 2013
<b>Limites do PAEF</b>	<b>-9.028</b>	<b>-1.900</b>	<b>-6.000</b>	<b>-7.300</b>		
<b>Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)</b>	<b>-7.134,6</b>	<b>-1.435,4</b>	<b>-4.058,0</b>	<b>-5.414,6</b>	<b>-7.819,5</b>	<b>-9.261,4</b>
<b>Administração Central</b>	<b>-8.048,8</b>	<b>-1.469,4</b>	<b>-4.434,9</b>	<b>-5.008,0</b>	<b>-7.489,1</b>	<b>-8.753,5</b>
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.443,1	-7.717,6	-8.675,6
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	1.019,0	867,7	627,4
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-583,8	-639,3	-705,4
<b>Administração Regional</b>	<b>-266,0</b>	<b>3,7</b>	<b>7,4</b>	<b>-722,5</b>	<b>-713,5</b>	<b>-759,9</b>
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-719,6	-747,4	-795,2
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-2,9	33,9	35,2
<b>Administração Local</b>	<b>748,7</b>	<b>-104,4</b>	<b>-48,5</b>	<b>-111,6</b>	<b>-167,3</b>	<b>-184,0</b>
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-107,7	-157,4	-163,6
<b>Segurança Social</b>	<b>431,5</b>	<b>134,7</b>	<b>418,1</b>	<b>427,5</b>	<b>550,5</b>	<b>436,0</b>
<b>Ajustamentos PAEF</b>						
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-13,3	-18,4	-24,9
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			10,5	237,8	322,4
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	359,4	388,4	403,1
RAM - regularização de dívidas				804,4	850,2	851,5
<b>Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)</b>	<b>-8.498,6</b>	<b>-1.351,0</b>	<b>-3.845,4</b>	<b>-4.301,6</b>	<b>-6.409,6</b>	<b>-7.757,3</b>
<b>Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)</b>	<b>529,4</b>	<b>549,0</b>	<b>2.154,6</b>	<b>2.998,4</b>		

**Nota:**

Valores atualizados com informação disponível até à presente data.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

- O saldo global da **Administração Central e da Segurança Social** observado até novembro ascendeu a € -8.317,5 milhões (€ -7.168,8 milhões, em 2012), enquanto o saldo primário se situou em € -1.033,7 milhões (€ 269,2 milhões, em 2012).

Na ausência de alguns efeitos que influenciam a comparabilidade entre 2012 e 2013<sup>2</sup>, observar-se-ia uma melhoria de € 421,5 milhões no saldo global e de € 267,2 milhões no saldo primário, que resultam de uma taxa de crescimento ajustada da receita (8,2%) superior à da despesa (6,4%).

<sup>1</sup> Para efeitos de apuramento do saldo nos termos dos critérios PAEF são excluídas algumas operações, com destaque para os montantes relativos à regularização de dívidas no âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira (€ 851,5 milhões), do Programa de Assistência à Administração Local (€ 403,1 milhões) e do plano de pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (€ 322,4 milhões), na despesa, e a incorporação do fundo de pensões do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (€ 48,1 milhões), na Caixa Geral de Aposentações, I.P., na receita.

<sup>2</sup> Situações excecionais elencadas no Quadro 3.

- O saldo da **Administração Central** evidencia um agravamento de € 1.469,5 milhões e o saldo primário de € 1.623,8 milhões. A receita cresceu 4,3% e a despesa aumentou 6,5%. Na ausência dos efeitos de carácter extraordinário identificados no quadro 3, observa-se uma melhoria do saldo global de € 100,6 milhões (€ - 8.931,7 milhões, em 2012 e € -8.831,1 milhões, em 2013) e um agravamento do saldo primário de € 53,7 milhões (€ -1.495,8 milhões, em 2012 e € -1.594,5 milhões, em 2013). Em termos comparáveis, a receita teria crescido 11,1%, devido à evolução favorável da receita fiscal e das contribuições e quotizações para a CGA. Por sua vez, a despesa teria aumentado 8,9%, em resultado do impacto do pagamento da reposição de subsídios nas despesas com pensões e outros abonos da CGA e nas despesas com pessoal bem como do aumento das transferências para a Segurança Social.
- O saldo global do subsetor da **Segurança Social** foi de € 436 milhões acumulados até novembro, o que representa um aumento de € 320,8 milhões face ao mesmo período do ano transato. A evolução da receita (8% relativamente ao homólogo) é justificada em grande medida, à semelhança dos meses anteriores, pelo contributo das transferências do Orçamento de Estado (6,2 p.p.). Do lado da despesa, regista-se um crescimento de 6,6%, sendo a evolução das prestações sociais (5,9 p.p.) que está na base deste efeito, por via do aumento da despesa com pensões e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego e ainda do acréscimo de 13,2% proveniente da despesa com ações de formação profissional (0,7 p.p.).
- O saldo global do subsetor da **Administração Regional e Local** registou um défice de € 943,9 milhões (- €184 milhões na Administração Local e -€ 759,9 milhões na Administração Regional). Excluindo o efeito da regularização de dívidas a fornecedores, no âmbito do PAEL e do empréstimo contraído pela RAM para o efeito, apurou-se um excedente orçamental de € 330,8 milhões para o total do subsetor (€ 580,5 milhões em igual período de 2012).



- Os saldos global e primário da Administração Central e da Segurança Social até novembro de 2013 ascenderam a € -8.317,5 milhões e € -1.033,7 milhões, respetivamente.

A comparabilidade entre os resultados da execução orçamental de 2013 face ao ano precedente é determinada pelos seguintes efeitos *one-off* (ver quadro 3): *i*) A contabilização, em 2012, da receita associada à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito e do fundo de pensões do BPN (€ 2.783,9 milhões); *ii*) A receita da venda dos direitos de utilização das frequências de 4.<sup>a</sup> geração em 2012 (€ 272 milhões); *iii*) a receita relativa à concessão de infraestruturas aeroportuárias, em 2013 (€ 400 milhões); e *iv*) O pagamento de dívidas de anos anteriores na área da saúde (€ 1.408,2 milhões em 2012 e € 322,4 milhões em 2013).

Para o período em análise, aqueles efeitos, tomados no seu conjunto, geraram um impacto líquido no saldo global de 2012 de € -1.647,7 milhões, em 2012, e de € -77,6 milhões, em 2013.

Excluídos estes fatores, o saldo global e primário ajustados teriam registado uma melhoria de € 421,5 milhões e de € 267,2 milhões; por sua vez, as taxas de variação homóloga da receita e despesa até novembro ter-se-iam situado em 8,2% e 6,4%, respetivamente. Procede-se, nos pontos subsequentes à análise da receita e despesa em termos ajustados, excluindo os referidos fatores.

## 2. Administração Central e Segurança Social

Quadro 2 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social

Período: janeiro a novembro										
	€ Milhões									
	2º Orçamento Retificativo 2013	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Grau de Execução acumulado (%)
		Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
<b>Receita corrente</b>	<b>65.777,0</b>	<b>4.715,6</b>	<b>53.627,4</b>	<b>5.373,3</b>	<b>57.914,3</b>	<b>13,9</b>	<b>8,0</b>	<b>7,4</b>	<b>8,7</b>	<b>88,0</b>
Receita fiscal	36.000,9	2.954,1	30.640,7	3.317,0	32.573,2	12,3	6,3	3,3	6,0	90,5
Impostos diretos	16.524,7	917,2	11.872,3	1.243,3	14.439,3	35,6	21,6	4,4	21,0	87,4
Impostos indiretos	19.476,2	2.036,9	18.768,4	2.073,7	18.133,9	1,8	-3,4	-1,1	-4,2	93,1
Contribuições de Segurança Social	18.521,2	1.290,1	15.168,9	1.585,0	16.441,0	22,9	8,4	2,2	9,8	88,8
Outras receitas correntes	11.254,9	471,3	7.817,7	471,3	8.900,1	0,0	13,8	1,9	16,6	79,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	6,1	60,7	5,5	59,5	-10,3	-1,8	0,0	24,4	72,3
<b>Receita de capital</b>	<b>2.404,3</b>	<b>68,1</b>	<b>4.091,0</b>	<b>112,1</b>	<b>1.606,3</b>	<b>64,6</b>	<b>-60,7</b>	<b>-4,3</b>	<b>-59,1</b>	<b>66,8</b>
Venda de bens de investimento	169,1	1,8	11,6	2,4	92,7	38,5	698,1	0,1	1.007,4	54,8
Transferências de Capital	1.577,8	80,7	3.631,4	109,9	968,2	36,2	-73,3	-4,6	-65,6	61,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,5	7,6	0,8	14,1	56,7	86,2	0,0	567,2	23,2
Outras receitas de capital	657,3	-14,4	448,0	-0,3	545,3	-97,8	21,7	0,2	-48,1	83,0
<b>Receita efetiva</b>	<b>68.181,3</b>	<b>4.783,7</b>	<b>57.718,4</b>	<b>5.485,4</b>	<b>59.520,6</b>	<b>14,7</b>	<b>3,1</b>		<b>2,7</b>	<b>87,3</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>73.594,8</b>	<b>5.014,9</b>	<b>61.355,6</b>	<b>6.690,3</b>	<b>65.113,5</b>	<b>33,4</b>	<b>6,1</b>	<b>5,8</b>	<b>5,9</b>	<b>88,5</b>
Consumo público	25.806,8	1.733,7	21.591,8	2.779,5	22.037,4	60,3	2,1	0,7	4,2	85,4
Despesas com o pessoal	12.808,2	968,2	10.610,5	1.699,3	11.818,5	75,5	11,4	1,9	9,0	92,3
Aquisição de bens e serviços e outras despesas corrente:	12.998,6	765,5	10.981,3	1.080,2	10.218,9	41,1	-6,9	-1,2	0,0	78,6
Subsídios	2.459,2	95,6	1.130,2	153,7	1.846,8	60,8	63,4	1,1	23,2	75,1
Juros e outros encargos	7.822,3	336,2	7.438,1	389,0	7.283,8	15,7	-2,1	-0,2	-1,4	93,1
Transferências correntes	37.506,6	2.849,4	31.195,5	3.368,1	33.945,6	18,2	8,8	4,2	7,8	90,5
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	137,6	1.768,8	161,8	1.978,7	17,6	11,9	0,3	17,7	91,0
<b>Despesa de capital</b>	<b>3.858,8</b>	<b>248,3</b>	<b>3.531,6</b>	<b>173,9</b>	<b>2.724,6</b>	<b>-30,0</b>	<b>-22,9</b>	<b>-1,2</b>	<b>-14,6</b>	<b>70,6</b>
Investimento	2.123,8	120,8	1.743,2	80,7	1.228,9	-33,2	-29,5	-0,8	-13,0	57,9
Transferências de capital	1.620,6	107,8	1.725,6	91,6	1.474,8	-15,1	-14,5	-0,4	-19,6	91,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	49,9	1.169,5	36,1	914,5	-27,6	-21,8	-0,4	-24,9	93,5
Outras despesas de capital	114,5	19,6	62,9	1,6	20,8	-91,9	-66,8	-0,1	81,3	18,2
<b>Despesa efetiva</b>	<b>77.453,6</b>	<b>5.263,2</b>	<b>64.887,2</b>	<b>6.864,2</b>	<b>67.838,0</b>	<b>30,4</b>	<b>4,5</b>		<b>4,7</b>	<b>87,6</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-9.272,4</b>	<b>-479,6</b>	<b>-7.168,8</b>	<b>-1.378,8</b>	<b>-8.317,5</b>					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-0,5	-63,2	-6,5	-24,9					
Transferência adicional para o SNS		0,0	1.408,2	84,6	322,4					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
<b>Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)</b>	<b>-9.408,7</b>	<b>-480,1</b>	<b>-8.607,8</b>	<b>-1.300,7</b>	<b>-8.068,0</b>					
Despesa primária	69.631,4	4.927,0	57.449,2	6.475,2	60.554,3	31,4	5,4			87,0
Saldo corrente	-7.817,8	-299,3	-7.728,2	-1.317,0	-7.199,2					
Saldo de capital	-1.454,6	-180,2	559,4	-61,8	-1.118,3					
Saldo primário	-1.450,1	-143,3	269,2	-989,8	-1.033,7					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	19.253,0	73,9	11.287,9	482,4	5.022,9	553,1	-55,5			26,1
<i>das quais Receitas de:</i>										
Alienação de partes de Capital	1.380,0	0,0	160,0	39,8	39,8	-	-75,1			2,9
Passivos financeiros líquidos de amortizações	27.053,0	2.834,8	24.192,5	5.783,6	27.080,3	104,0	11,9			100,1

Fonte: Ministério das Finanças e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social



## 2. Administração Central e Segurança Social

**Quadro 3 - Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social e ajustamentos para comparabilidade**

Período: janeiro a novembro										€ Milhões			
	Execução real				Ajustamentos 2012			Ajustamentos 2013		Execução ajustada			
	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)	Fundos Pensões	Licenças 4G	Dívidas SNS	Dívidas SNS	Concessões ANA	2012	2013	Vha (%)	Contrib. VH (pp)
Receita	57.718,4	59.520,6	3,1	3,1	-2.783,9	-272,0			-400,0	54.662,5	59.120,6	8,2	8,2
Receita fiscal	30.640,7	32.573,2	6,3	3,3						30.640,7	32.573,2	6,3	3,5
Impostos diretos	11.872,3	14.439,3	21,6	4,4						11.872,3	14.439,3	21,6	4,7
Impostos indiretos	18.768,4	18.133,9	-3,4	-1,1						18.768,4	18.133,9	-3,4	-1,2
Contrib. Segurança Social, CGA e ADSE	15.168,9	16.441,0	8,4	2,2						15.168,9	16.441,0	8,4	2,3
Receita não fiscal	11.908,7	10.506,4	-11,8	-2,4	-2.783,9	-272,0			-400,0	8.852,8	10.106,4	14,2	2,3
Despesa	64.887,2	67.838,0	4,5	4,5			-1.408,2	-322,4		63.479,0	67.515,6	6,4	6,4
Despesa corrente	61.355,6	65.113,5	6,1	5,8			-1.408,2	-322,4		59.947,4	64.791,1	8,1	7,6
Despesa corrente primária	53.917,5	57.829,7	7,3	6,0			-1.408,2	-322,4		52.509,4	57.507,3	9,5	7,9
da qual:													
Despesas com o pessoal	10.610,5	11.818,5	11,4	1,9						10.610,5	11.818,5	11,4	1,9
Aqu. bens serviços e outras desp. correntes	10.981,3	10.218,9	-6,9	-1,2			-1.408,2	-322,4		9.573,1	9.896,5	3,4	0,5
Transferências correntes	31.195,5	33.945,6	8,8	4,2						31.195,5	33.945,6	8,8	4,3
Subsídios	1.130,2	1.846,8	63,4	1,1						1.130,2	1.846,8	63,4	1,1
Juros e outros encargos	7.438,1	7.283,8	-2,1	-0,2						7.438,1	7.283,8	-2,1	-0,2
Despesa de capital	3.531,6	2.724,6	-22,9	-1,2						3.531,6	2.724,6	-22,9	-1,3
Saldo global	-7.168,8	-8.317,5			-2.783,9	-272,0	1.408,2	322,4	-400,0	-8.816,5	-8.395,1		
Despesa primária	57.449,2	60.554,3	5,4	4,8	0,0	0,0	-1.408,2	-322,4	0,0	56.041,0	60.231,9	7,5	6,6
Saldo primário	269,2	-1.033,7			-2.783,9	-272,0	1.408,2	322,4	-400,0	-1.378,5	-1.111,3		

Fonte: Ministério das Finanças

### DESPESA

- A **despesa da Administração Central e da Segurança Social**<sup>3</sup> e a despesa primária cresceram 6,4% e 7,5% em termos homólogos, respetivamente. O acréscimo, face ao período precedente, da taxa de variação da despesa primária deveu-se à aceleração das despesas com pessoal e das transferências correntes, o que é influenciado pelo pagamento, em novembro, do subsídio de férias aos trabalhadores públicos no ativo e do 14.º mês aos pensionistas da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA), nos termos da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho<sup>4</sup>.
- As **despesas com o pessoal** aumentaram 11,4% em termos homólogos acumulados, o que é justificado sobretudo pelo pagamento, em 2013, dos subsídios de férias e de Natal (que, por força da Lei do Orçamento do Estado para 2012, havia sido suspenso nesse ano) e pela atualização dos encargos das entidades empregadoras públicas com a CGA e com a Segurança Social.
- A **despesa com bens e serviços e as outras despesas correntes**<sup>3</sup> cresceu 3,4% (1,1% até outubro), evolução que é determinada pelo aumento, mais pronunciado, da despesa com os estabelecimentos de saúde e com os contratos-programa estabelecidos com as unidades de saúde pertencentes ao Setor Empresarial do Estado.

<sup>3</sup> A presente análise tem por referência a despesa ajustada de efeitos excecionais identificados no quadro 3.

<sup>4</sup> "Regula a reposição, em 2013, do subsídio de férias para os trabalhadores públicos, aposentados, reformados e demais pensionistas".

## 2. Administração Central e Segurança Social

- A redução da despesa com **juros e outros encargos** (-2,1% até novembro) foi menos acentuada por comparação com a observada até outubro (-2,9%), sobretudo devido ao comportamento da componente que respeita à dívida direta do Estado (-0,5% até novembro e -1,4% até outubro). A queda menos pronunciada é justificada pelo aumento dos encargos financeiros com contratos de derivados de taxa de juro, bem como pelo aumento das comissões associadas aos empréstimos contraídos junto do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF).

A despesa associada aos encargos financeiros suportados pelas entidades públicas reclassificadas manteve sensivelmente o comportamento verificado no mês precedente (-11,6% até novembro que compara com -11,9% até outubro), sobretudo pelo efeito das liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro, em 2013.

- O aumento da taxa de variação homóloga acumulada das **transferências correntes** em novembro (8,8%, que compara com 7,9% até outubro) foi essencialmente atribuível ao pagamento do 14.º mês aos beneficiários do sistema de pensões gerido pela CGA.

Para o período em análise, o crescimento das transferências correntes resultou do impacto associado ao pagamento dos 13.º e 14.º meses (que, em 2012, se encontrava suspenso) nos encargos com pensões e abonos aos beneficiários do regime geral de segurança social e da CGA (crescimento de 10,1% e de 15,8%, respetivamente). De salientar, ainda, a pressão associada à evolução dos encargos com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego, continuando a observar-se, no entanto, uma trajetória descendente da respetiva taxa de crescimento (aumento de 6,5% até novembro, que compara com 8,4% até outubro).

Por último, de referir que o crescimento das transferências correntes resultou ainda da diferente repartição, face a 2012, entre natureza corrente e de capital das verbas transferidas a título do Fundo de Estabilização Financeira, ao abrigo da Lei de Finanças Locais, sem que, por esta via, tenha ocorrido um aumento de despesa.

- A despesa com **subsídios** manteve um comportamento estável (63,4%, que compara com 63,6% até outubro), sendo que o crescimento desta rubrica de despesa é influenciado, em maior medida, pelo aumento da despesa da Segurança Social com ações de formação profissional financiadas pelo Fundo Social Europeu<sup>5</sup> e, embora em menor grau, pelo aumento dos apoios concedidos pelo Instituto de Emprego e de Formação Profissional, I.P..
- A despesa de **investimento** manteve o comportamento do mês precedente (-29,5% até novembro, que compara com -29,2% até outubro), sendo que o decréscimo observado se encontra associado à redução do investimento realizado pela Parque Escolar, E.P.E. - face à suspensão e redução do ritmo dos projetos de investimento na rede escolar pública – e pela REFER.
- A redução registada nas **transferências de capital** (que se manteve em 14,5%) é justificada pelas transferências de capital para a Administração Local a título de Fundo de Estabilização Financeira, ao abrigo da Lei de Finanças Locais, que se relaciona com o aumento das transferências de natureza corrente, como referido anteriormente.

<sup>5</sup> Estes encargos foram, em parte, reclassificados para esta rubrica de despesa. Por recomendação do Tribunal de Contas, as verbas afetas pela Segurança Social a outros subsectores das administrações públicas para a prossecução de ações de formação profissional passaram, em 2013, a ser contabilizadas em subsídios quando, em 2012, eram registadas em transferências.



### RECEITA

- A **receita** da Administração Central e da Segurança Social<sup>6</sup> cresceu 8,2% (7,5% até outubro). Esta melhoria é justificada, na parte mais expressiva, pelo comportamento da receita fiscal.
- A **receita fiscal**<sup>7</sup> cresceu 6,3%, (5,7% até outubro), evolução que é atribuível, por um lado, à manutenção do perfil de forte crescimento dos impostos diretos e, por outro, à recuperação da receita dos impostos indiretos.
- A receita de **impostos diretos** manteve a tendência de crescimento observada no mês precedente (21,6% até novembro, que compara com 20,5% até outubro).

Com efeito, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) cresceu 30,9% (29,9% até outubro), em grande medida, por via do maior volume de retenções na fonte - sobre os rendimentos empresariais e profissionais, por um lado, e sobre os rendimentos prediais, por outro -, bem como do reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por entidades empregadoras.

Por sua vez, a receita do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) cresceu 9,2% (9,3% até outubro), tendo contribuído para esta evolução, entre outros fatores, o crescimento expressivo das retenções na fonte sobre os rendimentos prediais.

- A melhoria da taxa de variação da receita dos **impostos indiretos** em 0,6 p.p. decorreu da recuperação da receita da generalidade dos impostos indiretos.

A este propósito, é de salientar que, quer a cobrança voluntária mensal do IVA relativo a operações domésticas, quer a receita mensal do IVA aduaneiro, evidenciaram aumentos em termos homólogos. Este resultado é atribuível à recuperação da atividade económica e ao combate à evasão fiscal e à economia paralela.

Tendo em conta o respetivo peso no conjunto dos impostos indiretos, é de referir, ainda, a evolução favorável da receita do Imposto sobre Veículos (-3,8%, que compara com -7,8% até outubro) e do Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (-1,9%, que compara com -2,4% até outubro).

- A **receita de contribuições** dos sistemas de segurança social cresceu 8,4% (7% até outubro), evolução determinada, em maior medida, pelas contribuições para a CGA (37,4%, que compara com 34,1% até outubro) e para os subsistemas públicos de saúde (13,3%, que compara com 3,6% até outubro), em resultado sobretudo do acréscimo de receita por efeito do pagamento do subsídio de férias em novembro.

Por sua vez, a receita da Segurança Social proveniente de contribuições registou, igualmente, uma evolução favorável (1,7%, que compara com 1,1% até outubro), sendo de salientar que a receita desta natureza tem vindo a registar uma variação homóloga positiva desde maio.

<sup>6</sup> A presente análise tem por referência a receita ajustada de efeitos excecionais identificados no quadro 3.

<sup>7</sup> Inclui já receitas fiscais cobradas ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Dívidas Fiscais (RERD), nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro.



## 2. Administração Central e Segurança Social

---

- A **receita não fiscal** cresceu 14,2% (14,5% até outubro), resultado que é justificado sobretudo pelo aumento de dividendos do Banco de Portugal, dos juros de obrigações de capital contingente (*Coco bonds*) e da receita da Segurança Social proveniente do Fundo Social Europeu. A ligeira desaceleração observada face ao mês precedente decorreu sobretudo da diluição dos dois primeiros efeitos referidos, uma vez que a receita daquela natureza atingiu o pico em maio e julho, respetivamente.

### DESPESA

A variação da **despesa consolidada da administração central**, em termos homólogos acumulados, situa-se em 6,5% (3,6% até outubro), evolução explicada pelas transferências e despesas com pessoal. A aceleração da despesa em novembro (em 2,9 p.p. face a outubro) resulta, em grande medida, do pagamento do subsídio de férias aos trabalhadores do setor público e do 14.º mês aos aposentados e pensionistas da CGA.

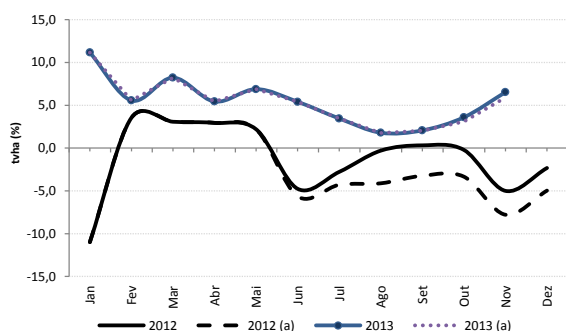
**Quadro 4 - Despesa da Administração Central**

(Período: janeiro a novembro)				€ Milhões	
Natureza da Despesa	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
Despesas com o pessoal	10.380,3	11.567,8	5,0	11,4	2,3
Aquisição de bens e serviços	10.121,0	9.367,6	-9,9	-7,4	-1,5
Juros e outros encargos	7.435,9	7.281,6	-2,9	-2,1	-0,3
Transferências	20.399,8	23.955,8	15,9	17,4	6,9
Subsídios	563,6	641,5	11,6	13,8	0,2
Investimento	1.723,0	1.218,3	-29,1	-29,3	-1,0
Outras despesas	760,4	707,3	-21,4	-7,0	-0,1
<b>Despesa primária</b>	<b>43.948,2</b>	<b>47.458,2</b>	<b>4,7</b>	<b>8,0</b>	<b>6,8</b>
<b>Despesa efectiva</b>	<b>51.384,2</b>	<b>54.739,9</b>	<b>3,6</b>	<b>6,5</b>	<b>6,5</b>

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

**Nota:** A Despesa inclui a totalidade da execução orçamental do Ministério da Defesa Nacional (subsetor Estado) de novembro de 2013, apesar de parte da mesma não ter sido transposta para o sistema central de gestão da informação orçamental (€ 57,4 milhões).

**Gráfico 1 – Despesa da Administração Central**



**Nota:**

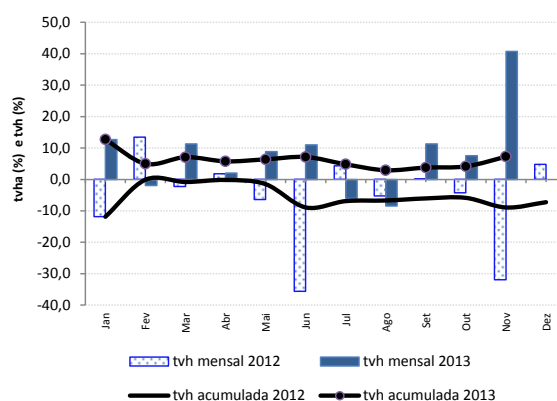
**2012** - Exclui, para efeitos de comparabilidade, as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) na Administração Central.

**2012 (a)** - Exclui, além das EPR, os pagamentos do SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

**2013 (a)** - Exclui os montantes de regularização de dívidas de anos anteriores do SNS.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

**Gráfico 2 - Despesa primária da Administração Central**



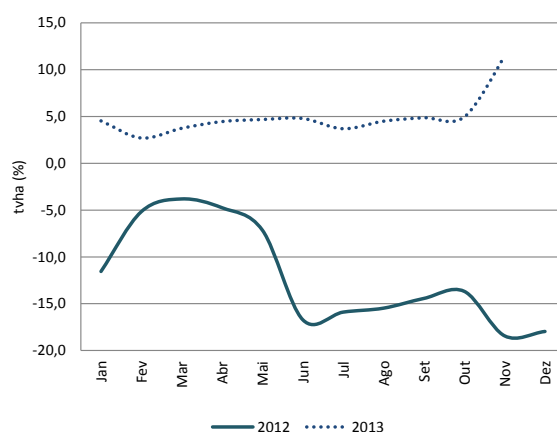
## 2.1. Administração Central

- As **despesas com pessoal** evidenciam um crescimento de 11,4% (que compara com 5% no mês anterior) explicado sobretudo pelo pagamento do subsídio de férias e do duodécimo do subsídio de Natal bem como pela atualização dos encargos das entidades empregadoras com a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e a Segurança Social (SS)<sup>8</sup>. A aceleração do total da despesa com o pessoal (6,5 p.p.) é resultado do pagamento em novembro do subsídio de férias<sup>9</sup>, sendo que o mesmo tem impactos diferenciados nos programas.

Os Programas Finanças e Administração Pública<sup>10</sup> e Segurança Interna têm vindo a destacar-se apresentando um crescimento homólogo mais elevado devido a condicionalismos específicos, que no caso da Segurança Interna decorrem da regularização de reposicionamentos remuneratórios<sup>11</sup>.

No caso de não serem considerados os efeitos da reposição dos subsídios e do aumento da contribuição patronal das entidades para os sistemas de previdência social referidos, as despesas com o pessoal registariam um decréscimo de 3,8 %.

**Gráfico 3 - Despesa com o pessoal da Administração Central**



**Nota:** A variação homóloga de 2012 é apurada em termos comparáveis (sem EPR)  
**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

<sup>8</sup> Alteração da contribuição das entidades empregadoras que passou de 15% para 20%, no caso da CGA e, no caso dos trabalhadores que exercem funções públicas que descontam para a SS, passou de 22,3% para 23,75%, ou de 17,2% para 18,6%, consoante o tipo de vínculo, nos termos dos artigos 79º e 116º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

<sup>9</sup> Em novembro foi pago o subsídio de férias aos trabalhadores do setor público, de acordo com a Lei n.º39/2013 de 21 de junho, que regula a reposição do subsídio de férias.

<sup>10</sup> Relativamente às Finanças e Administração Pública, a evolução prende-se com o facto da PARVALOREM e da PARUPS integrarem efetivamente a execução orçamental da Administração Central em 2013. A situação de ausência de reporte por parte das PAR em 2012 é atribuível a dificuldades de compatibilização dos procedimentos contabilísticos destas entidades empresariais com a contabilidade orçamental.

<sup>11</sup> Nos termos dos n.ºs 18 e 19 do art.º 35 da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro – Lei do Orçamento do Estado para 2013.

Quadro 5 – Despesa com o pessoal da Administração Central

(Período: janeiro a novembro)					€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
<b>Total</b>	<b>10.380,3</b>	<b>11.567,8</b>	<b>5,0</b>	<b>11,4</b>	
<i>Dos quais:</i>					
Segurança Interna	1.260,5	1.491,6	11,1	18,3	2,2
Ciência e Ensino Superior	994,6	1.144,4	8,0	15,1	1,4
Justiça	807,8	937,3	6,9	16,0	1,2
Defesa	1.048,2	1.172,3	6,8	11,8	1,2
Saúde	820,4	911,7	5,0	11,1	0,9
Finanças e Administração Pública	414,1	487,7	10,4	17,8	0,7

**Nota:** A execução observada no programa Finanças e Administração Pública reflete a inclusão das PAR em 2013.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com a **aquisição de bens e serviços** decresce, em termos homólogos acumulados, 7,4%, influenciada pelo efeito associado ao plano de regularização de dívidas de anos anteriores pelo Serviço Nacional de Saúde, no âmbito do qual foram pagos € 1.408,2 milhões e €322,4 milhões até novembro de 2012 e de 2013, respetivamente. Na ausência deste efeito, a despesa teria uma variação homóloga positiva de 3,8% (3,3% até outubro), justificado sobretudo pela intensificação do acréscimo dos adiantamentos dos contratos-programa das EPE da área da saúde.

Quadro 6 - Despesa com aquisição de bens e serviços da Administração Central

(Período: janeiro a novembro)					€ Milhões
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
<b>Saúde</b>	<b>6.181,2</b>	<b>6.519,9</b>	<b>4,8</b>	<b>5,5</b>	<b>3,3</b>
das quais: Despesas saúde do SNS	6.099,5	6.452,9	5,1	5,8	3,5
<b>Finanças</b>	<b>574,4</b>	<b>611,1</b>	<b>8,9</b>	<b>6,4</b>	<b>0,4</b>
das quais: Autoridade Tributária e Aduaneira	105,1	127,7	33,7	21,5	0,2
<b>Segurança Interna</b>	<b>214,0</b>	<b>230,5</b>	<b>0,5</b>	<b>7,7</b>	<b>0,2</b>
das quais: Autoridade Nacional de Proteção Civil	33,9	41,0	-25,8	21,1	0,1
<b>Economia</b>	<b>349,2</b>	<b>356,5</b>	<b>-1,2</b>	<b>2,1</b>	<b>0,1</b>
das quais:					
Metro do Porto	69,3	68,7	-13,0	-0,9	0,0
Estradas de Portugal	79,2	92,8	12,9	17,2	0,1
<b>Defesa</b>	<b>330,9</b>	<b>336,6</b>	<b>-0,4</b>	<b>1,7</b>	<b>0,1</b>
das quais: Lei de Programação Militar	85,7	96,7	8,2	12,8	0,1
<b>Justiça</b>	<b>235,2</b>	<b>195,8</b>	<b>-17,0</b>	<b>-16,8</b>	<b>-0,4</b>
das quais: Instituto dos Registos e Notariado	40,1	17,8	-54,8	-55,7	-0,2
<b>Outros</b>	<b>827,9</b>	<b>794,8</b>	<b>-1,9</b>	<b>-4,0</b>	<b>-0,3</b>
<b>Saúde - SNS - Plano de regularização de dívidas de anos anteriores</b>	<b>1.408,2</b>	<b>322,4</b>	<b>-83,1</b>	<b>-77,1</b>	<b>-10,7</b>
<b>Total</b>	<b>10.121,0</b>	<b>9.367,6</b>	<b>-9,9</b>	<b>-7,4</b>	

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

- A despesa com **juros e outros encargos** da administração central registou em termos acumulados um decréscimo de 2,1 % (-2,9% até outubro), assente sobretudo na despesa das EPR. O menor decréscimo que

## 2.1. Administração Central

no mês anterior, em 0,8 p.p., é justificado pela despesa com juros e outros encargos da dívida direta do Estado.

**Quadro 7 - Despesa com juros e outros encargos da Administração Central**

(Período: janeiro a novembro)		Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro
		2012	2013	outubro	novembro	
<b>Juros e Outros Encargos da Administração Central</b>		<b>7.435,9</b>	<b>7.281,6</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,1</b>	
Juros e outros encargos da Dívida Pública		6.748,2	6.717,3	-1,4	-0,5	-0,4
Juros e encargos financeiros suportados pelas EPR		625,5	553,2	-11,9	-11,6	-1,0
Outros		62,2	11,2	-83,1	-82,0	-0,7

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A despesa acumulada com juros e encargos da Dívida Pública apresenta um decréscimo acumulado de 1,8% (quadro 8) o que reflete uma desaceleração do ritmo de redução em 1,1 p.p. face a outubro.

**Quadro 8 – Encargos da dívida direta do Estado por instrumento – Evolução mensal e trimestral**

	2012							2013					Tvha jan-nov (%)	Contributo tvha jan-nov (em p.p.)
	I Trim	II Trim	III Trim	out	nov	dez	Total 2012	I Trim	II Trim	III Trim	out	nov		
<b>Juros da dívida pública</b>	<b>663</b>	<b>3.119</b>	<b>1.334</b>	<b>1.535</b>	<b>244</b>	<b>124</b>	<b>7.019</b>	<b>716</b>	<b>2.785</b>	<b>1.125</b>	<b>1.872</b>	<b>294</b>	<b>-1,5</b>	<b>-1,5</b>
Bilhetes do Tesouro	308	74	86	13	13	78	572	179	127	60	100	5	-4,7	-0,3
Obrigações do Tesouro	252	2.378	529	1.497	0	0	4.656	225	1.924	310	1.689	3	-10,9	-7,2
Empréstimos PAEF	78	450	343	0	209	0	1.080	369	594	452	51	224	56,5	8,7
Certificados de Aforro e do Tesouro	88	78	67	23	19	29	303	83	81	81	29	26	9,1	0,4
CEDIC / CEDIM	18	12	14	6	3	5	57	8	9	7	7	2	-38,3	-0,3
Outros	-80	128	294	-4	0	12	350	-148	50	215	-4	35	-56,2	-2,7
<b>Comissões</b>	<b>23</b>	<b>44</b>	<b>24</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>11</b>	<b>115</b>	<b>13</b>	<b>37</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>27</b>	<b>-19,0</b>	<b>-0,3</b>
Empréstimos PAEF	19	40	19	4	5	4	91	6	25	0	0	24	-36,1	-0,4
Outros	4	4	5	2	2	7	24	7	12	6	1	3	72,4	0,2
<b>Juros e outros encargos pagos</b>	<b>686</b>	<b>3.164</b>	<b>1.358</b>	<b>1.541</b>	<b>250</b>	<b>135</b>	<b>7.134</b>	<b>729</b>	<b>2.821</b>	<b>1.131</b>	<b>1.872</b>	<b>321</b>	<b>-1,8</b>	<b>-1,8</b>
<b>Tvh (%)</b>								<b>6,3</b>	<b>-10,8</b>	<b>-16,7</b>	<b>21,5</b>	<b>28,4</b>		
Por memória:														
<b>Juros recebidos de aplicações</b>	<b>-88</b>	<b>-93</b>	<b>-56</b>	<b>-15</b>	<b>-19</b>	<b>-15</b>	<b>-285</b>	<b>-46</b>	<b>-53</b>	<b>-36</b>	<b>-10</b>	<b>-12</b>	<b>-42,0</b>	
<b>Juros e outros encargos líquidos</b>	<b>597</b>	<b>3.071</b>	<b>1.302</b>	<b>1.526</b>	<b>231</b>	<b>120</b>	<b>6.849</b>	<b>683</b>	<b>2.768</b>	<b>1.095</b>	<b>1.862</b>	<b>309</b>	<b>-0,2</b>	
<b>Tvh (%)</b>								<b>14,4</b>	<b>-9,9</b>	<b>-15,9</b>	<b>22,0</b>	<b>33,7</b>		
Stock dívida direta do Estado	180.009	186.994	189.671	193.455	197.157	194.466	194.466	199.627	206.648	203.813	204.062	209.803		

**Nota:** Os valores constantes deste quadro para cada mês/trimestre traduzem os pagamentos efetivos realizados nesse período, enquanto o quadro 7 "Despesa com juros e outros encargos da Administração Central" e anexo 5 "Execução Orçamental do Estado" evidencia as verbas disponibilizadas pelo OE para o período respetivo. No total do ano, os valores apresentados em ambos os quadros são idênticos.

nd – não disponível

Fonte: Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E

Os **juros e encargos financeiros suportados pelas EPR** evidenciam um decréscimo homólogo acumulado de 11,6% (decrécimo de 11,9% até novembro), determinado sobretudo pelas entidades do setor dos transportes, refletindo a redução de encargos financeiros na sequência de liquidações antecipadas de contratos de derivados de taxa de juro em 2013 bem como a execução inferior pelas entidades do sector de gestão de infraestruturas, sobretudo a Estradas de Portugal, S.A.



## 2.1. Administração Central

A desaceleração deste decréscimo (em 0,3 p.p.) resulta sobretudo do pagamento de juros do contrato de empréstimo da Metro do Porto S.A. junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), bem como da diluição do efeito base da amortização de empréstimo ao *DEPFA Bank* pela Rádio e Televisão Portuguesa – RTP.

**Quadro 9 – Encargos financeiros das EPR por setor de atividade – Evolução mensal e trimestral**

(Período: novembro)

	2012							Total 2012	2013					Tvha jan-nov (%)
	I Trim	II Trim	III Trim	IV Trim	out	nov	dez		I Trim	II Trim	III Trim	out	nov	
Transportes	16,3	128,5	77,0	148,9	28,2	3,0	117,7	370,6	155,7	-35,3	42,0	20,7	12,6	-22,7
Gestão de Infraestruturas	97,4	93,1	22,6	128,4	37,2	80,2	10,9	341,4	67,1	106,0	54,4	24,5	61,5	-5,1
Comunicação Social	5,2	2,2	1,9	1,3	0,1	0,1	1,0	10,6	1,0	0,9	0,9	0,1	0,1	-67,5
Cultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-99,7
Outros setores	1,6	16,6	0,7	263,7	13,5	0,0	250,2	282,6	1,4	25,9	0,3	12,0	1,3	26,1
Requalificação Urbana	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
<b>Total</b>	<b>120,5</b>	<b>240,4</b>	<b>102,2</b>	<b>542,5</b>	<b>79,0</b>	<b>83,4</b>	<b>380,1</b>	<b>1.005,6</b>	<b>225,2</b>	<b>97,5</b>	<b>97,6</b>	<b>57,3</b>	<b>75,5</b>	<b>-11,6</b>
<b>Tvh (%)</b>									<b>86,9</b>	<b>-10,6</b>	<b>-4,5</b>	<b>-27,5</b>	<b>-9,4</b>	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- As **transferências** apresentam um crescimento homólogo acumulado de 17,4%, justificado pelas transferências para a Segurança Social e pelos encargos com pensões e outros abonos da CGA., evidenciando uma aceleração face ao mês anterior (1,6 p.p.) em resultado do pagamento do 14º mês a aposentados e pensionistas da CGA.

**Quadro 10 - Transferências correntes e de capital da Administração Central**

(Período: janeiro a novembro)

(Período: janeiro a novembro)					€ Milhões
Transferências por natureza	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
Lei de Bases da Segurança Social	5.977,3	7.525,8	26,2	25,9	7,6
Pensões e Outros Abonos - CGA	7.330,0	8.504,4	11,4	16,0	5,8
Segurança Social - IVA Social	0,0	664,6	-	-	3,3
Contribuição financeira para a União Europeia	1.495,9	1.575,1	6,1	5,3	0,4
Lei de Finanças Regionais e Lei de Meios	500,6	555,9	7,4	11,0	0,3
Apoios do Instituto de Financiamento Agricultura e Pescas	633,0	668,1	5,5	5,5	0,2
Contribuições e Quotizações para Organizações Internacionais	65,0	80,4	23,4	23,7	0,1
Lei de Finanças Locais	1.955,1	1.953,1	-0,3	-0,1	0,0
Financiamento regime substitutivo dos bancários	479,5	470,9	-1,8	-1,8	0,0
Apoios da Fundação para a Ciência e Tecnologia	240,0	240,2	-0,6	0,1	0,0
Outros	1.702,2	1.642,6	-3,3	-3,5	-0,3
DGTF - Regul. Responsabilidades concessionárias (*)	21,2	0,0	-100,0	-100,0	-0,1
DGTF - Transferência rendimentos de títulos dívida Grega (*)	0,0	74,7	-	-	0,4
Total	20.399,8	23.955,8	15,9	17,4	

Nota: (\*) Situações excecionais

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

A evolução das transferências mantém a tendência de crescimento registada em meses anteriores resultante sobretudo da despesa com:

## 2.1. Administração Central

- As transferências no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social, associada à maior dotação no âmbito do Orçamento do Estado para 2013 em face de necessidades de equilíbrio, e a antecipação parcial de dotações em maio 2013 e ao reforço atribuído no âmbito do primeiro orçamento retificativo, verificando-se uma diluição desse efeito;

- Os encargos com pensões e outros abonos da CGA que, para além do pagamento dos duodécimos do 13.º mês e do aumento do número de aposentados e pensionistas, estão influenciados pela atualização das pensões dos deficientes das forças armadas, com efeitos retroativos desde 1 de janeiro de 2010. A aceleração destas despesas em novembro resulta do pagamento do 14.º mês aos aposentados e pensionistas da CGA<sup>12</sup>.

- A contribuição financeira para a União Europeia, justificado pela antecipação de duodécimos, ocorrido no 1º trimestre de 2013, na sequência de solicitações da Comissão Europeia.

Para a evolução das transferências continuam a contribuir as situações particulares no âmbito do orçamento de despesas excecionais do orçamento do Ministério das Finanças<sup>13</sup>, com especial destaque para a transferência relativa ao financiamento do programa de assistência financeira à Grécia, no montante de €74,7 milhões<sup>14</sup>.

- O aumento da despesa com **subsídios** em 13,8% resulta essencialmente das alterações de medidas de política de emprego e de formação profissional, sobretudo de apoio à contratação bem como de regras relativas ao pagamento dos apoios pelo IEFP. A intensificação do acréscimo em novembro reflete o maior volume de pagamentos decorrente da aprovação de candidaturas a medidas de apoio ao emprego cujos regulamentos foram alvo de alteração entre 2012 e 2013.

**Quadro 11 – Subsídios da Administração Central**

(Período: janeiro a novembro)			€ Milhões		
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
<b>Solidariedade, Emprego e Segurança Social</b>	<b>221,1</b>	<b>348,4</b>	<b>52,8</b>	<b>57,6</b>	<b>22,6</b>
dos quais: Instituto Emprego e Formação Profissional	196,7	324,9	59,1	65,2	22,7
<b>Agricultura e Mar</b>	<b>134,0</b>	<b>114,0</b>	<b>-16,6</b>	<b>-14,9</b>	<b>-3,5</b>
dos quais: Instituto Financiamento Agricultura e Pescas	133,9	114,0	-16,6	-14,9	-3,5
<b>Finanças</b>	<b>183,3</b>	<b>154,9</b>	<b>-13,7</b>	<b>-15,5</b>	<b>-5,1</b>
dos quais: Direção-Geral do Tesouro e Finanças	183,3	154,9	-13,6	-15,5	-5,0
<b>Outros</b>	<b>25,2</b>	<b>24,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>-3,6</b>	<b>-0,2</b>
<b>TOTAL</b>	<b>563,6</b>	<b>641,5</b>	<b>11,6</b>	<b>13,8</b>	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- A despesa de **investimento** apresenta uma redução de 29,3%, face ao período homólogo, influenciada sobretudo pela execução das EPR que mantém a evolução verificada em meses anteriores.

<sup>12</sup> Nos termos do artigo 3º da Lei n.º 39/2013, de 21 de junho.

<sup>13</sup> Capítulo 60 – Despesas excecionais – Orçamento específico no âmbito Ministério das Finanças, gerido pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

<sup>14</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2013, aprovada em 1 de agosto.

Esta tendência mantém como principal explicação a execução da Parque Escolar, E.P.E., que procedeu à suspensão e redução do ritmo das empreitadas do programa de modernização das escolas e do Metro do Porto.

A redução homóloga da despesa de investimento evidencia uma desaceleração marginal no seu ritmo, de 0,2 p.p., explicada sobretudo pelo acréscimo do nível de execução da Lei de Programação Militar.

**Quadro 12 - Despesa relativa a Investimentos da Administração Central**

(Período: janeiro a novembro)							€ Milhões	
	Execução Acumulada						Variação homóloga acumulada (%)	Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012			2013				
	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total	Fin. Nacional	Fundos Europeus	Total		
Total	1.245,2	477,8	1.723,0	1.065,7	152,5	1.218,3	-29,3	
Dos quais:								
Entidades Públicas Reclassificadas	877,7	386,9	1.264,6	805,3	113,7	919,1	-27,3	-20,1
Outros Setores	160,3	256,2	416,5	19,8	70,7	90,5	-78,3	-18,9
Transportes	22,7	16,8	39,6	9,7	0,9	10,6	-73,1	-1,7
Requalificação Urbana	0,1	0,3	0,4	3,3	5,8	9,1	2.434,0	0,5
Gestão de Infraestruturas	694,6	113,6	808,1	772,5	36,3	808,8	0,1	0,0
Administração Central excluindo EPR	367,5	91,0	458,5	260,4	38,8	299,2	-34,7	-9,2
Equip. Informático - DG de Estatísticas da Educ. e Ciência	21,3	30,2	51,5	0,0	2,2	2,2	-95,7	-2,9
Conservação e aquisição de edifícios - Serviço Nacional de Saúde	21,4	0,0	21,4	6,6	0,0	6,6	-69,0	-0,9
Melhoramentos fundiários - DG Agricultura e Desen. Rural	7,8	14,4	22,2	2,5	5,7	8,2	-62,9	-0,8
Lei de Programação Militar	98,3	0,0	98,3	87,5	0,0	87,5	-11,0	-0,6

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## RECEITA

- A receita consolidada da administração central apresenta, até novembro de 2013, um acréscimo de 4,3% face ao ano precedente, alicerçado no comportamento da receita fiscal da Administração Central (+9,1%), das contribuições para a CGA e ADSE (+31,2%) e dos rendimentos da propriedade (+97,2%). Em sentido contrário, destaca-se o decréscimo de cobrança das outras receitas (-47,8%), reiterando-se que a execução de 2012 se encontra influenciada pela receita extraordinária relativa à parte remanescente dos fundos de pensões das instituições de crédito (€ 2.783,9 milhões).

## 2.1. Administração Central

Quadro 13 - Receita da Administração Central

Período: janeiro a novembro

Natureza da Receita	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA
	2012	2013	outubro	novembro	novembro (em p.p.)
<b>Receita Fiscal</b>	<b>29.866,7</b>	<b>32.573,2</b>	<b>8,3</b>	<b>9,1</b>	<b>6,1</b>
Impostos Diretos	11.872,3	14.439,3	20,5	21,6	5,8
Impostos Indiretos	17.994,4	18.133,9	0,0	0,8	0,3
<b>Contribuições para a CGA e ADSE</b>	<b>3.452,8</b>	<b>4.531,3</b>	<b>27,4</b>	<b>31,2</b>	<b>2,4</b>
<b>Receita não fiscal</b>	<b>10.780,6</b>	<b>8.881,9</b>	<b>-19,1</b>	<b>-17,6</b>	<b>-4,3</b>
Taxas, multas e outras penalidades	2.063,3	2.159,6	4,5	4,7	0,2
Rendimentos de propriedade	588,5	1.160,5	134,0	97,2	1,3
Vendas de bens e serviços	1.364,7	1.434,8	-4,7	5,1	0,2
Transferências da União Europeia	1.478,8	1.366,5	-7,8	-7,6	-0,3
Outras receitas	5.285,4	2.760,4	-48,9	-47,8	-5,7
<b>Receita Efetiva</b>	<b>44.100,2</b>	<b>45.986,4</b>	<b>2,8</b>	<b>4,3</b>	

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Entre janeiro e novembro de 2013 a receita fiscal líquida acumulada do Estado cresceu 9,2%, face a igual período de 2012, superando o crescimento de 8,9% previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013, para o conjunto do ano. Este crescimento de 9,2% da receita fiscal líquida acumulada corresponde a um aumento de € 2.660,1 milhões, em termos homólogos, e representa uma melhoria de 0,8 p.p. relativamente à variação observada até outubro (por memória: 8,4%), reforçando a tendência de forte crescimento da receita fiscal verificada nos últimos meses.
- A receita fiscal líquida do mês de novembro aumentou 16,5%, face à receita mensal de novembro de 2012, o que representa um dos crescimentos mensais mais expressivos do ano de 2013<sup>15</sup>. Esta evolução resultou quer da manutenção do perfil de crescimento da receita líquida mensal dos impostos diretos, nomeadamente do IRS e do IRC, quer do aumento da receita líquida mensal de todos os impostos indiretos, com destaque para o IVA e ISV.

<sup>15</sup> Inclui já receitas fiscais cobradas ao abrigo do Regime Extraordinário de Regularização de Dívidas Fiscais (RERD), nos termos do Decreto-Lei n.º 151-A/2013, de 31 de outubro.

Quadro 14 - Receita fiscal do subsector Estado

Período: janeiro a novembro

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA
	2012	2013	outubro	novembro	novembro (em p.p.)
Impostos diretos	11.850,0	14.417,7	20,5	21,7	8,9
- IRS	8.104,9	10.612,4	29,9	30,9	8,7
- IRC	3.480,0	3.799,9	9,3	9,2	1,1
- Outros	265,1	5,4	-97,9	-98,0	-0,9
Impostos indiretos	17.050,7	17.149,1	-0,2	0,6	0,3
- ISP	1.966,3	1.927,0	-2,3	-2,0	-0,1
- IVA	11.897,6	12.063,2	0,4	1,4	0,6
- Imposto sobre veículos	331,7	319,2	-7,8	-3,8	0,0
- Imposto consumo tabaco	1.229,4	1.182,8	-3,7	-3,8	-0,2
- IABA	154,0	157,7	2,1	2,4	0,0
- Imposto do Selo	1.242,7	1.237,2	-1,0	-0,4	0,0
- Imposto Único de Circulação	180,4	221,0	23,1	22,5	0,1
- Outros	48,5	41,0	-9,5	-15,5	0,0
<b>Receita fiscal</b>	<b>28.900,7</b>	<b>31.566,8</b>	<b>8,4</b>	<b>9,2</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- A evolução de novembro determinou um crescimento de 21,7% da receita fiscal líquida acumulada dos impostos diretos até esse mês de 2013, face ao período homólogo de 2012, o que corresponde a uma recuperação de 1,2 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória: 20,5%).

Em novembro a receita líquida acumulada de IRS cresceu 30,9% face à receita acumulada deste imposto no período homólogo de 2012, superando o perfil de crescimento previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013. Entre os fatores que contribuíram para este desempenho destacou-se o crescimento de 12,6% das retenções na fonte sobre os rendimentos empresariais e profissionais, bem como o crescimento de 46,9% sobre os rendimentos prediais, em termos homólogos. Adicionalmente, refira-se o aumento da receita resultante diretamente do reforço do controlo sobre as retenções na fonte entregues por um universo de cerca de 400 mil empresas, através do cruzamento de dados recebidos mensalmente na Declaração Mensal de Remunerações (DMR)<sup>16</sup>.

Em novembro a receita líquida do IRC continuou a crescer face ao mês homólogo de 2012. Em consequência, a receita líquida acumulada deste imposto aumentou 9,2%, em termos homólogos, superando o crescimento de 4,7% previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013, para o conjunto do ano. Para esta evolução contribuiu, entre outros fatores, o crescimento expressivo das retenções na fonte sobre os rendimentos prediais que, em novembro, aumentaram 43,7%, em termos homólogos.

- Entre janeiro e novembro de 2013, e pela primeira vez em 2013, a receita líquida acumulada dos impostos indiretos superou o montante cobrado em igual período de 2012, apresentando um crescimento de 0,6%,

<sup>16</sup> A Declaração Mensal de Remunerações é obrigatória desde janeiro de 2013.

## 2.1. Administração Central

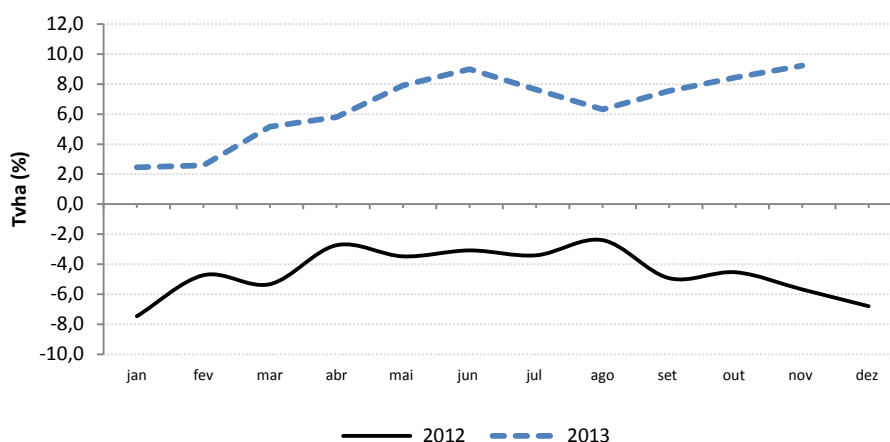
em termos homólogos. Este crescimento de 0,6% traduziu uma recuperação de 0,8 p.p. relativamente à evolução observada no mês anterior (por memória: -0,2%).

Para a evolução de novembro foi fundamental o crescimento de 7,1% da receita líquida mensal dos impostos indiretos, em termos homólogos, refletindo a recuperação generalizada da receita destes impostos e, em particular, o crescimento da receita mensal do IVA, do ISV, do IUC, do IABA, do Imposto do Selo e do ISP.

Em novembro, tanto a cobrança voluntária mensal do IVA relativo a operações domésticas, como a receita mensal do IVA aduaneiro continuaram a superar os montantes cobrados em igual mês de 2012, reforçando a tendência de crescimento iniciada em outubro. A receita acumulada do IVA cresceu 1,4%, em termos homólogos, o que representa uma recuperação de 1,0 p.p. relativamente à variação observada no mês anterior (por memória: 0,4%). Esta evolução evidencia a recuperação da atividade económica e a maior eficácia do combate à evasão fiscal e à economia paralela, em consequência dos resultados expressivos obtidos quer com a reforma da faturação, quer com a reforma dos documentos de transporte<sup>17</sup>.

Por fim, releve-se ainda o forte aumento de 51,8% da receita líquida mensal do ISV observado em novembro, face a igual mês de 2012, o que representa o crescimento mensal mais expressivo desde abril de 2010.

Gráfico 4 – Receita Fiscal do Estado – Evolução da tvha (%)



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Entre janeiro e novembro de 2013 os reembolsos acumulados situaram-se em linha com o montante observado em igual período de 2012. Não obstante, esta evolução traduziu o aumento de 4,8% dos reembolsos do IVA, bem como o crescimento de 3,5% dos reembolsos do IRC pagos aos agentes económicos, em termos homólogos.

<sup>17</sup> Nos termos dos Decretos-Lei n.ºs 197/2012 e 198/2012, ambos de 24 de Agosto.

Quadro 15 - Reembolsos relativos à receita fiscal

Período: janeiro a novembro

	Execução acumulada (M€)		Variação homóloga acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
Impostos diretos	3.016,2	2.850,1	-5,8	-5,5	-2,1
- IRS	1.999,8	1.797,4	-10,6	-10,1	-2,6
- IRC	1.014,5	1.050,4	3,5	3,5	0,5
- Outros	1,9	2,3	-21,8	22,5	0,0
Impostos indiretos	4.718,9	4.884,5	3,4	3,5	2,1
- ISP	91,5	31,9	-63,0	-65,1	-0,8
- IVA	4.588,8	4.808,3	4,6	4,8	2,8
- Imposto sobre veículos	15,2	11,4	-25,2	-24,6	0,0
- Imposto consumo tabaco	15,8	18,5	28,1	17,4	0,0
- IABA	0,3	0,5	84,4	86,2	0,0
- Imposto do Selo	7,2	12,7	172,9	76,3	0,1
- Imposto Único de Circulação	0,0	0,1	65,7	78,1	0,0
- Outros	0,0	0,9	n.a.	n.a.	0,0
<b>Receita fiscal</b>	<b>7.735,1</b>	<b>7.734,6</b>	<b>-0,4</b>	<b>0,0</b>	

Fonte: Ministério das Finanças

- As contribuições para sistemas de proteção social (CGA e ADSE), mantendo a tendência crescente dos meses anteriores<sup>18</sup>, registam em termos acumulados um significativo crescimento de 31,2%. Para esta evolução contribui não só o aumento das quotizações e contribuições para a Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA)<sup>19</sup>, bem como o efeito do pagamento do subsídio de férias e dos duodécimos do subsídio de Natal, a aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) a pensões, subvenções e outras prestações pagas por entidades privadas, para além do alargamento da aplicação da CES em 2013 a pensões ou outras prestações de montante superior a € 1.350<sup>20</sup>.
- Os rendimentos de propriedade apresentam uma variação homóloga até novembro de 97,2% justificada sobretudo pela evolução dos dividendos do Banco de Portugal (€ 359,3 milhões em 2013, face a € 18,7 milhões em 2012), dos juros de obrigações de capital contingente (*coco bonds*).
- As transferências provenientes do orçamento da União Europeia (UE), com um particular significado nos serviços e fundos autónomos (peso de 96,5% em 2013), apresentam uma quebra de 7,6%. Para este comportamento muito contribui a redução do volume de transferências correntes destinadas à Parque Escolar, E.P.E. (€ -162,5 milhões), dado o reembolso ocorrido no final de 2012, antecipando verbas de 2013, para além do menor número de obras em curso. Em sendo contrário, assiste-se ao aumento das transferências de capital provenientes da UE para o IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias

<sup>18</sup> Nas comparações mensais deve também atender-se à distribuição variável dos pagamentos realizados pelas entidades patronais ao longo do período legal estabelecido para o efeito, o qual decorre até ao dia 15 do mês seguinte a que respeitam as contribuições.

<sup>19</sup> Em resultado do efeito das alterações previstas no artigo 79.º da Lei do OE para 2013, que aumenta a contribuição mensal das entidades empregadoras de 15% para 20% e alarga a base de incidência contributiva a remunerações isentas em 2012, nos mesmos termos que o regime geral da Segurança Social.

<sup>20</sup> Nos termos do artigo 78.º da Lei do OE para 2013, enquanto no ano de 2012 incidiu sobre pensões de montante superior a € 5.000.

## 2.1. Administração Central

Empresas, I.P. (€ +139,2 milhões), destinadas à concessão de apoios reembolsáveis de projetos de investimento, no âmbito dos Programas Operacionais Fatores de Competitividade e Regional de Lisboa.

- As **outras receitas** apresentam um significativo decréscimo de € 2.524,9 milhões (-47,8%), para o qual contribuem as receitas extraordinárias arrecadadas em 2012, relativa à parte remanescente dos fundos de pensões do setor bancário (€ 2.783,9 milhões<sup>21</sup>) e ao leilão de atribuição dos direitos de utilização de frequências da 4.ª geração móvel (€ 272,0 milhões). Esta tendência foi atenuada em setembro de 2013 pela entrega de € 400 milhões pela ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., provenientes do contrato de concessão de serviço público aeroportuário relativos aos aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores<sup>22</sup>, para além do maior volume (€ +72,6 milhões) das transferências provenientes do Orçamento da Segurança Social para o Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. (IEFP), sobretudo no âmbito do Fundo Social Europeu (FSE).

### SALDO

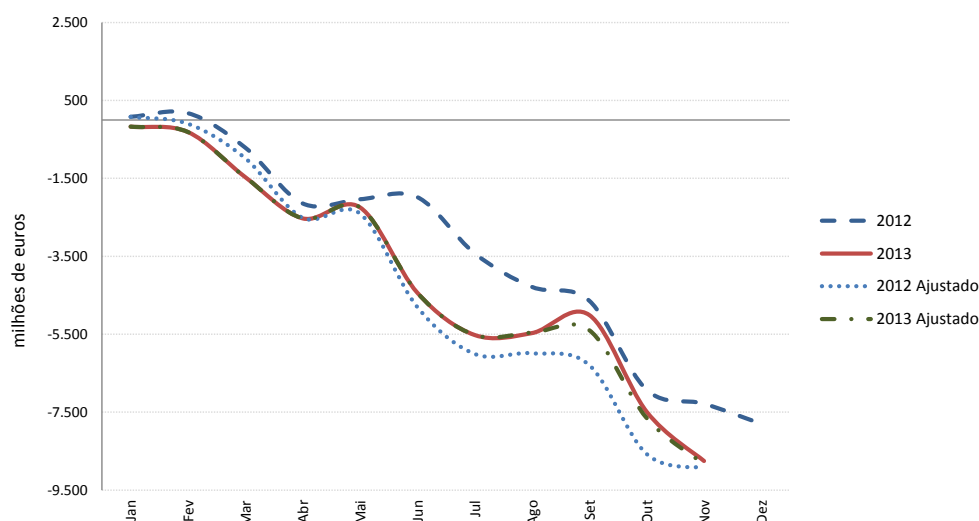
- O **saldo global acumulado da Administração Central** evidencia uma degradação face ao período homólogo de € 1.469,5 milhões, a qual é influenciada pelos efeitos extraordinários anteriormente referidos (indicados no Quadro 3). Corrigido desses efeitos, o saldo global acumulado apresentaria uma melhoria de € 100,6 milhões, em resultado da evolução favorável da receita fiscal e das contribuições e quotizações para a CGA que mais que compensa o acréscimo em despesa. Em termos mensais, a degradação face ao mês anterior é essencialmente explicada pelo efeito da reposição dos subsídios de férias aos trabalhadores do setor público e do 14.º mês aos aposentados e pensionistas da CGA.

<sup>21</sup> Correspondendo € 2.687,1 milhões a receita do subsector Estado e € 96,8 milhões da transferência do Fundo de Pensões do BPN para a CGA, atenuados em 2013 pela compensação financeira decorrente da transferência de responsabilidades do Fundo de Pensões do IFAP (€ 48,1 milhões) também para a CGA.

<sup>22</sup> Nos termos da alínea b) do nº 6 do contrato de concessão entre o Estado Português e a ANA, S.A. (cuja celebração foi autorizada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 104/2012, de 12 de dezembro), que, na sequência do pagamento de € 800,0 milhões em dezembro de 2012, estabeleceu este pagamento 8 meses após a data de assinatura.



**Gráfico 5 – Saldo global da Administração Central – Valores acumulados**



**Nota:** 2012 ajustado da receita da transferência de fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4G e pagamento de dívidas de anos anteriores na Saúde. 2013 ajustado da receita da concessão de serviço público aeroportuário e pagamento de dívidas de anos anteriores na Saúde.

**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

**Quadro 16 – Saldo Global da Administração Central – principais explicações**

(Período: janeiro a novembro)				€ Milhões		
Setor / Saldo	Execução acumulada		Variação homóloga absoluta acumulada		Variação homóloga absoluta mensal	
	2012	2013	outubro	novembro	outubro	novembro
Administração Central	-7.284,0	-8.753,5	-563,2	-1.469,5	-197,0	-906,3
Estado	-7.693,6	-8.675,6	-394,9	-981,9	-89,0	-587,0
Serviços e Fundos Autónomos sem EPR	1.112,0	627,4	-186,3	-484,6	-209,5	-298,3
Dos quais:						
Serviço Nacional de Saúde	212,7	-182,1	-289,1	-394,8	-280,9	-105,7
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP	-72,4	-90,1	5,4	-17,7	-4,1	-23,2
Autoridade Nacional das Comunicações - ICP	-36,1	29,4	10,3	65,5	-11,9	55,2
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas	262,4	381,5	115,4	119,1	9,4	3,8
Fundo Português de Carbono	18,5	78,9	56,4	60,3	26,4	4,0
Instituto de Emprego e Formação Profissional	124,8	86,5	-0,6	-38,3	-21,8	-37,8
Instituto de Turismo de Portugal, IP	63,5	81,2	18,0	17,8	-2,8	-0,2
Caixa Geral de Aposentações	133,4	-77,6	-15,4	-211,0	70,4	-195,6
Entidades Públicas Reclassificadas	-702,4	-705,4	18,0	-3,0	101,5	-21,0
Dos quais:						
Estradas de Portugal	-383,1	-256,6	103,2	126,4	81,6	23,2
Metro do Porto	-160,8	-75,4	111,0	85,4	27,8	-25,6
Metropolitano de Lisboa	-95,0	-23,2	82,5	71,8	46,1	-10,7
REFER	-330,7	-361,7	-5,4	-31,1	5,2	-25,7
Parque Escolar	-141,9	-54,0	80,8	87,9	-11,4	7,1
Rádio Televisão de Portugal	364,8	-10,0	-371,3	-374,8	-8,6	-3,5
Saldo global excluindo efeitos extraordinários (*)	-8.931,7	-8.831,1	922,3	100,6	26,2	-821,7

(\*) - Fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4 G, receita da concessão de serviço público aeroportuário e pagamento dívidas do Serviço Nacional de Saúde.

(\*) - Fundos de pensões de instituições de crédito, venda de frequências de 4 G, receita da concessão de serviço público aeroportuário e pagamento dívidas do Serviço Nacional de Saúde.

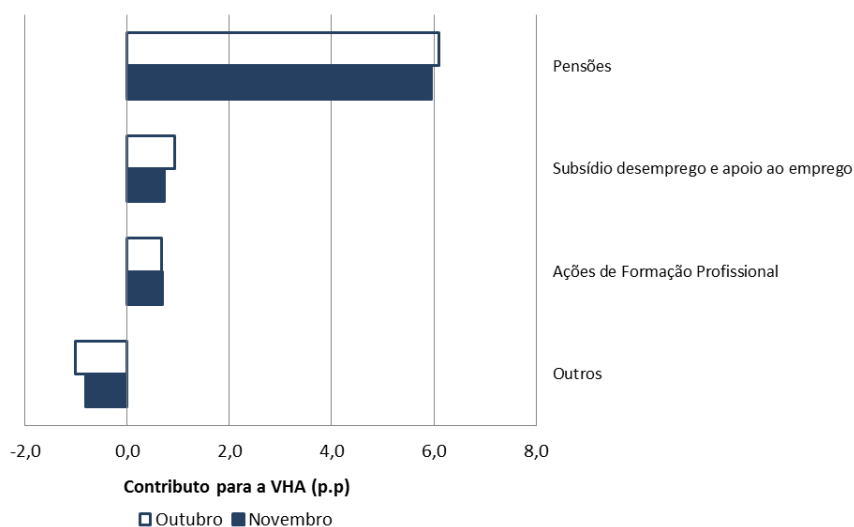
**Fonte:** Direção-Geral do Orçamento

## 2.2. Segurança Social

### DESPESA

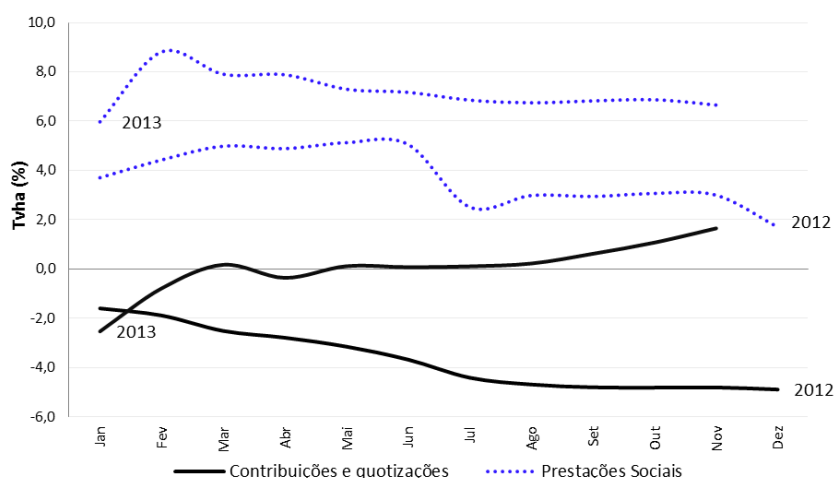
- A **despesa efetiva** acumulada até novembro regista um acréscimo de 6,6% face ao mesmo período de 2012. Esta evolução é determinada em grande medida pela despesa com pensões (com um contributo de 6 p.p.), cuja variação acumulada até novembro em termos homólogos foi de 10,1%. À semelhança dos meses transatos, a despesa com pensões acumula até novembro o pagamento de onze duodécimos relativos ao 13º mês dos pensionistas, bem como o parcial do 14º mês de acordo com a legislação em vigor.
- Relevam também para o aumento da despesa efetiva acumulada as prestações associadas ao desemprego e ao apoio ao emprego (+6,5% face ao período homólogo) e as ações de formação profissional com suporte no Fundo Social Europeu (+ 15% face a igual período em 2012).
- Referência também para o aumento da despesa associada ao Programa de Emergência Social (PES) e ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE), que no seu cômputo cresceu, € 71,3 milhões (59,1%).

Gráfico 6 – Despesa da Segurança Social



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 7 – Contribuições e quotizações e prestações sociais



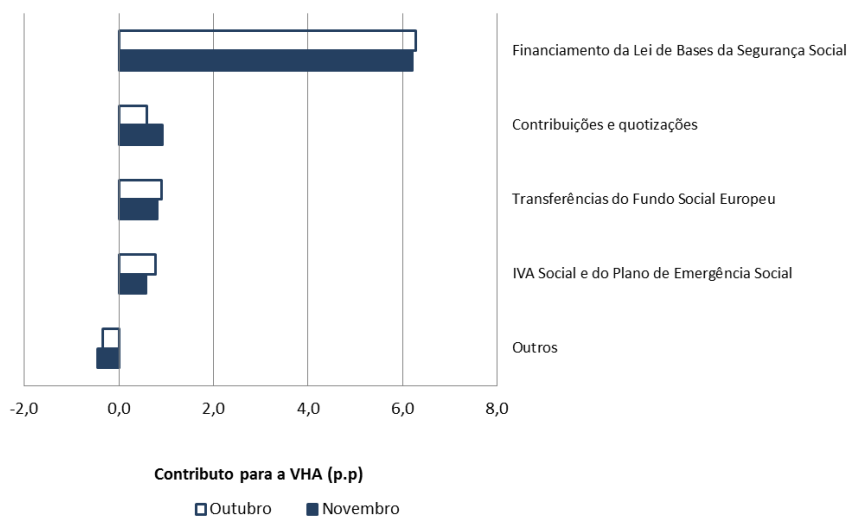
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### RECEITA

- A **receita efetiva** acumulada até novembro apresenta um aumento em termos homólogos de 8%.
- Na base desta variação está fundamentalmente o aumento das transferências do Orçamento do Estado, onde estão incluídas as verbas transferidas ao abrigo da Lei de Bases e para o financiamento do défice da Segurança Social (contributo de 6,2 p.p.), que ascenderam a € 7.295,7 milhões até novembro (representando um aumento de 22,1%). Esta evolução é explicada em grande medida pelo efeito da antecipação da transferência mensal do Orçamento do Estado ocorrida em Maio e pelo reforço da transferência do Orçamento do Estado para financiamento do défice deste subsistema, atribuído no primeiro Orçamento Retificativo.
- São de destacar também os contributos para o aumento da receita efetiva das verbas recebidas do Fundo Social Europeu (+14,6%) e da receita relativa ao IVA Social e ao Plano de Emergência Social (acréscimo de 15,7%).

## 2.2. Segurança Social

Gráfico 8 – Receita da Segurança Social

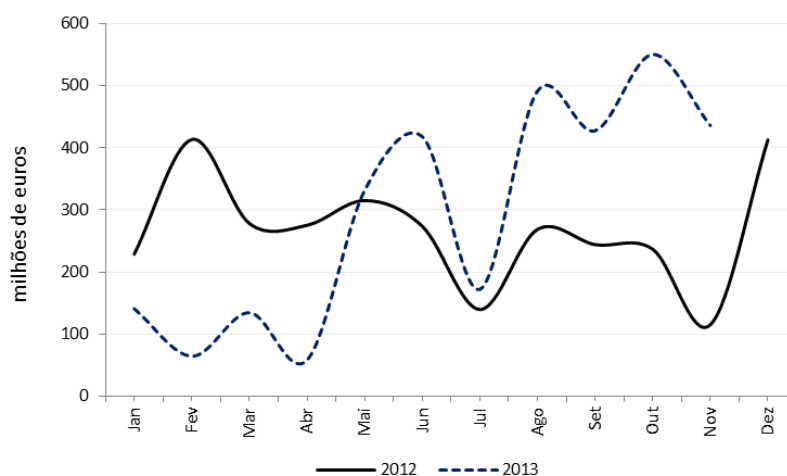


Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### SALDO

- O **saldo global** do subsetor da Segurança Social registou um excedente acumulado de € 436 milhões até novembro, tendo implícito um acréscimo de € 320,8 milhões relativamente ao mesmo período do ano transato. À semelhança dos meses anteriores a evolução da receita (8% relativamente ao homólogo) é justificada pelo contributo das transferências do Orçamento de Estado (6,2 p.p.). Do lado da despesa, verifica-se um crescimento de 6,6%, sendo a evolução das prestações sociais (5,9 p.p.) que está na base deste acréscimo, por via do aumento da despesa com pensões e com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego, bem como da despesa com ações de formação profissional (0,7 p.p.) que crescem 13,2%.

Gráfico 9 – Saldo Global da Segurança Social – valores acumulados



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Quadro 17 – Execução orçamental da Segurança Social

(Período: janeiro a novembro)					
	Execução acumulada		Variação homóloga acumulada %		Contributo para VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
					€ Milhões
<b>Receita corrente</b>	<b>21.231,8</b>	<b>22.937,3</b>	<b>8,2</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>
Contribuições e quotizações	11.716,1	11.909,7	1,1	1,7	0,9
IVA Social e do Plano de Emergência Social	774,0	895,7	22,6	15,7	0,6
Transferências correntes da Administração Central	6.626,4	7.936,2	20,2	19,8	6,2
Transferências do Fundo Social Europeu	1.173,5	1.344,4	14,9	14,6	0,8
Outras receitas correntes	941,8	851,4	-6,7	-9,6	-0,4
<b>Receita de capital</b>	<b>5,0</b>	<b>6,2</b>	<b>31,4</b>	<b>23,8</b>	<b>0,0</b>
<b>Receita efetiva</b>	<b>21.236,8</b>	<b>22.943,5</b>	<b>8,2</b>	<b>8,0</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>21.096,9</b>	<b>22.492,3</b>	<b>6,7</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>
Prestações sociais	18.687,0	19.930,7	6,9	6,7	5,9
<i>das quais</i>					
Pensões	12.581,2	13.847,3	10,2	10,1	6,0
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.360,1	2.513,9	8,4	6,5	0,7
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário e BPN	479,5	470,6	-1,8	-1,8	0,0
Ações de Formação Profissional	1.117,9	1.265,4	12,2	13,2	0,7
Outras despesas correntes	812,6	825,6	0,3	1,6	0,1
<b>Despesas de capital</b>	<b>24,7</b>	<b>15,2</b>	<b>-35,0</b>	<b>-38,4</b>	<b>0,0</b>
<b>Despesa efetiva</b>	<b>21.121,6</b>	<b>22.507,5</b>	<b>6,7</b>	<b>6,6</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>115,2</b>	<b>436,0</b>			

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

### 3. Administração Regional

#### DESPESA

- A despesa efetiva da Administração Regional (AR) registou, no final do mês de novembro, um crescimento de 61,7%, com contributos de 8,9 p.p. da despesa corrente e 52,8 p.p. da despesa de capital. Este comportamento continua a ser fortemente influenciado pelo pagamento de dívidas de anos anteriores a fornecedores na RAM, num montante total de € 871,6 milhões dos quais € 851,5 milhões dizem respeito à utilização do empréstimo bancário com aval do Estado no montante de cerca de € 1.100 milhões e € 20,1 milhões à utilização do empréstimo do PAEF-RAM. Excluindo este efeito, a despesa efetiva da AR evidencia um aumento de 13,5%.
- A despesa corrente apresentou um crescimento homólogo de 10,1% que, líquida do pagamento de dívidas de anos anteriores na RAM, é de 9,3% no total da AR. Na RAA, o aumento de 13,8% encontra-se em linha com os meses anteriores e é determinado sobretudo pelas despesas com pessoal (17,3%), pelas transferências, em particular, para as empresas públicas (14%) e pelo pagamento de juros e outros encargos financeiros (39,3%). Na RAM, o crescimento é de 7,3% (5,9% excluídos pagamentos de anos anteriores), determinado pelas despesas com pessoal (13,9%), pela aquisição de bens e serviços (7,4%) e pelas transferências para as empresas públicas (6,8%). Os pagamentos de dívida comercial de anos anteriores (€ 12,7 milhões) referem-se, sobretudo, a aquisições de bens e serviços.
- A despesa de capital apresentou um crescimento de 428,5% (que se traduz num acréscimo de € 955,5 milhões), continuando a ser determinado pelo pagamento de dívidas comerciais da RAM. A variação líquida deste efeito, é de 43,3% (52,2% na RAM). Na RAA continua a destacar-se o investimento em bens de capital, cuja execução se aproxima do dobro do período homólogo (98,6%), destacando-se as rubricas de edifícios, construções diversas e equipamento básico, explicado pela execução de projetos co-financiados pela União Europeia, bem como as transferências para fora do perímetro da Administração Regional (10,7%), relacionadas com programas de incentivos ao investimento.

Gráfico 10 – Despesa efetiva RAA

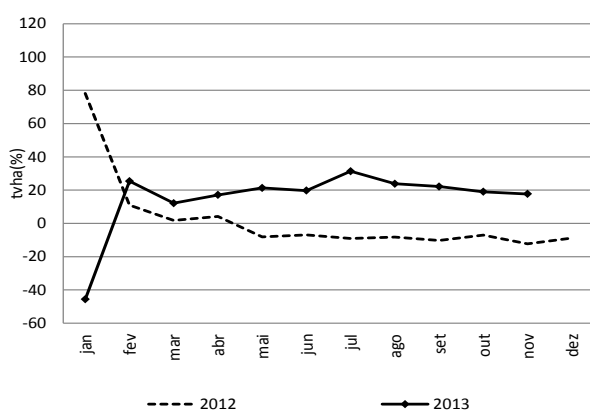
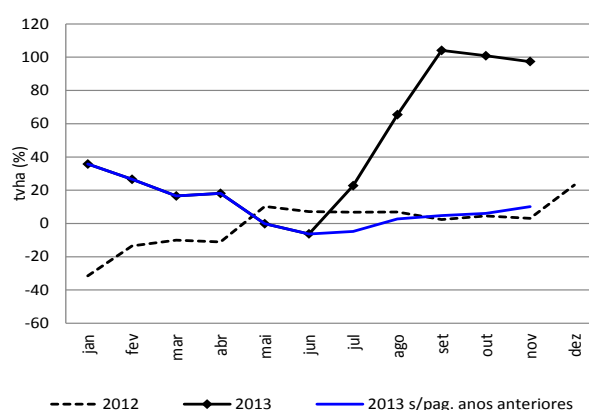


Gráfico 11 – Despesa efetiva RAM



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

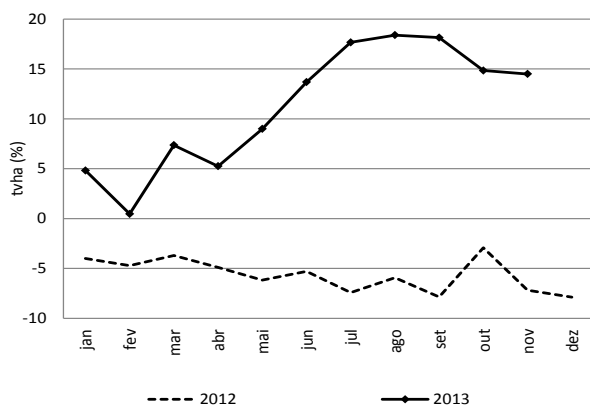
#### RECEITA

- A receita efetiva aumentou 24,8%, em termos homólogos, com contributos de 22,2 p.p. da receita corrente e 2,6 p.p. da receita de capital.
- A receita corrente registou um crescimento de 28,3%, mais acentuado na RAA com um aumento de 32,4% tendo a RAM registado uma evolução positiva de 25,3%. Para este comportamento contribuiu, sobretudo, o aumento da receita fiscal, comum às duas Regiões (28,2% na RAA e 25,5% na RAM), explicado pelo comportamento positivo dos principais impostos (IRS, IRC e IVA), em particular no IRC.
- A receita de capital cresceu 11,9%, com comportamentos opostos nas duas Regiões. Nos Açores verificou-se um decréscimo de 22,3%, explicado por uma quebra aparente nas transferências do Orçamento do Estado, que reflete a alteração do critério de registo contabilístico no ano. Na realidade, este decréscimo reflete a alteração de critério de registo contabilístico – até setembro apenas foram registadas como transferência de capital as relativas ao Fundo de Coesão da União Europeia. A *tranche* do último trimestre, recebida em outubro, já foi considerada na sua totalidade como transferência de capital.

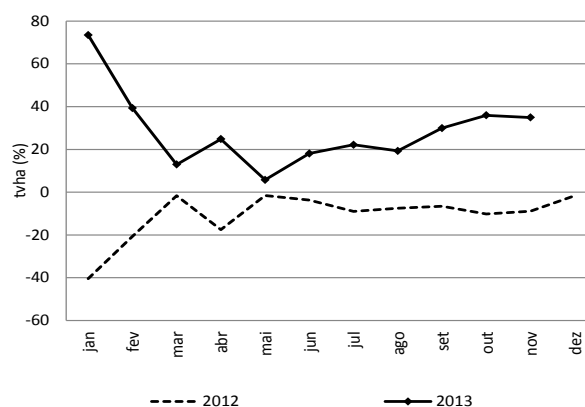
Na Madeira, o crescimento homólogo de 116,6% continua a ser muito influenciado pelo recebimento, no mês de setembro, da receita extraordinária de € 80 milhões referentes à concessão da ANAM, SA – Aeroportos e Navegação da Madeira, SA.

Por sua vez, verifica-se ainda o comportamento positivo das transferências da União Europeia (41,6%), no âmbito do POVT, resultante do aumento da comparticipação comunitária de projetos de investimento, que é comum às duas Regiões.

**Gráfico 12 – Receita efetiva RAA**



**Gráfico 13 – Receita efetiva RAM**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## SALDO

- A Administração Regional apresentou um saldo orçamental de - € 759,9 milhões (-€ 795,2 milhões na RAM e € 35,2 milhões na RAA), o que representa um agravamento de € 686 milhões face ao registado em igual período do ano anterior. Excluindo o efeito da regularização de dívidas de anos anteriores da RAM, a AR regista um excedente de € 111,7 milhões que compara com - € 73,9 milhões no período homólogo (€ 76,5 milhões na RAM face a - € 127,2 milhões em 2012). O saldo da RAA traduz uma deterioração orçamental de

### 3. Administração Regional

€ 18,1 milhões em termos homólogos, refletindo um crescimento da despesa (17,7%) a um ritmo superior ao da receita (14,5%).

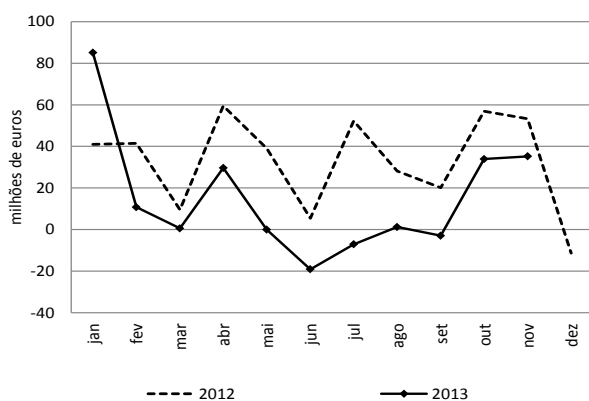
**Quadro 18 – Execução orçamental da Administração Regional**

(Período: janeiro a novembro)

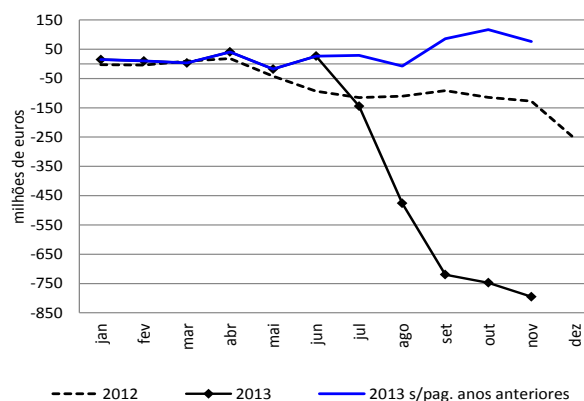
Natureza	Execução Acumulada M€		Variação Homóloga Acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro		
<b>Receita Efetiva</b>	<b>1.735,7</b>	<b>2.165,4</b>	<b>25,3</b>	<b>24,8</b>	<b>24,7</b>	<b>24,8</b>
dq. Receita Fiscal	934,0	1.182,9	26,3	26,6	21,7	14,3
Transferências do Orçamento do Estado	501,3	557,0	11,2	11,1	-0,5	3,2
Resto do Mundo	150,1	213,6	44,2	42,3	46,3	3,7
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>1.809,6</b>	<b>2.925,3</b>	<b>63,7</b>	<b>61,7</b>	<b>58,8</b>	<b>61,7</b>
dq. Despesa com Pessoal	604,1	698,1	14,0	15,6	20,2	5,2
Aquisição de bens e serviços	343,1	358,9	2,4	4,6	-1,4	0,9
Aquisição de bens de capital	92,9	1.011,6	1.068,8	988,9	255,5	50,7
<b>Saldo Global</b>	<b>-73,9</b>	<b>-759,9</b>				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	7,4	-663,5				
Saldo Corrente	-226,0	-1,2				
Saldo Capital	152,1	-758,8				

Fonte: Direção-Geral do Orçamento com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

**Gráfico 14 - Saldo Global da RAA**



**Gráfico 15 – Saldo Global da RAM**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento



### DESPESA

- A Administração Local<sup>23</sup> registou, até ao final de novembro de 2013, um crescimento da despesa efetiva de 6,6%, face a igual período do ano anterior. Tanto a despesa corrente como a de capital apresentaram uma tendência crescente, com um contributo de 5,8 p.p., e 0,8 p.p. respetivamente. Este comportamento, que se tem verificado desde o início do ano, é justificado pelo pagamento de dívidas de anos anteriores, no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL). Excluindo este efeito, a despesa apresenta um decréscimo de 0,2%.
- O aumento da despesa corrente (8,1%) ficou a dever-se, principalmente, às despesas com pessoal (2,6 p.p.) e à aquisição de bens e serviços (3,2 p.p.), sendo através delas que, do lado da despesa corrente, são efetuados a maioria dos pagamentos ao abrigo do PAEL.
- Também a despesa de capital registou um crescimento (2,9%, face ao ano anterior), assente quase na totalidade no crescimento da aquisição de bens de capital, com um contributo de 1,0 p.p. para a variação da despesa efetiva, através da qual são efetuados pagamentos de dívidas de anos anteriores, no âmbito do Programa em curso.
- É de salientar que, até ao fim de novembro, foram efetuados pagamentos ao abrigo do PAEL no montante € 403,1 Milhões.

Gráfico 16 – Despesa Efetiva – Valores Acumulados

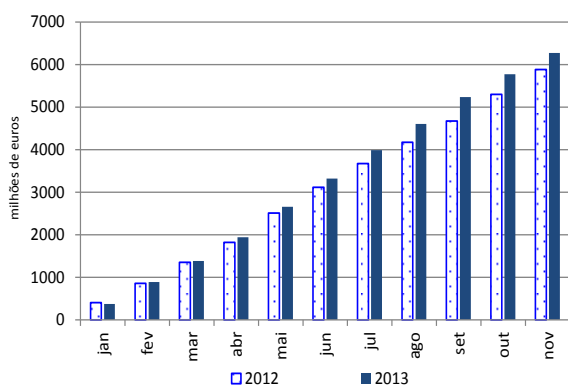
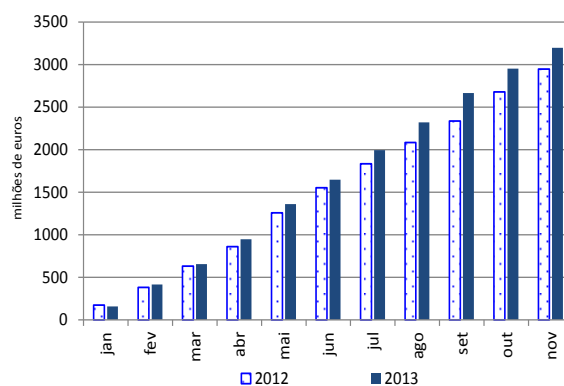


Gráfico 17 – Despesa Bens e Serviços e de Capital – Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

<sup>23</sup> A execução orçamental da AL abrange apenas municípios. A partir de janeiro de 2013, esta informação passou a ser elaborada para o universo total dos municípios (308), sendo feita uma estimativa para os municípios com reporte em falta. Refira-se que o saldo da execução orçamental da AL assim apurado é o saldo relevante para efeitos de apuramento do saldo das administrações públicas que compara com o limite do PAEF.

## 4. Administração Local

### RECEITA

- A receita efetiva registou uma variação homóloga de -6,9%, para a qual contribuiu, determinantemente, a receita de capital com -7,0 p.p., tendo a receita corrente registado um ligeiro incremento de 0,1 p.p.
- A variação homóloga de 0,1% da receita corrente ficou a dever-se ao contributo inverso de duas principais rubricas, a receita de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Locais (+4,4 p.p.) e a receita fiscal (-4,0 p.p.). A primeira espelha o aumento da dotação do Fundo de Equilíbrio Financeiro, em 2013 face a 2012. A segunda reflete a alteração do calendário de cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis, uma vez que em 2012 o mês de outubro constituía o último momento de recebimento pelos municípios desse imposto que, este ano, ocorrerá em dezembro.
- Por seu lado, a receita de capital registou uma quebra na ordem dos 32,4%, face a 2012, generalizada pelas suas componentes. Note-se, no entanto, a redução mais acentuada na receita de transferências da Lei das Finanças Locais, em particular no Fundo de Equilíbrio Financeiro de capital, com um contributo de -4,7 p.p., o que é justificado, mais uma vez, pela alteração da distribuição deste fundo, entre corrente e capital, em sede de Orçamento do Estado para 2013.

Gráfico 18 – Receita Efetiva – Valores Acumulados

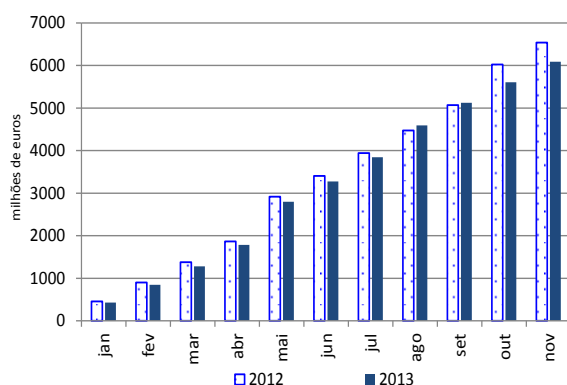
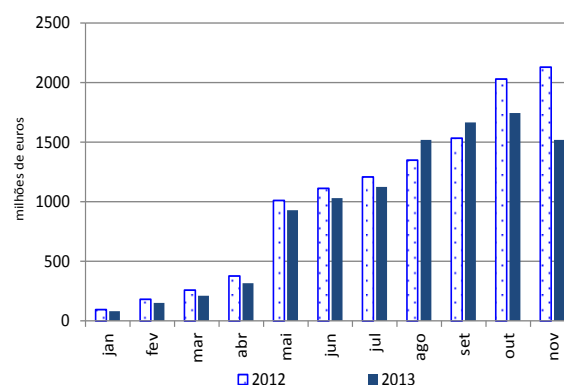


Gráfico 19 – Receita Fiscal – Valores Acumulados



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

### SALDO

- O subsector da Administração Local apresentou, até novembro, um saldo orçamental de € -184 milhões, em resultado do aumento da despesa, conjugado com a quebra da receita. Para este saldo contribuiu um universo de reporte de 279 municípios, com um saldo € -163,6 milhões, tendo sido estimado, para o restante universo (29 municípios) um saldo de -20,4 milhões de euros.
- Note-se ainda, que excluindo o efeito do PAEL, a Administração Local apresentou um saldo orçamental positivo de € 219,1 milhões, que, compara com € 654,4 milhões em igual período do ano anterior.

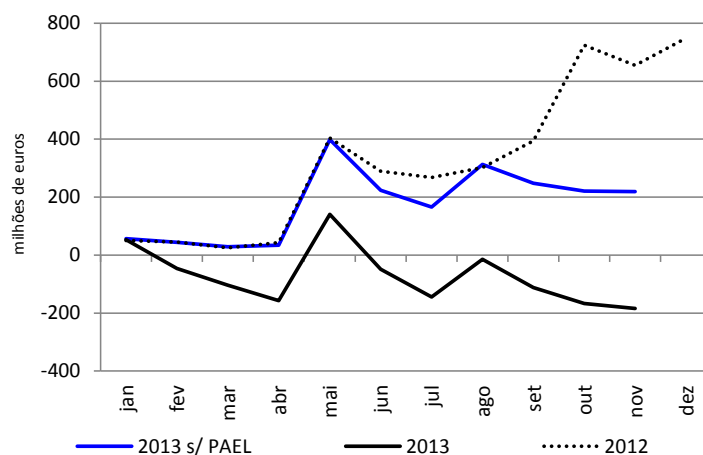
**Quadro 19 - Execução Orçamental dos Municípios**

(Período: janeiro a novembro)

Natureza	Execução acumulada M€		Variação homóloga acumulada (%)		VH implícita ao objetivo 2013 (%)	Contributo VH novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro		
<b>Receita Efetiva</b>	<b>6.537,5</b>	<b>6.089,4</b>	<b>-6,9</b>	<b>-6,9</b>	<b>-5,7</b>	<b>-6,9</b>
dq. Receita Fiscal	2.129,9	1.870,5	-14,1	-12,2	2,0	-4,0
Transferências do Orçamento do Estado	2.093,5	2.073,4	-0,3	-1,0	20,6	0,0
Resto do Mundo	644,3	508,2	-19,0	-21,1	-1,8	-0,3
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>5.883,1</b>	<b>6.273,4</b>	<b>9,0</b>	<b>6,6</b>	<b>3,2</b>	<b>6,6</b>
dq. Despesa com Pessoal	1.913,0	2.065,9	10,8	8,0	1,0	2,6
Aquisição de bens e serviços	1.603,4	1.791,6	13,6	11,7	0,4	3,2
Aquisição de bens de capital	1.344,3	1.404,9	6,0	4,5	16,1	1,0
<b>Saldo Global</b>	<b>654,4</b>	<b>-184,0</b>				
<i>Por memória :</i>						
Saldo Primário	783,5	-78,5				
Saldo Corrente	880,9	544,4				
Saldo Capital	-226,5	-728,4				
Saldo Global Reportado	654,4	-163,6				
Saldo Global Estimado	-	-20,4				

Fonte: Direção Geral do Orçamento com base nos dados do SIAL.

**Gráfico 20 - Saldo Global dos Municípios**



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 5. Operações com ativos financeiros

- A despesa do Estado com ativos financeiros ascendeu a € 593,2 milhões em novembro, dos quais € 452,3 milhões dizem respeito à concessão de empréstimos a médio e longo prazo às empresas públicas reclassificadas e € 83,9 milhões a dotações de capital, também às EPR. A despesa acumulada situou-se em € 5.667,4 milhões, o que representa 29,7% do total previsto na segunda alteração ao Orçamento do Estado para 2013.

**Quadro 20 – Despesa com ativos financeiros**

Período: janeiro a novembro						€ Milhões	
	Execução dezembro	Objetivo 2013 2.º Orçamento Retificativo	Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2012	2013	setembro	outubro	novembro	2013	
<b>Empréstimos a curto prazo</b>	<b>14,8</b>	<b>18,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11,9</b>	<b>0,0</b>	<b>23,9</b>	<b>132,5</b>
<b>Empréstimos a médio e longo prazo</b>	<b>4.734,6</b>	<b>9.835,5</b>	<b>371,9</b>	<b>370,6</b>	<b>499,1</b>	<b>3.586,5</b>	<b>36,5</b>
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	3.781,4	6.843,8	350,1	323,6	452,3	2.881,5	42,1
Administração pública regional	770,1	500,0	0,0	6,7	34,5	252,3	50,5
Administração local do continente	104,1	601,6	9,0	29,0	0,7	311,7	51,8
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	8,0	0,0	10,0	89,1	29,7
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	4,6	10,0	0,0	38,6	66,8
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,2	1,4	1,5	13,4	76,5
<b>Dotações de capital</b>	<b>1.589,7</b>	<b>1.613,3</b>	<b>0,0</b>	<b>401,5</b>	<b>85,6</b>	<b>889,3</b>	<b>55,1</b>
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	401,5	0,0	802,9	100,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	83,9	83,9	14,4
Outras	4,8	0,8	0,0	0,0	1,7	2,5	0,0
<b>Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira</b>	<b>5.400,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>14,7</b>
<b>Expropriações</b>	<b>1,7</b>	<b>4,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1,6</b>	<b>39,1</b>
<b>Execução de garantias</b>	<b>64,4</b>	<b>92,2</b>	<b>1,0</b>	<b>3,5</b>	<b>4,8</b>	<b>22,3</b>	<b>24,2</b>
<b>Participações em organizações internacionais</b>	<b>4,9</b>	<b>44,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,8</b>	<b>43,8</b>	<b>99,7</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>11.810,3</b>	<b>19.107,0</b>	<b>372,9</b>	<b>787,6</b>	<b>593,2</b>	<b>5.667,4</b>	<b>29,7</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

- A receita de ativos financeiros situou-se em € 20,5 milhões em novembro, verba proveniente, na sua quase totalidade, da amortização de empréstimos de médio e longo prazo da Administração Local (€ 14,2 milhões). A receita acumulada totalizou € 1.934,5 milhões.

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Quadro 21 – Principais receitas de ativos financeiros

Período: janeiro a novembro					€ Milhões
	Execução dezembro	Execução mensal			Execução acumulada
	2012	setembro	outubro	novembro	2013
<b>Rendimentos de propriedade</b>	<b>522,9</b>	<b>2,8</b>	<b>37,6</b>	<b>5,5</b>	<b>819,0</b>
Juros	447,1	0,2	0,0	5,5	413,3
Dividendos	75,8	2,6	37,5	0,0	405,8
<b>Títulos a médio e longo prazo - Sociedades financeiras</b>	<b>300,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>430,0</b>
<b>Amortizações</b>	<b>137,9</b>	<b>5,4</b>	<b>0,1</b>	<b>14,2</b>	<b>664,4</b>
Empréstimos a curto prazo	14,8	4,0	0,0	0,0	4,0
Empréstimos a médio e longo prazos	123,1	1,4	0,1	14,2	660,4
<b>Alienação de partes sociais de empresas</b>	<b>2.208,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>Outros activos financeiros</b>	<b>27,4</b>	<b>0,0</b>	<b>4,3</b>	<b>0,8</b>	<b>21,1</b>
<b>Total</b>	<b>3.196,3</b>	<b>8,2</b>	<b>41,9</b>	<b>20,5</b>	<b>1.934,5</b>

Fonte: Ministério das Finanças.

### SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- No final do mês de novembro, e face ao período homólogo, o SNS apresentou um decréscimo de receita de 13,4%. O recebimento da 2ª tranche das transferências da 1.ª alteração ao Orçamento do Estado ocorrida em agosto do ano transato, totalizando € 1.500 milhões, influencia decisivamente o desempenho desta variável. Por seu turno, a despesa registou um aumento de 1,4%, mantendo a tendência e a variação registadas no mês de outubro.

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

**Quadro 22 – Execução Financeira do Serviço Nacional de Saúde**

Período: janeiro a novembro

	Execução Acumulada		Variação Homóloga Acumulada (%)		Contributo VHA novembro (em p.p.)
	2012	2013	outubro	novembro	
Transferências correntes	8.351,4	7.163,2	-16,6	-14,2	-13,7
Jogos Sociais	85,0	87,6	10,0	3,1	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	121,5	155,8	50,5	28,2	0,4
Taxas Moderadoras	75,1	87,9	27,4	17,0	0,1
Outras receitas	36,7	13,9	-70,9	-62,1	-0,3
<b>Receita total</b>	<b>8.669,7</b>	<b>7.508,4</b>	<b>-15,4</b>	<b>-13,4</b>	
Despesas com o pessoal	739,4	847,2	15,4	14,6	1,5
Fornecimentos e serviços externos	6.436,7	6.470,5	0,5	0,5	0,5
dos quais:					
Produtos vendidos farmácias	1.127,5	1.102,6	-3,5	-2,2	-0,3
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	608,1	617,7	2,8	1,6	0,1
Parcerias público-privadas (PPP)	298,6	359,1	19,7	20,3	0,8
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	3.878,4	3.896,7	0,3	0,5	0,2
Outra despesa	176,8	137,4	-23,8	-22,3	-0,5
<b>Despesa total</b>	<b>7.352,9</b>	<b>7.455,1</b>	<b>1,4</b>	<b>1,4</b>	
<b>Saldo</b>	<b>1.316,8</b>	<b>53,3</b>			

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira, que é uma aproximação às contas nacionais, a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.

- No que diz respeito à **despesa**, a reintrodução do pagamento dos subsídios e o aumento da contribuição para a CGA justificam o aumento das despesas com pessoal em 14,6% (15,4% em outubro). Refira-se que o impacto destas medidas foi € 116,6 milhões, enquanto o aumento total deste item se cifrou em € 107,8 milhões.

Em relação aos encargos com as PPP, o aumento de 20,3% (€ 60,5 milhões), é em larga medida explicado pelo pleno funcionamento da Unidade de Loures, pelo pagamento das rendas do edifício do Hospital de Vila Franca de Xira (€ 47,7 milhões), pelo aumento do valor da PPP de Braga (€ 18,3 milhões) e pela redução dos encargos com o Centro de Atendimento do SNS – Linha saúde 24 (€ -5,7 milhões).

No que concerne aos restantes fornecimentos e serviços externos, observou-se um aumento da contratação de serviços às Entidades Públicas Empresariais (€ 18,3 milhões) e um decréscimo de € 25 milhões dos produtos vendidos em farmácias. É de salientar o facto de o SNS ter passado a suportar, a partir de abril de 2013, os encargos com medicamentos dos subsistemas de saúde da ADSE, GNR, PSP e Forças Armadas, originando um menor ritmo de redução desta componente.

A despesa com meios complementares de diagnóstico e terapêutica aumentou € 9,6 milhões (+1,6%). O acréscimo significativo das outras despesas correntes (ultrapassando em mais de 25% o orçamentado para a totalidade do exercício) fica a dever-se aos encargos da ARS do Centro com a indemnização da empreitada de construção do novo Hospital Pediátrico de Coimbra no montante de € 16,7 milhões. Quanto à despesa com bens de capital, a mesma mantém a tendência de quebra acentuada (69,9%).

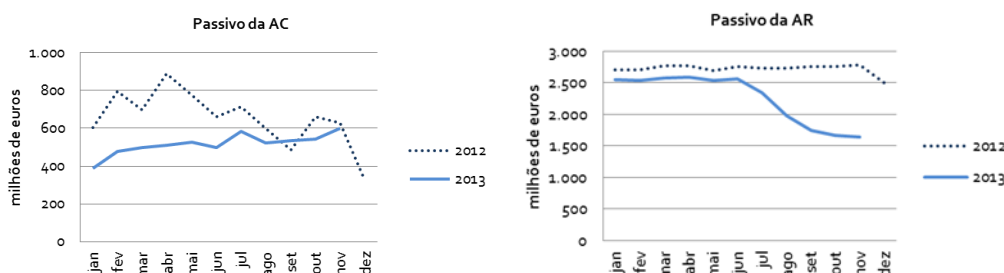
## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

- No que concerne à **receita**, pese embora o efeito das transferências extraordinárias acima referido, as principais receitas próprias evoluíram positivamente, com particular destaque para as taxas moderadoras (€ 12,8 milhões) e para as vendas de bens e serviços correntes (€ 34,3 milhões), beneficiando estas últimas da evolução positiva das receitas do Instituto Português do Sangue e da Transplantação, de convenções internacionais e da ARS Lisboa e Vale do Tejo.
- O **saldo** do SNS no final de novembro foi de € 53,3 milhões, pelo que se registou uma melhoria de € 114,8 milhões em relação ao verificado no último mês.

### DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

- No final de novembro, o passivo não financeiro das Administrações Públicas (AP) registou um ligeiro decréscimo (€- 9 milhões) face ao mês anterior, situando-se em € 4.453 milhões. Contribuíram para esta evolução a redução de passivo na Administração Local (€ -37 milhões) e na Administração Regional (€ -26 milhões).
- A Administração Central terminou o mês de novembro com um passivo não financeiro de € 598 milhões, o que representa um aumento de € 54 milhões quando comparado com o mês anterior. Este aumento justifica-se pela variação de todas as componentes, com exceção das transferências para fora das AP. A variação mais significativa observa-se na componente não discriminada "outras" (€ 22 milhões), onde se registam com maior expressão os subsídios atribuídos no âmbito do capítulo 60 – "Despesas Excepcionais" do orçamento do Ministério das Finanças (€ 6 milhões), as contribuições para a CGA (€4,9 milhões) e contribuições para a Segurança social (€1,5 milhões).
- A dívida não financeira da Administração Regional situou-se em € 1.639 milhões em novembro, o que representa um decréscimo de € 26 milhões. Esta variação reflete, essencialmente, a diminuição das dívidas relacionadas com as transferências para fora das administrações públicas, a aquisição de bens e serviços e a aquisições de bens de capital da RAM.

Gráfico 21 – Passivo da Administração Central e Administração Regional – Stock em final de período

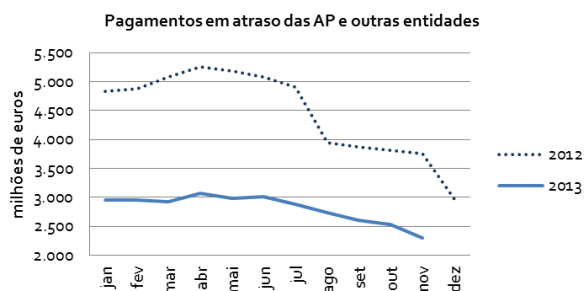


Fonte: Direção-Geral do Orçamento

- Os pagamentos em atraso diminuíram € 229 milhões em novembro, quando comparado com o mês anterior, situando-se em € 2.298 milhões. Para esta diminuição contribuíram, principalmente, os hospitais EPE<sup>i</sup> (€-197 milhões), seguindo-se a administração regional (€ -22 milhões) e a administração local (€ -14 milhões).

## 6. Outros aspetos relevantes sobre a execução orçamental

Gráfico 22 - Pagamentos em atraso das Administrações Públicas – Stock em final de período



Fonte: Direção-Geral do Orçamento

### DESPESA/RECEITA COM TRATAMENTO DIFERENCIADO EM CONTAS NACIONAIS

Quadro 23 – Operações com registo diferenciado em Contas Nacionais

Período: janeiro a novembro					€ Milhões	
Designação da operação	Registo Contabilidade Pública	Registo Contabilidade Nacional	Execução Mensal			Execução Acumulada
			setembro	outubro	novembro	2013
Regularização de dívidas anos anteriores			368,5	302,0	100,6	1.577,0
PAEL <sup>(1)</sup>	Despesa da AL	Registado em anos anteriores	32,0	29,0	14,7	403,1
Empréstimo RAM com aval do Estado	Despesa da AR	Registado em anos anteriores	336,5	45,8	1,3	851,5
SNS	Despesa dos SFA	Registado em anos anteriores	0,0	227,3	84,6	322,4
Contribuição Extraord. Solidariedade (SS)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	13,1	12,3	12,3	130,6
Contribuição Extraord. Solidariedade (CGA)	Contribuições recebidas	Dedução a Prestações Sociais	32,8	30,2	52,6	351,2
Contribuição do setor bancário	Outras receitas correntes	Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	127,1
Dotação de capital - Banif	Ativos financeiros	Despesa de Capital	0,0	0,0	0,0	700,0
Receita concessão da ANA	Receita SI	Ativo financeiro	400,0	0,0	0,0	400,0

Notas: <sup>(1)</sup> valores de outubro revistos;

Fonte: Ministério das Finanças

<sup>i</sup> Os valores de outubro e novembro de 2013 dos pagamentos em atraso dos hospitais EPE, não refletem integralmente os pagamentos no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas da Saúde (PERD).



# Síntese Execução Orçamental 2013

*Informação Estatística  
novembro*





## Índice

	Última actualização	Último valor disponível
<a href="#"><u>1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas</u></a>	23-dezembro-13	jan-outubro 2013
<a href="#"><u>3 - Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>4 - Conta consolidada da Administração Central</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>5 - Execução Orçamental do Estado</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>6 - Execução da Receita do Estado</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>10 - Execução Orçamental da Segurança Social, por natureza</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>11 - Execução Orçamental da Segurança Social por classificação económica</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>12 - Administração Regional</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>13 - Administração Local</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>14 - Despesa com Ativos Financeiros</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>15- Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>16 - Dívida não Financeira da Administração Pública</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional</u></a>	23-dezembro-13	jan-novembro 2013
<a href="#"><u>Glossário</u></a>		



1 - Limites e execução do Saldo Global das Administrações Públicas

	€ Milhões							
	Execução 2012	I trim. 2013	II trim. 2013	julho 2013	agosto 2013	III trim. 2013	out. 2013	nov. 2013
Limites do PAEF	-9.028	-1.900	-6.000			-7.300		
Saldo das Administrações Públicas (Contabilidade Pública)	-7.134,6	-1.435,4	-4.058,0	-5.644,2	-5.469,5	-5.414,6	-7.819,5	-9.261,4
Administração Central	-8.048,8	-1.469,4	-4.434,9	-5.520,0	-5.471,2	-5.008,0	-7.489,1	-8.753,5
Estado	-8.896,0	-1.852,0	-4.851,2	-5.696,6	-6.027,3	-5.443,1	-7.717,6	-8.675,6
Serviços e Fundos Autónomos excluindo EPR	1.682,1	772,5	1.014,6	790,8	1.112,5	1.019,0	867,7	627,4
Entidades Públicas Reclassificadas	-834,9	-390,0	-598,4	-614,2	-556,5	-583,8	-639,3	-705,4
Administração Regional	-266,0	3,7	7,4	-151,6	-474,9	-722,5	-713,5	-759,9
Madeira	-254,9	3,1	26,4	-144,4	-476,2	-719,6	-747,4	-795,2
Açores	-11,1	0,6	-19,1	-7,1	1,2	-2,9	33,9	35,2
Administração Local	748,7	-104,4	-48,5	-144,9	-14,8	-111,6	-167,3	-184,0
Municípios com reporte de informação	748,7	-104,0	-45,5	-141,0	-11,2	-107,7	-157,4	-163,6
Segurança Social	431,5	134,7	418,1	172,3	491,4	427,5	550,5	436,0
Ajustamentos PAEF								
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-93,4	0,2	-11,0	-11,1	-12,3	-13,3	-18,4	-24,9
Programa de regularização de dívidas do setor da saúde	1.500,0			1,0	10,5	10,5	237,8	322,4
Fundos de pensões	-2.783,9	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1	-48,1
PAEL - regularização de dívidas dos Municípios	13,3	132,4	271,7	310,3	327,4	359,4	388,4	403,1
RAM - regularização de dívidas				182,7	467,9	804,4	850,2	851,5
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-8.498,6	-1.351,0	-3.845,4	-5.209,3	-4.724,0	-4.301,6	-6.409,6	-7.757,3
Diferencial (saldo critério desempenho - limite PAEF)	529,4	549,0	2.154,6			2.998,4		

**Notas:**  
Valores atualizados com informação disponível até outubro  
Fonte: Ministério das Finanças

## 2 - Conta Consolidada das Administrações Públicas

Período: janeiro a outubro						€ Milhões
	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas	
<b>Receita corrente</b>	<b>31.790,2</b>	<b>20.069,8</b>	<b>6.164,8</b>	<b>21.087,0</b>	<b>56.838,3</b>	
Receita fiscal	28.333,0	923,2	3.154,5	0,0	32.410,7	
Impostos directos	13.174,4	21,6	2.442,3	0,0	15.638,3	
Impostos indirectos	15.158,6	901,6	712,2	0,0	16.772,4	
Contribuições de Segurança Social	402,8	3.608,5	7,4	10.844,7	14.863,4	
Outras receitas correntes	3.054,4	15.538,2	3.002,9	10.242,3	9.564,2	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	705,7	12.282,6	1.776,4	8.067,3		
<b>Receita de capital</b>	<b>658,6</b>	<b>1.069,5</b>	<b>1.662,9</b>	<b>6,1</b>	<b>2.269,6</b>	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	20,6	235,3	888,6	3,1		
<b>Receita efectiva</b>	<b>32.448,8</b>	<b>21.139,3</b>	<b>7.827,8</b>	<b>21.093,2</b>	<b>59.107,9</b>	
<b>Despesa corrente</b>	<b>38.896,7</b>	<b>19.411,2</b>	<b>5.967,5</b>	<b>20.521,3</b>	<b>62.523,2</b>	
Consumo público	8.849,9	10.020,6	4.847,0	352,5	24.069,9	
Despesas com o pessoal	7.199,6	2.702,3	2.645,8	217,2	12.765,0	
Aquisição de bens e serviços	1.130,6	7.187,4	2.104,9	54,9	10.477,8	
Outras despesas correntes	519,7	130,9	96,2	80,4	827,1	
Subsídios	139,4	428,3	143,4	1.125,3	1.836,5	
Juros e outros encargos	6.404,9	487,8	181,7	2,0	7.076,4	
Transferências correntes	23.502,5	8.474,4	795,4	19.041,6	29.540,4	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	21.337,3	373,8	15,5	546,8		
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.269,7</b>	<b>1.499,7</b>	<b>2.732,5</b>	<b>21,3</b>	<b>4.395,6</b>	
Investimentos	111,1	1.027,4	2.446,1	9,7	3.594,3	
Transferências de capital	1.150,9	462,6	264,5	11,6	762,0	
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.089,7	30,6	7,4	0,0		
Outras despesas de capital	7,7	9,7	22,0	0,0	39,4	
<b>Despesa efectiva</b>	<b>40.166,4</b>	<b>20.910,9</b>	<b>8.700,0</b>	<b>20.542,7</b>	<b>66.918,8</b>	
<b>Saldo global</b>	<b>-7.717,6</b>	<b>228,4</b>	<b>-872,2</b>	<b>550,5</b>	<b>-7.810,9</b>	
Despesa primária	33.761,5	20.423,0	8.518,3	20.540,7	59.842,4	
Saldo corrente	-7.106,5	658,6	197,3	565,7	-5.684,9	
Saldo de capital	-611,1	-430,2	-1.069,6	-15,2	-2.126,0	
Saldo primário	-1.312,7	716,3	-690,6	552,5	-734,5	

**Nota:**  
Conta Consolidada das Administrações Públicas compilada com dados da execução orçamental publicados no Boletim da Síntese de Execução Orçamental de outubro de 2013.  
Fonte: Ministério das Finanças

3 - Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Período: janeiro a novembro

€ Milhões										
	2º Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)	Grau de Execução acumulado (%)
	2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada			
Receita corrente	65.777,0	4.715,6	53.627,4	5.373,3	57.914,3	13,9	8,0	7,4	8,7	88,0
Receita fiscal	36.000,9	2.954,1	30.640,7	3.317,0	32.573,2	12,3	6,3	3,3	6,0	90,5
Impostos diretos	16.524,7	917,2	11.872,3	1.243,3	14.439,3	35,6	21,6	4,4	21,0	87,4
Impostos indiretos	19.476,2	2.036,9	18.768,4	2.073,7	18.133,9	1,8	-3,4	-1,1	-4,2	93,1
Contribuições de Segurança Social	18.521,2	1.290,1	15.168,9	1.585,0	16.441,0	22,9	8,4	2,2	9,8	88,8
Outras receitas correntes	11.254,9	471,3	7.817,7	471,3	8.900,1	0,0	13,8	1,9	16,6	79,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	82,4	6,1	60,7	5,5	59,5	-10,3	-1,8	0,0	24,4	72,3
Receita de capital	2.404,3	68,1	4.091,0	112,1	1.606,3	64,6	-60,7	-4,3	-59,1	66,8
Venda de bens de investimento	169,1	1,8	11,6	2,4	92,7	38,5	698,1	0,1	1.007,4	54,8
Transferências de Capital	1.577,8	80,7	3.631,4	109,9	968,2	36,2	-73,3	-4,6	-65,6	61,4
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	60,9	0,5	7,6	0,8	14,1	56,7	86,2	0,0	567,2	23,2
Outras receitas de capital	657,3	-14,4	448,0	-0,3	545,3	-97,8	21,7	0,2	-48,1	83,0
Receita efetiva	68.181,3	4.783,7	57.718,4	5.485,4	59.520,6	14,7	3,1		2,7	87,3
Despesa corrente	73.594,8	5.014,9	61.355,6	6.690,3	65.113,5	33,4	6,1	5,8	5,9	88,5
Consumo público	25.806,8	1.733,7	21.591,8	2.779,5	22.037,4	60,3	2,1	0,7	4,2	85,4
Despesas com o pessoal	12.808,2	968,2	10.610,5	1.699,3	11.818,5	75,5	11,4	1,9	9,0	92,3
Aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes	12.998,6	765,5	10.981,3	1.080,2	10.218,9	41,1	-6,9	-1,2	0,0	78,6
Subsídios	2.459,2	95,6	1.130,2	153,7	1.846,8	60,8	63,4	1,1	23,2	75,1
Juros e outros encargos	7.822,3	336,2	7.438,1	389,0	7.283,8	15,7	-2,1	-0,2	-1,4	93,1
Transferências correntes	37.506,6	2.849,4	31.195,5	3.368,1	33.945,6	18,2	8,8	4,2	7,8	90,5
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	2.175,5	137,6	1.768,8	161,8	1.978,7	17,6	11,9	0,3	17,7	91,0
Despesa de capital	3.858,8	248,3	3.531,6	173,9	2.724,6	-30,0	-22,9	-1,2	-14,6	70,6
Investimento	2.123,8	120,8	1.743,2	80,7	1.228,9	-33,2	-29,5	-0,8	-13,0	57,9
Transferências de capital	1.620,6	107,8	1.725,6	91,6	1.474,8	-15,1	-14,5	-0,4	-19,6	91,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	978,4	49,9	1.169,5	36,1	914,5	-27,6	-21,8	-0,4	-24,9	93,5
Outras despesas de capital	114,5	19,6	62,9	1,6	20,8	-91,9	-66,8	-0,1	81,3	18,2
Despesa efetiva	77.453,6	5.263,2	64.887,2	6.864,2	67.838,0	30,4	4,5		4,7	87,6
Saldo global	-9.272,4	-479,6	-7.168,8	-1.378,8	-8.317,5					
Ajustamentos PAEF										
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-88,2	-0,5	-63,2	-6,5	-24,9					
Transferência adicional para o SNS		0,0	1.408,2	84,6	322,4					
Fundos de pensões	-48,1	0,0	-2.783,9	0,0	-48,1					
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-9.408,7	-480,1	-8.607,8	-1.300,7	-8.068,0					
Despesa primária	69.631,4	4.927,0	57.449,2	6.475,2	60.554,3	31,4	5,4			87,0
Saldo corrente	-7.817,8	-299,3	-7.728,2	-1.317,0	-7.199,2					
Saldo de capital	-1.454,6	-180,2	559,4	-61,8	-1.118,3					
Saldo primário	-1.450,1	-143,3	269,2	-989,8	-1.033,7					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	19.253,0	73,9	11.127,9	482,4	5.062,8	553,1	-54,5			26,3
dos quais Receitas de:										
Alienação de partes de Capital	1.380,0	0,0	160,0	39,8	39,8	-	-75,1			2,9
Passivos financeiros líquidos de amortizações	27.053,0	2.834,8	24.192,5	5.783,6	27.080,3	104,0	11,9			100,1

**Notas:**  
O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos.  
A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.  
O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre “outras receitas de capital” e “outras receitas correntes”.  
Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Fonte: Ministério das Finanças

4 - Conta Consolidada da Administração Central

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	2012		2013		Variação Homóloga (%)		Contributo para VHA (em p.p.)	VH implícita ao OE (%)
	2013	Execução Mensal	Execução Acumulada	Execução Mensal	Execução Acumulada	Mensal	Acumulada		
Receita corrente	50.621,3	3.633,3	40.012,3	4.337,4	44.383,6	19,4	10,9	9,9	12,6
Impostos diretos	16.524,7	917,2	11.872,3	1.243,3	14.439,3	35,6	21,6	5,8	21,0
Impostos indiretos	19.476,2	1.927,0	17.994,4	2.073,7	18.133,9	7,6	0,8	0,3	0,2
Contribuições de Segurança Social	5.183,7	303,6	3.452,8	520,1	4.531,3	71,3	31,2	2,4	36,9
Transferências Correntes	2.603,9	163,9	1.899,5	116,7	1.858,7	-28,8	-2,1	-0,1	11,7
Administrações Públicas	1.599,6	73,1	1.061,8	79,4	1.253,9	8,6	18,1	0,4	40,9
Outras	1.004,3	90,8	837,7	37,3	604,8	-58,9	-27,8	-0,5	-16,0
Outras receitas correntes	6.832,8	321,7	4.793,2	383,6	5.420,4	19,3	13,1	1,4	18,5
Receita de capital	2.400,9	67,7	4.087,9	111,9	1.602,8	65,2	-60,8	-5,6	-59,1
Venda de bens de investimento	167,0	1,4	9,1	2,4	89,7	71,9	887,1	0,2	1.222,9
Transferências de Capital	1.607,3	80,9	3.632,4	109,9	973,4	35,8	-73,2	-6,0	-65,0
Administrações Públicas	90,4	0,7	8,6	0,8	19,3	8,0	124,4	0,0	513,4
Outras	1.516,9	80,2	3.623,8	109,2	954,1	36,1	-73,7	-6,1	-66,9
Outras receitas de capital	626,6	-14,6	446,5	-0,5	539,7	-96,8	20,9	0,2	-50,2
Receita efetiva	53.022,2	3.701,1	44.100,2	4.449,3	45.986,4	20,2	4,3		4,3
Despesa corrente	58.561,9	3.818,9	47.909,8	5.542,0	52.036,1	45,1	8,6	8,0	7,6
Despesas com o pessoal	12.541,6	945,6	10.380,3	1.665,9	11.567,8	76,2	11,4	2,3	9,0
Aquisição de bens e serviços	11.211,0	890,3	10.121,0	1.049,6	9.367,6	17,9	-7,4	-1,5	-6,7
Juros e outros encargos	7.815,2	336,1	7.435,9	388,9	7.281,6	15,7	-2,1	-0,3	-1,4
Transferências Correntes	24.590,2	1.721,1	18.711,4	2.341,6	22.491,2	36,1	20,2	7,4	15,1
Administrações Públicas	11.816,1	731,3	8.335,8	927,8	10.811,7	26,9	29,7	4,8	19,2
Outras	12.774,1	989,8	10.375,5	1.413,8	11.679,6	42,8	12,6	2,5	11,6
Subsídios	936,2	54,9	563,6	73,7	641,5	34,2	13,8	0,2	25,6
Outras despesas correntes	1.467,6	-129,2	697,6	22,3	686,4	-117,2	-1,6	0,0	71,1
Despesa de capital	3.790,1	240,2	3.474,4	171,6	2.703,7	-28,6	-22,2	-1,5	-15,3
Investimento	2.082,8	117,6	1.723,0	79,8	1.218,3	-32,1	-29,3	-1,0	-13,7
Transferências de capital	1.592,8	103,0	1.688,5	90,2	1.464,6	-12,5	-13,3	-0,4	-20,3
Administrações Públicas	982,0	49,9	1.171,9	36,1	917,2	-27,8	-21,7	-0,5	-24,8
Outras	610,8	53,0	516,5	54,1	547,4	2,0	6,0	0,1	-11,8
Outras despesas de capital	114,5	19,6	62,9	1,6	20,8	-91,9	-66,8	-0,1	81,3
Despesa efetiva	62.352,0	4.059,1	51.384,2	5.713,6	54.739,9	40,8	6,5		5,9
Saldo global	-9.329,8	-358,0	-7.284,0	-1.264,3	-8.753,5				
Por memória:									
Despesa primária	54.536,7	3.723,0	43.948,2	5.324,7	47.458,2	43,0	8,0		
Saldo corrente	-7.940,6	-185,6	-7.897,5	-1.204,6	-7.652,5				
Saldo de capital	-1.389,2	-172,5	613,6	-59,7	-1.101,0				
Saldo primário	-1.514,6	-21,9	152,0	-875,4	-1.471,9				

Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.  
O valor das rubricas residuais de receita do Objetivo 2013 foi revisto, por ajustamento de classificação entre “outras receitas de capital” e “outras receitas correntes.”

Fonte: Ministério das Finanças



## 5 - Execução Orçamental do Estado

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
<b>Receita corrente</b>	<b>39.334,1</b>	<b>32.079,6</b>	<b>35.259,3</b>	<b>89,7</b>	<b>89,6</b>	<b>9,9</b>	<b>9,0</b>	<b>10,0</b>
Receita Fiscal	34.903,2	28.900,7	31.566,8	90,2	90,4	9,2	7,5	8,9
Impostos diretos	16.501,8	11.850,0	14.417,7	86,9	87,4	21,7	7,3	21,0
Impostos indiretos	18.401,4	17.050,7	17.149,1	92,6	93,2	0,6	0,3	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	468,7	423,2	478,2	97,7	102,0	13,0	0,2	8,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	672,2	688,5	91,3	103,3	2,4	0,0	-9,5
Transferências Correntes	1.000,5	733,2	806,6	87,0	80,6	10,0	0,2	18,7
Administração Central	440,7	362,2	326,0	84,1	74,0	-10,0	-0,1	2,3
Outros subsectores das AP	469,1	309,6	433,2	91,5	92,3	39,9	0,3	38,7
Exterior	74,6	47,8	35,8	84,9	48,0	-25,1	0,0	32,4
Outras transferências	16,0	13,5	11,6	75,6	72,3	-14,7	0,0	-10,7
Outras Receitas Correntes	2.295,1	1.350,4	1.719,1	79,3	74,9	27,3	1,0	34,7
<b>Receita de capital</b>	<b>863,9</b>	<b>3.247,9</b>	<b>664,6</b>	<b>79,2</b>	<b>76,9</b>	<b>-79,5</b>	<b>-7,3</b>	<b>-78,9</b>
Venda de bens de investimento	107,3	0,3	65,4	12,5	61,0	24133,6	0,2	4852,6
Transferências de capital	139,7	2.802,6	63,4	98,5	45,4	-97,7	-7,8	-95,1
Administração Central	95,7	55,3	20,9	87,2	21,9	-62,1	-0,1	51,1
Outros subsectores das AP	0,9	1,2	2,2	97,2	250,5	80,7	0,0	-29,9
Exterior	42,4	58,0	15,7	61,8	37,0	-72,9	-0,1	-54,8
Outras transferências	0,7	2.688,1	24,5	100,0	3.747,9	-99,1	-7,5	-100,0
Outras Receitas de Capital	617,0	445,1	535,8	35,5	86,9	20,4	0,3	-50,8
<b>Receita efetiva</b>	<b>40.197,9</b>	<b>35.327,5</b>	<b>35.923,9</b>	<b>88,6</b>	<b>89,4</b>	<b>1,7</b>		<b>0,8</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>47.163,7</b>	<b>40.878,6</b>	<b>43.229,9</b>	<b>89,0</b>	<b>91,7</b>	<b>5,8</b>	<b>5,5</b>	<b>2,7</b>
Despesas com o pessoal	9.124,3	7.635,0	8.438,3	90,5	92,5	10,5	1,9	8,1
Remunerações Certas e Permanentes	7.040,5	5.883,6	6.290,6	91,8	89,3	6,9	0,9	9,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	365,9	316,8	314,5	86,4	86,0	-0,7	0,0	-0,2
Segurança social	1.717,9	1.434,6	1.833,1	86,2	106,7	27,8	0,9	3,3
Aquisição de bens e serviços	1.685,6	1.292,9	1.267,5	78,4	75,2	-2,0	-0,1	2,2
Juros e outros encargos	6.804,8	6.772,8	6.717,5	98,5	98,7	-0,8	-0,1	-1,0
Transferências correntes	28.088,3	24.578,1	26.100,4	87,1	92,9	6,2	3,5	-0,4
Administração Central	14.086,3	14.206,9	13.051,2	88,5	92,7	-8,1	-2,7	-12,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	11.637,8	8.191,9	10.739,9	84,0	92,3	31,1	5,9	19,3
União Europeia	1.646,2	1.645,3	1.783,9	92,9	108,4	8,4	0,3	-7,0
Outras transferências	718,0	534,1	525,5	84,4	73,2	-1,6	0,0	13,5
Subsídios	244,5	186,2	157,8	75,3	64,5	-15,3	-0,1	-1,1
Outras despesas correntes	1.216,3	413,6	548,3	81,0	45,1	32,6	0,3	138,4
<b>Despesa de capital</b>	<b>1.772,5</b>	<b>2.142,6</b>	<b>1.369,5</b>	<b>75,9</b>	<b>77,3</b>	<b>-36,1</b>	<b>-1,8</b>	<b>-37,2</b>
Investimento	377,6	237,2	148,3	36,0	39,3	-37,5	-0,2	-42,8
Transferências de capital	1.294,4	1.871,8	1.212,8	88,0	93,7	-35,2	-1,5	-39,1
Administração Central	269,0	629,2	242,0	93,6	90,0	-61,5	-0,9	-60,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	956,0	1.156,9	906,0	89,9	94,8	-21,7	-0,6	-25,7
União Europeia	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-100,0
Outras transferências	69,3	85,8	64,7	50,8	93,4	-24,5	0,0	-58,9
Outras despesas de capital	100,5	33,6	8,5	96,0	8,5	-74,7	-0,1	187,3
<b>Despesa efetiva</b>	<b>48.936,2</b>	<b>43.021,2</b>	<b>44.599,4</b>	<b>88,2</b>	<b>91,1</b>	<b>3,7</b>		<b>0,4</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-8.738,3</b>	<b>-7.693,6</b>	<b>-8.675,6</b>					
Despesas de anos anteriores		134,2	74,7					
Despesa primária	42.131,4	36.248,4	37.881,9	86,5	89,9	4,5		0,6
Saldo corrente	-7.829,7	-8.798,9	-7.970,6					
Saldo de capital	-908,6	1.105,3	-704,9					
Saldo primário	-1.933,5	-920,8	-1.958,0					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	17.521,9	9.456,3	4.596,2	83,3	26,2	-51,4		
dos quais Receitas de:								
Alienação de partes de Capital	1.340,0	160,0	-40,0	7,2	-3,0	-125,0		
Outros Ativos	1.659,8	249,8	1.111,2	53,8	66,9	344,8		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	26.659,8	24.120,8	26.254,7	116,0	98,5	8,8		

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

A Despesa inclui a totalidade da execução orçamental do Ministério da Defesa Nacional (subsetor Estado) de novembro de 2013, apesar de parte da mesma não ter sido transposta para o sistema central de gestão da informação orçamental (€ 57,4 milhões).

Fonte: Ministério das Finanças

6 - Receita do Estado

Período: janeiro a novembro									€ Milhões
	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)	
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)		
Receita fiscal	34.903,2	28.900,7	31.566,8	90,2	90,4	9,2	7,5	8,9	
Impostos Diretos	16.501,8	11.850,0	14.417,7	86,9	87,4	21,7	7,3	21,0	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	12.011,1	8.104,9	10.612,4	89,2	88,4	30,9	7,1	32,2	
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.480,6	3.480,0	3.799,9	81,3	84,8	9,2	0,9	4,7	
Outros	10,1	265,1	5,4	99,1	53,6	-98,0	-0,7	-96,2	
Impostos Indiretos	18.401,4	17.050,7	17.149,1	92,6	93,2	0,6	0,3	0,0	
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.040,1	1.966,3	1.927,0	92,9	94,5	-2,0	-0,1	-3,6	
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	12.937,6	11.897,6	12.063,2	92,9	93,2	1,4	0,5	1,1	
Imposto sobre Veículos (ISV)	334,4	331,7	319,2	91,7	95,4	-3,8	0,0	-7,6	
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.306,4	1.229,4	1.182,8	90,8	90,5	-3,8	-0,1	-3,5	
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	169,7	154,0	157,7	91,7	93,0	2,4	0,0	1,0	
Imposto do selo	1.327,4	1.242,7	1.237,2	91,5	93,2	-0,4	0,0	-2,3	
Imposto Único de Circulação (IUC)	242,5	180,4	221,0	91,3	91,1	22,5	0,1	22,7	
Outros	43,4	48,5	41,0	93,4	94,5	-15,5	0,0	-16,5	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	468,7	423,2	478,2	97,7	102,0	13,0	0,2	8,2	
Comparticipações para a ADSE	446,3	402,3	455,7	98,2	102,1	13,3	0,2	9,0	
Outros	22,4	20,9	22,5	88,5	100,6	7,5	0,0	-5,4	
Receita não fiscal	4.826,1	6.003,6	3.878,8	81,3	80,4	-35,4	-6,0	-34,7	
Correntes	3.962,2	2.755,7	3.214,2	83,9	81,1	16,6	1,3	20,7	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	666,6	672,2	688,5	91,3	103,3	2,4	0,0	-9,5	
Taxas	338,1	334,5	393,6	91,5	116,4	17,6	0,2	-7,6	
Juros de mora e compensatórios	90,1	102,1	87,7	91,9	97,3	-14,2	0,0	-18,9	
Multas do Código da Estrada	85,5	84,0	70,8	91,3	82,8	-15,8	0,0	-7,1	
Outras multas e penalidades diversas	152,9	151,5	136,5	90,4	89,3	-9,9	0,0	-8,7	
Rendimentos da Propriedade	1.130,5	301,9	824,8	57,3	73,0	173,2	1,5	114,5	
Juros	718,5	222,7	413,5	49,8	57,6	85,7	0,5	60,5	
Dividendos e participações nos lucros	408,6	77,2	410,0	100,0	100,4	431,1	0,9	429,3	
Outros	3,4	2,0	1,2	94,5	36,4	-39,0	0,0	58,2	
Transferências Correntes	1.000,5	733,2	806,6	87,0	80,6	10,0	0,2	18,7	
Administração Central	440,7	362,2	326,0	84,1	74,0	-10,0	-0,1	2,3	
Outros subsectores das AP	469,1	309,6	433,2	91,5	92,3	39,9	0,3	38,7	
Exterior	74,6	47,8	35,8	84,9	48,0	-25,1	0,0	32,4	
Outros	16,0	13,5	11,6	75,6	72,3	-14,7	0,0	-10,7	
Venda de Bens e Serviços Correntes	546,7	411,6	353,7	91,5	64,7	-14,1	-0,2	21,6	
Outras Receitas Correntes	419,0	438,9	363,4	88,4	86,7	-17,2	-0,2	-15,6	
Prémios e taxas por garantias de riscos	233,7	238,6	184,4	82,9	78,9	-22,7	-0,2	-18,8	
Outras	185,3	200,3	179,1	95,8	96,6	-10,6	-0,1	-11,3	
Recursos Próprios Comunitários	155,2	145,8	134,1	93,8	86,4	-8,1	0,0	-0,2	
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	43,6	52,2	43,1	70,1	98,8	-17,4	0,0	-41,4	
Capital	863,9	3.247,9	664,6	79,2	76,9	-79,5	-7,3	-78,9	
Venda de Bens de Investimento	107,3	0,3	65,4	12,5	61,0	24.133,6	0,2	4.852,6	
Transferências de Capital	139,7	2.802,6	63,4	98,5	45,4	-97,7	-7,8	-95,1	
Administração Central	95,7	55,3	20,9	87,2	21,9	-62,1	-0,1	51,1	
Outros subsectores das AP	0,9	1,2	2,2	97,2	250,5	80,7	0,0	-29,9	
Exterior	42,4	58,0	15,7	61,8	37,0	-72,9	-0,1	-54,8	
Outros	0,7	2.688,1	24,5	100,0	3.747,9	-99,1	-7,5	-100,0	
Outras Receitas de Capital	495,6	283,8	435,9	26,1	88,0	53,6	0,4	-54,4	
Saldo da Gerência Anterior	121,4	161,3	99,9	95,8	82,3	-38,1	-0,2	-27,9	
Receita efetiva	40.197,9	35.327,5	35.923,9	88,6	89,4	1,7		0,8	
Por memória:									
Ativos Financeiros	2.999,8	409,8	1.071,2	15,3	35,7	161,4			
Alienação de partes sociais de empresas	1.340,0	160,0	-40,0	7,2	-	-			
Outros ativos	1.659,8	249,8	1.111,2	53,8	66,9	344,8			
Passivos Financeiros	143.108,8	109.543,4	96.053,8	97,7	67,1	-12,3			

Notas:

Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR).

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

As transferências intra-setoriais são excluídas do quadro e, na parte que não é comum com a da despesa, são imputadas a outras receitas correntes e de capital.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

7 - Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (inclui Entidades Públicas Reclassificadas)

Período: janeiro a novembro									€ Milhões
	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)	
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	25.754,3	22.501,7	22.491,0	87,6	87,3	0,0	0,0	0,2	
Receita Fiscal	1.097,7	966,0	1.006,3	92,6	91,7	4,2	0,2	5,2	
Impostos diretos	22,9	22,3	21,6	100,0	94,2	-3,2	0,0	2,8	
Impostos indiretos	1.074,8	943,8	984,8	92,4	91,6	4,3	0,2	5,2	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.715,1	3.029,6	4.053,1	90,4	86,0	33,8	4,3	40,6	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.824,4	1.391,1	1.471,1	88,9	80,6	5,8	0,3	16,6	
Transferências Correntes	16.069,0	15.740,9	14.428,7	87,6	89,8	-8,3	-5,5	-10,6	
Administração Central - Estado	14.026,3	14.212,3	13.050,6	88,5	93,0	-8,2	-4,8	-12,6	
Outros subsectores das AP	1.130,4	752,2	820,7	94,4	72,6	9,1	0,3	41,9	
União Europeia	815,2	612,7	466,5	64,8	57,2	-23,9	-0,6	-13,7	
Outras transferências	97,1	163,6	91,0	92,6	93,6	-44,4	-0,3	-45,0	
Outras Receitas Correntes	2.048,1	1.374,1	1.531,8	78,0	74,8	11,5	0,7	16,3	
Receita de capital	1.899,4	1.520,8	1.201,1	60,8	63,2	-21,0	-1,3	-24,0	
Venda de bens de investimento	59,1	8,8	24,3	84,3	41,2	175,9	0,1	464,5	
Transferências de capital	1.831,2	1.510,6	1.173,0	60,7	64,1	-22,4	-1,4	-26,4	
Administração Central - Estado	268,0	625,5	242,0	92,8	90,3	-61,3	-1,6	-60,2	
Outros subsectores das AP	89,5	7,4	17,1	54,8	19,1	131,6	0,0	563,9	
União Europeia	1.397,7	763,6	852,1	63,3	61,0	11,6	0,4	15,9	
Outras transferências	76,0	114,1	61,8	19,2	81,2	-45,9	-0,2	-87,2	
Outras Receitas de Capital	9,1	1,4	3,8	95,5	41,8	175,2	0,0	528,1	
Receita efetiva	27.653,8	24.022,5	23.692,1	85,2	85,7	-1,4		-1,9	
Despesa corrente	25.865,2	21.600,3	22.174,4	86,5	85,7	2,7	2,4	3,6	
Despesas com o pessoal	3.417,3	2.745,4	3.129,5	89,6	91,6	14,0	1,6	11,5	
Remunerações Certas e Permanentes	2.607,4	2.104,1	2.412,1	90,6	92,5	14,6	1,3	12,3	
Abonos Variáveis ou Eventuais	219,4	172,3	162,5	85,5	74,1	-5,7	0,0	8,9	
Segurança social	590,5	469,0	554,9	86,5	94,0	18,3	0,4	8,9	
Aquisição de bens e serviços	9.525,4	8.828,1	8.100,0	85,2	85,0	-8,2	-3,1	-8,1	
Juros e outros encargos	1.010,5	663,1	564,1	62,9	55,8	-14,9	-0,4	-4,1	
Transferências correntes	11.033,0	8.702,6	9.758,1	90,3	88,4	12,1	4,5	14,5	
Administração Central - Estado	444,8	362,5	316,1	82,9	71,1	-12,8	-0,2	1,7	
Outros subsectores das AP	178,3	144,0	71,8	95,0	40,3	-50,1	-0,3	17,7	
União Europeia	47,1	16,6	9,3	69,0	19,7	-43,9	0,0	96,0	
Outras transferências	10.362,9	8.179,6	9.360,9	90,7	90,3	14,4	5,0	14,9	
Subsídios	691,7	377,4	483,7	75,7	69,9	28,2	0,5	38,8	
Outras despesas correntes	187,4	283,7	139,0	83,2	74,2	-51,0	-0,6	-45,0	
Despesa de capital	2.380,0	2.012,6	1.595,7	84,2	67,0	-20,7	-1,8	-0,4	
Investimento	1.705,2	1.485,8	1.070,0	84,7	62,7	-28,0	-1,8	-2,8	
Transferências de capital	661,8	512,2	516,1	83,1	78,0	0,8	0,0	7,4	
Administração Central - Estado	94,4	66,4	22,2	91,4	23,6	-66,5	-0,2	29,9	
Outros subsectores das AP	26,0	15,1	11,2	75,7	42,9	-25,8	0,0	30,8	
União Europeia	0,0	0,0	18,5	100,0	52.755,1	56.166,6	0,1	6,7	
Outras transferências	541,4	430,7	464,2	82,3	85,7	7,8	0,1	3,4	
Outras despesas de capital	13,0	14,5	9,6	77,0	73,6	-34,3	0,0	-31,2	
Despesa efetiva	28.245,3	23.612,8	23.770,1	86,3	84,2	0,7		3,3	
Saldo global	-591,5	409,7	-77,9						
Despesas de anos anteriores		1.340,9	713,5						
Despesa primária	27.234,8	22.949,7	23.206,0	87,3	85,2	1,1		3,6	
Saldo corrente	-110,9	901,4	316,6						
Saldo de capital	-480,6	-491,7	-394,5						
Saldo primário	418,9	1.072,8	486,1						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	963,3	276,4	440,2	23,5	45,7	59,3			
dos quais Receitas de:		0,0	0,0						
Alienação de partes de Capital	40,0	0,0	79,8	-	199,5	-			
Outros Ativos	1.707,7	2.412,5	548,5	93,1	32,1	-77,3			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	393,2	71,7	825,6	-5,2	210,0	1.052,2			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-161,6	964,9	307,4	91,3	-190,2	-68,1			

Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Os elementos em análise evidenciam a última execução acumulada reportada pelos organismos em falta, identifica-se a seguir os organismos faltosos e o mês de execução incluída nos dados da execução orçamental em análise:

2012

Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL - mês janeiro

Empresa de Meios Aéreos, SA - mês julho

PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. - não efetuaram qualquer reporte de execução até dezembro de 2012

2013

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, IP - mês agosto

8 - Execução Orçamental das Entidades Públicas Reclassificadas

Período: janeiro a novembro									€ Milhões
	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)	
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)		
Receita corrente	2.552,7	2.161,8	2.086,7	82,2	81,7	-3,5	-2,8	-2,9	
Receita Fiscal	655,8	618,6	571,0	91,7	87,1	-7,7	-1,8	-2,8	
Impostos diretos	0,2	0,0	0,2	-	108,2	-	-	-	
Impostos indiretos	655,6	618,6	570,8	91,7	87,1	-7,7	-1,8	-2,8	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	345,5	252,0	342,6	90,7	99,2	36,0	3,4	24,4	
Transferências Correntes	678,7	688,9	550,2	75,9	81,1	-20,1	-5,1	-25,2	
Administração Central - Estado	455,5	419,0	437,1	89,6	96,0	4,3	0,7	-2,6	
Outros subsectores das AP	45,4	33,8	35,4	89,1	78,1	5,0	0,1	19,8	
União Europeia	168,9	228,7	72,7	58,9	43,0	-68,2	-5,8	-56,5	
Outras transferências	8,9	7,5	5,0	55,1	56,3	-32,8	-0,1	-34,3	
Outras Receitas Correntes	872,7	602,4	622,8	78,4	71,4	3,4	0,8	13,6	
Receita de capital	625,5	543,9	140,7	68,1	22,5	-74,1	-14,9	-21,7	
Venda de bens de investimento	38,8	4,3	16,0	88,4	41,3	269,2	0,4	691,2	
Transferências de capital	586,4	538,4	123,1	67,9	21,0	-77,1	-15,3	-26,0	
Administração Central - Estado	39,0	366,4	18,7	99,2	47,9	-94,9	-12,9	-89,4	
Outros subsectores das AP	50,8	0,4	9,3	8,4	18,3	2.126,0	0,3	923,7	
União Europeia	496,0	170,1	94,9	40,8	19,1	-44,2	-2,8	19,0	
Outras transferências	0,6	1,4	0,2	100,3	30,4	-87,5	0,0	-58,6	
Outras Receitas de Capital	0,3	1,2	1,6	95,7	639,5	42,5	0,0	-78,7	
Receita efetiva	3.178,1	2.705,7	2.227,4	78,9	70,1	-17,7		-7,3	
Despesa corrente	2.738,3	2.143,5	1.995,4	75,9	72,9	-6,9	-4,3	-3,1	
Despesas com o pessoal	726,0	614,4	662,6	90,0	91,3	7,8	1,4	6,3	
Remunerações Certas e Permanentes	572,4	467,6	526,5	90,6	92,0	12,6	1,7	10,9	
Abonos Variáveis ou Eventuais	28,9	23,4	24,4	81,0	84,6	4,4	0,0	0,0	
Segurança social	124,7	123,4	111,7	89,6	89,6	-9,5	-0,3	-9,4	
Aquisição de bens e serviços	882,2	615,3	643,6	75,8	73,0	4,6	0,8	8,7	
Juros e outros encargos	946,6	625,5	553,2	62,2	58,4	-11,6	-2,1	-5,9	
Transferências correntes	71,7	28,2	29,1	82,9	40,6	3,1	0,0	110,7	
Administração Central - Estado	4,4	2,4	2,9	80,7	65,6	20,3	0,0	47,9	
Outros subsectores das AP	0,2	1,7	1,7	92,3	811,9	1,2	0,0	-88,5	
União Europeia	36,6	3,6	1,5	84,5	4,0	-59,4	-0,1	754,4	
Outras transferências	30,4	20,5	23,0	82,3	75,8	12,3	0,1	21,9	
Subsídios	32,4	24,4	23,5	87,3	72,4	-3,7	0,0	16,2	
Outras despesas correntes	79,4	235,6	83,4	89,4	105,1	-64,6	-4,5	-69,9	
Despesa de capital	1.320,9	1.264,6	937,3	88,0	71,0	-25,9	-9,6	-8,1	
Investimento	1.320,9	1.264,6	919,1	88,0	69,6	-27,3	-10,1	-8,1	
Transferências de capital	0,0	0,0	18,3	89,3	-	734.578,0	0,5	-97,3	
Administração Central - Estado	0,0	0,0	0,0	100,0	-	-100,0	0,0	-100,0	
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	
União Europeia	0,0	0,0	18,2	-	-	-	-	-	
Outras transferências	0,0	0,0	0,1	79,4	98.758,2	6.415,3	0,0	-94,8	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	
Despesa efetiva	4.059,2	3.408,0	2.932,7	80,0	72,2	-13,9		-4,8	
Saldo global	-881,1	-702,4	-705,4						
Despesas de anos anteriores		314,6							
Despesa primária	3.112,6	2.782,6	2.379,6	85,5	76,5	-14,5	-11,8	-4,4	
Saldo corrente	-185,6	18,4	91,2						
Saldo de capital	-695,4	-720,7	-796,6						
Saldo primário	65,5	-76,9	-152,2						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-42,5	-27,7	-77,5	-10,1	-	180,2			
dos quais Receitas de:		0,0	0,0						
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	79,8	-	-	-			
Outros Ativos	48,0	30,5	0,3	17,5	0,7	-98,9			
Passivos financeiros líquidos de amortizações	1.262,6	821,8	830,9	59,8	65,8	1,1			
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	424,1	147,1	203,0	55,7	47,9	38,0			

Notas:

As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.  
O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.  
A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Os elementos em análise evidenciam a última execução acumulada reportada pelos organismos em falta, identifica-se a seguir os organismos faltosos e o mês de execução incluída nos dados da execução orçamental em análise:

2012

Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinagético e de Educação Ambiental, CIRPL - mês janeiro  
Empresa de Meios Aéreos, SA - mês julho  
PARUPS, S.A. e PARVALOREM, S.A. - não efetuaram qualquer reporte de execução até dezembro de 2012

2013

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, IP - mês agosto

## 9 - Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo		Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2011	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>9.184,4</b>	<b>7.852,1</b>	<b>7.393,7</b>	<b>8.406,0</b>	<b>92,4</b>	<b>91,5</b>	<b>13,7</b>	<b>13,5</b>	<b>14,8</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	4.709,7	3.463,0	3.025,0	4.049,3	90,4	86,0	33,9	13,7	40,7
Quotas e contribuições para a CGA	4.181,1	2.944,1	2.570,7	3.532,1	90,3	84,5	37,4	12,8	46,9
Compensação por pagamento de pensões	528,6	518,8	454,3	517,2	90,7	97,8	13,8	0,8	5,6
Subsectores das Administrações Públicas	505,3	474,7	434,5	491,9	90,7	97,3	13,2	0,8	5,5
Outras entidades	23,3	44,2	19,8	25,3	91,3	108,8	27,5	0,1	7,1
Transferências Correntes	4.304,2	4.263,9	4.217,5	4.176,6	94,2	97,0	-1,0	-0,5	-3,9
Orçamento do Estado	4.294,1	4.247,2	4.208,3	4.169,9	94,2	97,1	-0,9	-0,5	-3,9
Comparticipação do Orçamento do Estado	4.033,2	4.013,6	3.962,4	3.884,3	94,0	96,3	-2,0	-1,0	-4,3
Compensação por pagamento de pensões	261,0	233,6	245,9	285,6	96,8	109,4	16,1	0,5	2,8
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	167,6	155,4	165,1	190,1	100,0	113,4	15,1	0,3	1,5
Subvenções vitalícias	6,4	7,1	6,2	6,9	100,0	107,1	10,8	0,0	3,5
Pensões de preço de sangue	30,2	29,8	28,9	31,1	96,8	103,0	7,8	0,0	1,3
Outras	56,7	41,3	45,7	57,5	86,5	101,3	25,8	0,2	7,4
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras transferências correntes	10,1	16,7	9,2	6,7	95,6	66,8	-26,7	0,0	4,8
Outras receitas correntes	170,5	125,3	151,3	180,1	87,7	105,6	19,0	0,4	-1,2
<b>Receita de capital</b>	<b>48,5</b>	<b>594,2</b>	<b>96,8</b>	<b>48,1</b>	<b>16,9</b>	<b>99,2</b>	<b>-50,3</b>	<b>-0,6</b>	<b>-91,5</b>
Transferências de Capital	48,5	594,2	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,6	-91,5
Outras entidades	48,5	594,2	96,8	48,1	16,9	99,2	-50,3	-0,6	-91,5
<b>Receita Efectiva</b>	<b>9.232,9</b>	<b>8.446,3</b>	<b>7.490,5</b>	<b>8.454,1</b>	<b>87,4</b>	<b>91,6</b>	<b>12,9</b>		<b>7,7</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>9.344,8</b>	<b>8.128,0</b>	<b>7.357,1</b>	<b>8.531,8</b>	<b>91,7</b>	<b>91,3</b>	<b>16,0</b>	<b>16,0</b>	<b>16,5</b>
Despesas com o pessoal	8,3	7,1	6,2	7,0	91,6	84,4	12,2	0,0	21,8
Remunerações Certas e Permanentes	0,8	0,1	0,0	0,1	92,1	6,3	12,9	0,0	1.546,7
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Segurança social	7,5	7,0	6,2	6,9	91,6	92,7	12,2	0,0	10,9
Aquisição de bens e serviços	26,5	20,5	19,5	19,4	92,7	73,2	-0,6	0,0	25,8
Juros e outros encargos	4,3	8,3	0,5	0,4	7,4	8,4	-25,2	0,0	-34,0
Transferências	9.302,5	8.090,5	7.330,0	8.504,4	91,8	91,4	16,0	16,0	16,5
Pensões e abonos da responsabilidade de:									
Caixa Geral de Aposentações	8.500,9	7.292,6	6.602,9	7.721,2	91,7	90,8	16,9	15,2	18,1
Orçamento do Estado	254,5	224,7	231,3	262,6	92,8	103,2	13,5	0,4	2,1
Outras entidades	528,6	573,1	495,2	506,4	92,7	95,8	2,3	0,2	-1,0
Outras transferências correntes	18,5	0,2	0,5	14,2	99,1	76,4	2.679,9	0,2	3.503,9
Outras despesas correntes	3,3	1,5	1,0	0,7	97,6	20,9	-29,0	0,0	232,1
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0,0</b>	<b>144,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Despesa efectiva</b>	<b>9.344,8</b>	<b>8.272,1</b>	<b>7.357,1</b>	<b>8.531,8</b>	<b>91,7</b>	<b>91,3</b>	<b>16,0</b>		<b>16,5</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-111,9</b>	<b>174,2</b>	<b>133,4</b>	<b>-77,6</b>					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-89,7	375,0	4,7	-82,9	0,9	92,5	-1.871,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-22,3	-200,8	128,7	5,3					

### Notas:

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

Fonte: Direção-Geral do Orçamento

## 10 - Execução Orçamental da Segurança Social

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>25.375,8</b>	<b>21.231,8</b>	<b>22.937,3</b>	<b>87,8</b>	<b>90,4</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>4,9</b>
Contribuições e quotizações	13.108,1	11.716,1	11.909,7	89,6	90,9	1,7	0,9	0,2
IVA Social e do Plano de Emergência Social	976,0	774,0	895,7	86,8	91,8	15,7	0,6	9,4
Transferências correntes da Administração Central	8.677,2	6.626,4	7.936,2	82,4	91,5	19,8	6,2	7,9
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	7.868,6	5.977,3	7.295,7	81,4	92,7	22,1	6,2	7,2
Transferências do Fundo Social Europeu	1.567,5	1.173,5	1.344,4	99,8	85,8	14,6	0,8	33,3
Outras receitas correntes	1.046,9	941,8	851,4	95,2	81,3	-9,6	-0,4	5,8
<b>Receita de capital</b>	<b>24,4</b>	<b>5,0</b>	<b>6,2</b>	<b>63,9</b>	<b>25,2</b>	<b>23,8</b>	<b>0,0</b>	<b>213,5</b>
Venda de Bens de Investimento	20,0	2,5	3,0	96,1	15,1	19,4	0,0	659,4
Transferências do Orçamento do Estado	4,4	2,4	2,8	47,3	63,9	15,2	0,0	-14,7
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,3	109,2	1.682,2	2.130,2	0,0	44,8
<b>Receita Efetiva</b>	<b>25.400,2</b>	<b>21.236,8</b>	<b>22.943,5</b>	<b>87,8</b>	<b>90,3</b>	<b>8,0</b>		<b>5,0</b>
<b>Despesa Corrente</b>	<b>25.350,4</b>	<b>21.096,9</b>	<b>22.492,3</b>	<b>88,9</b>	<b>88,7</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>	<b>6,8</b>
Prestações Sociais	22.317,7	18.687,0	19.930,7	88,6	89,3	6,7	5,9	5,8
Pensões	15.314,6	12.581,2	13.847,3	87,2	90,4	10,1	6,0	6,1
Sobrevivência	2.069,2	1.723,0	1.911,2	86,0	92,4	10,9	0,9	3,3
Invalidez	1.389,0	1.173,2	1.261,7	85,4	90,8	7,5	0,4	1,1
Velhice	11.820,6	9.651,5	10.636,2	87,6	90,0	10,2	4,7	7,3
Beneficiários dos antigos combatentes	35,8	33,5	38,2	99,7	106,6	13,8	0,0	6,4
Subsídio familiar a crianças e jovens	660,3	610,7	607,2	92,0	92,0	-0,6	0,0	-0,5
Subsídio por doença	410,6	384,4	356,1	92,8	86,7	-7,4	-0,1	-0,9
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.961,4	2.360,1	2.513,9	91,0	84,9	6,5	0,7	14,2
Complemento Solidário para Idosos	252,8	249,5	244,4	91,7	96,7	-2,0	0,0	-7,1
Outras prestações	716,1	747,5	642,6	93,0	89,7	-14,0	-0,5	-11,0
Ação social	1.688,6	1.394,8	1.431,0	90,9	84,7	2,6	0,2	10,0
Rendimento Social de Inserção	313,4	358,7	288,4	92,5	92,0	-19,6	-0,3	-19,2
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	502,3	479,5	470,6	92,9	93,7	-1,8	0,0	-2,7
Administração	305,3	254,9	268,4	89,7	87,9	5,3	0,1	7,4
Outras despesas correntes	559,8	557,6	557,2	94,2	99,5	-0,1	0,0	-5,4
<i>dos quais:</i>								
Transferências e subsídios correntes	559,8	557,6	557,2	94,2	99,5	-0,1	0,0	-5,4
Ações de Formação Profissional	1.665,4	1.117,9	1.265,4	90,1	76,0	13,2	0,7	34,3
<i>dos quais:</i>								
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.471,2	974,0	1.119,8	89,9	76,1	15,0	0,7	35,8
<b>Despesa de Capital</b>	<b>46,7</b>	<b>24,7</b>	<b>15,2</b>	<b>80,0</b>	<b>32,6</b>	<b>-38,4</b>	<b>0,0</b>	<b>51,2</b>
PIDDAC	4,4	1,8	1,9	64,6	42,4	1,6	0,0	54,9
Outras	42,3	22,9	13,4	81,6	31,6	-41,6	0,0	50,8
<b>Despesa efetiva</b>	<b>25.397,1</b>	<b>21.121,6</b>	<b>22.507,5</b>	<b>88,9</b>	<b>88,6</b>	<b>6,6</b>		<b>6,9</b>
<b>Saldo global</b>	<b>3,1</b>	<b>115,2</b>	<b>436,0</b>					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	1.395,2	26,4					
Alienação de partes de Capital	0,0							
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	-1.280,1	409,6					

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP



## 11 - Execução Orçamental da Segurança Social por Classificação Económica

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2º Orçamento Retificativo	Execução acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (pp)	
<b>Receita corrente</b>	<b>25.375,2</b>	<b>21.231,3</b>	<b>22.937,3</b>	<b>87,8</b>	<b>90,4</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>4,9</b>
Receitas fiscais	0,0	774,0	0,0	86,8	-	-100,0	-3,6	-100,0
Impostos diretos	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Impostos indiretos	0,0	774,0	0,0	86,8	-	-100,0	-3,6	-100,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	13.108,1	11.716,1	11.909,7	89,6	90,9	1,7	0,9	0,2
Taxas, Multas e Outras Penalidades	101,1	92,3	93,3	91,3	92,3	1,1	0,0	0,0
Transferências Correntes	11.432,9	7.961,0	10.342,7	84,8	90,5	29,9	11,2	21,7
Administração Central	9.663,6	6.629,5	8.833,4	82,4	91,4	33,2	10,4	20,1
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	1.567,6	1.173,5	1.344,4	99,8	85,8	14,6	0,8	33,3
Outras transferências	201,7	158,0	164,8	92,0	81,7	4,3	0,0	17,4
Outras receitas correntes	733,2	687,8	591,6	96,2	80,7	-14,0	-0,5	2,5
<b>Receita de capital</b>	<b>25,0</b>	<b>5,5</b>	<b>6,2</b>	<b>59,0</b>	<b>24,9</b>	<b>13,4</b>	<b>0,0</b>	<b>168,7</b>
Venda de bens de investimento	20,0	2,5	3,0	95,6	15,1	19,4	0,0	655,5
Transferências de capital	4,4	2,4	3,2	47,6	72,5	30,4	0,0	-14,3
Administração Central	4,4	2,4	3,2	47,5	72,3	30,3	0,0	-14,4
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	0,0	0,0	0,0	100,0	117,9	52,1	0,0	28,9
Outras transferências	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras Receitas de Capital	0,6	0,5	0,0	33,5	0,6	-99,3	-0,0	-62,6
<b>Receita efetiva</b>	<b>25.400,2</b>	<b>21.236,8</b>	<b>22.943,5</b>	<b>87,8</b>	<b>90,3</b>	<b>8,0</b>		<b>5,0</b>
<b>Despesa corrente</b>	<b>25.322,1</b>	<b>21.061,9</b>	<b>22.483,9</b>	<b>88,8</b>	<b>88,8</b>	<b>6,8</b>	<b>6,7</b>	<b>6,8</b>
Despesas com o pessoal	261,6	230,2	250,6	91,7	95,8	8,9	0,1	4,1
Aquisição de bens e serviços	88,0	66,3	60,0	83,4	68,1	-9,5	-0,0	10,8
Juros e outros encargos	7,1	2,1	2,1	95,8	30,1	0,8	0,0	221,1
Transferências correntes	23.262,1	20.186,1	20.884,8	91,3	89,8	3,5	3,3	5,2
Administração Central	585,8	1.034,3	573,6	170,0	97,9	-44,5	-2,2	-3,7
Outros subsectores das AP	25,6	100,6	23,9	401,6	93,2	-76,2	-0,4	2,3
União Europeia	4,4	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-20,4
Outras transferências	22.646,2	19.051,1	20.287,3	88,7	89,6	6,5	5,9	5,4
Subsídios	1.522,9	566,6	1.205,3	45,3	79,1	112,7	3,0	21,8
Outras despesas correntes	180,4	10,6	81,1	91,2	44,9	662,8	0,3	1.448,9
<b>Despesa de capital</b>	<b>75,0</b>	<b>59,7</b>	<b>23,6</b>	<b>125,9</b>	<b>31,4</b>	<b>-60,5</b>	<b>-0,2</b>	<b>58,1</b>
Investimento	41,3	20,2	10,6	74,0	25,8	-47,2	-0,0	51,4
Transferências de capital	33,7	39,5	12,9	196,0	38,3	-67,3	-0,1	67,1
Administração Central	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outros subsectores das AP	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
União Europeia	0,3	0,6	0,0	79,3	0,0	-100,0	-0,0	-58,8
Outras transferências	33,4	39,0	12,9	200,3	38,7	-66,8	-0,1	71,8
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
<b>Despesa efetiva</b>	<b>25.397,1</b>	<b>21.121,6</b>	<b>22.507,5</b>	<b>88,9</b>	<b>88,6</b>	<b>6,6</b>		<b>6,9</b>
<b>Saldo global</b>	<b>3,1</b>	<b>115,2</b>	<b>436,0</b>					
Despesas de anos anteriores								
Despesa primária	25.390,0	21.119,5	22.505,3	88,9	88,6	6,6		6,9
Saldo primário	10,2	117,3	438,1					
Saldo corrente	53,1	169,4	453,3					
Saldo de capital	-50,0	-54,2	-17,3					
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	767,8	1.395,2	26,4	86,2	3,4	-98,1		
dos quais Receitas de:								
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Outros Ativos	27.251,3	9.494,4	17.300,7	86,6	63,5	82,2		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	-	-	-		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-764,7	-1.280,1	409,6					

### Notas:

O grau de execução de 2013 está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo abatido de cativos; para 2012 a referência é a execução final.

A variação homóloga implícita ao OE-2013 resulta da comparação com a execução de 2012.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

12 - Administração Regional

Período: janeiro a novembro														€ Milhões
	R. Autónoma dos Açores			R. Autónoma da Madeira			Administração Regional							
	Execução Acumulada		VH (%)	Execução Acumulada		VH (%)	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE 2013 (%)	
	2012	2013		2012	2013		2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)		VH
Receita corrente	581,3	769,6	32,4	779,2	976,0	25,3	1.360,6	1.745,6	85,3	103,1	28,3	22,2	6,2	
Receita Fiscal	384,5	493,1	28,2	549,6	689,8	25,5	934,0	1.182,9	86,5	90,0	26,6	14,3	21,7	
Impostos diretos	139,6	195,2	39,8	198,2	322,7	62,8	337,8	517,9	80,8	89,4	53,3	10,4	38,7	
dos quais:														
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	118,6	155,6	31,2	150,5	189,3	25,8	269,0	344,9	83,7	85,2	28,2	4,4	25,9	
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	21,0	39,6	88,6	47,7	128,8	170,0	68,7	168,3	74,5	96,3	145,0	5,7	89,3	
Impostos indiretos	244,9	298,0	21,7	351,3	367,0	4,5	596,2	665,0	90,1	90,6	11,5	4,0	11,0	
dos quais:														
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	151,4	199,9	32,0	233,9	253,8	8,5	385,3	453,7	91,3	91,4	17,8	3,9	17,6	
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3,4	4,6	35,3	4,8	3,8	-20,8	8,2	8,4	90,3	92,0	2,4	0,0	0,6	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	17,3	17,2	-0,6	24,6	23,1	-6,1	41,9	40,3	89,5	102,7	-3,8	-0,1	-16,3	
Rendimentos da Propriedade	1,5	3,5	133,3	9,3	9,3	0,0	10,8	12,9	73,3	96,4	19,4	0,1	-9,0	
Transferências Correntes	155,4	233,5	50,3	157,1	224,7	43,0	312,5	458,2	80,9	178,7	46,6	8,4	-33,6	
Administração Central - Estado	139,0	212,2	52,7	129,0	192,2	49,0	268,0	404,4	79,7	211,0	50,9	7,9	-43,0	
Outros subsectores das AP	8,3	8,6	3,6	13,4	12,3	-8,2	21,7	20,9	95,5	91,7	-3,7	0,0	0,1	
Resto do mundo	7,1	11,7	64,8	14,0	19,4	38,6	21,2	31,1	82,8	80,6	46,7	0,6	50,9	
Outras transferências	1,0	1,0	0,0	0,6	0,8	33,3	1,6	1,8	94,7	54,8	12,5	0,0	96,0	
Venda de bens e serviços correntes	17,6	13,5	-23,3	12,8	15,9	24,2	30,4	29,5	91,4	61,6	-3,0	-0,1	43,7	
Reposições não abatidas nos pagamentos	0,9	1,6	77,8	1,0	4,6	360,0	1,9	6,2	80,8	106,5	226,3	0,2	145,3	
Outras receitas correntes	0,8	2,5	212,5	20,0	4,8	-76,0	20,8	7,2	93,2	101,3	-65,4	-0,8	-67,9	
Receita de capital	282,7	219,7	-22,3	92,4	200,1	116,6	375,1	419,8	89,6	51,4	11,9	2,6	95,2	
Venda de Bens de Investimento	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	99,6	0,5	-50,0	0,0	10.505,4	
Transferências de Capital	282,1	219,1	-22,3	92,2	120,0	30,2	374,3	339,2	89,7	47,7	-9,4	-2,0	70,3	
Administração Central - Estado	187,5	106,7	-43,1	45,8	45,8	0,0	233,3	152,6	98,4	41,1	-34,6	-4,7	56,5	
Outros subsectores das AP	4,5	3,2	-28,9	5,6	0,9	-83,9	10,1	4,0	91,0	28,7	-60,4	-0,4	26,3	
Resto do mundo	88,2	109,2	23,8	40,7	73,3	80,1	128,9	182,5	77,1	56,0	41,6	3,1	94,9	
Outras transferências	2,0	0,1	-95,0	0,0	0,0	0,0	2,0	0,1	100,0	92,6	-95,0	-0,1	-97,2	
Outras receitas de capital	0,5	0,4	-20,0	0,0	80,0	0,0	0,5	80,4	59,0	99,8	15.980,0	4,6	9.105,8	
Receita Efetiva	864,1	989,3	14,5	871,6	1.176,1	34,9	1.735,7	2.165,4	86,2	86,3	24,8		24,7	
Despesa Corrente	677,2	770,6	13,8	909,4	976,2	7,3	1.586,6	1.746,8	87,9	78,3	10,1	8,9	23,6	
Despesas com o pessoal	292,7	343,3	17,3	311,4	354,8	13,9	604,1	698,1	91,2	87,7	15,6	5,2	20,2	
Remunerações Certas e Permanentes	235,1	266,7	13,4	263,0	294,3	11,9	498,1	561,0	91,8	83,2	12,6	3,5	24,2	
Abonos Variáveis ou Eventuais	13,5	12,9	-4,4	4,3	3,6	-16,3	17,7	16,5	88,3	77,8	-6,8	-0,1	5,4	
Segurança social	44,1	63,7	44,4	44,1	56,9	29,0	88,2	120,6	88,6	120,1	36,7	1,8	0,8	
Aquisição de bens e serviços	97,5	95,2	-2,4	245,6	263,7	7,4	343,1	358,9	81,9	86,9	4,6	0,9	-1,4	
Juros e outros encargos	26,2	36,5	39,3	55,1	59,9	8,7	81,3	96,4	88,3	23,9	18,6	0,8	337,8	
Transferências	225,4	251,9	11,8	259,0	272,7	5,3	484,5	524,6	91,1	101,9	8,3	2,2	-3,2	
Subsectores das AP	1,6	1,6	0,0	0,3	1,0	233,3	1,9	2,6	94,5	54,1	36,8	0,0	136,6	
Outras transferências	223,9	250,4	11,8	258,7	271,7	5,0	482,6	522,0	91,1	102,3	8,2	2,2	-3,7	
Subsídios	24,3	30,3	24,7	17,2	23,5	36,6	41,5	53,8	65,2	69,6	29,6	0,7	21,6	
Outras despesas correntes	11,1	13,3	19,8	21,1	1,7	-91,9	32,1	15,0	89,9	57,3	-53,3	-0,9	-26,9	
Despesa de Capital	133,6	183,5	37,4	89,4	995,1	1.013,1	223,0	1.178,5	47,0	84,9	428,5	52,8	192,7	
Aquisição de bens de capital	35,3	70,1	98,6	57,6	941,5	1.534,5	92,9	1.011,6	28,6	87,7	988,9	50,8	255,5	
Transferências	97,9	108,9	11,2	31,8	53,5	68,2	129,8	162,4	86,9	75,7	25,1	1,8	43,6	
Subsectores das AP	8,6	9,0	4,7	5,1	14,3	180,4	13,7	23,3	87,9	106,4	70,1	0,5	40,4	
Outras transferências	89,4	99,9	11,7	26,7	39,3	47,2	116,1	139,2	86,7	72,3	19,9	1,3	43,9	
Outras despesas de capital	0,3	4,5	1.400,0	0,0	0,0	0,0	0,3	4,5	91,7	22,5	1.400,0	0,2	5.129,4	
Despesa efetiva	810,8	954,1	17,7	998,8	1.971,3	97,4	1.809,6	2.925,3	79,4	80,9	61,7		58,8	
Saldo global	53,3	35,2		-127,20	-795,2		-73,9	-759,9						
Despesa primária	784,6	917,6	17,0	943,7	1.911,4	102,5	1.728,3	2.828,9	79,0	88,0	63,7		45,4	
Saldo primário	79,5	71,7		-72,1	-735,2		7,4	-663,5						
Saldo corrente	-95,8	-1,0		-130,2	-0,2		-226,0	-1,2						
Saldo de capital	149,1	36,2		3,0	-795,0		152,1	-758,8						
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,4	20,2		247,9	27,7		248,3	47,9						
dos quais Receitas de:														
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0						
Outros Ativos	-0,1	-0,3		-0,5	-6,1		-0,7	-6,4						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,7	-8,2		637,0	953,9		637,8	945,7						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	53,7	6,8		261,9	131,0		315,5	137,9						

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores



Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	2012	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada			VH implícita ao OE 2013 (%)
		2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo (pp)	VH	
Receita corrente	5.573,2	5.135,5	5.142,1	92,1	86,1	0,1	0,1		7,2
Receita Fiscal	2.224,0	2.129,9	1.870,5	95,8	82,5	-12,2	-4,0		2,0
Impostos diretos	2.088,9	2.008,0	1.752,4	96,1	81,9	-12,7	-3,9		2,5
Imposto Municipal sobre Transmissões	386,0	357,0	347,6	92,5	94,7	-2,6	-0,1		-4,9
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.229,6	1.203,8	961,5	97,9	70,7	-20,1	-3,7		10,5
Imposto Municipal sobre Veículos	208,0	191,2	237,8	91,9	133,5	24,4	0,7		-14,4
Derrama	261,2	252,7	202,2	96,7	86,8	-20,0	-0,8		-10,8
Outros	4,1	3,3	3,4	81,5	132,7	1,2	0,0		-37,9
Impostos indiretos	135,1	121,9	118,1	90,2	92,5	-3,1	-0,1		-5,5
Taxas, Multas e Outras Penalidades	201,7	186,5	166,8	92,5	84,1	-10,6	-0,3		-1,7
Rendimentos da Propriedade	266,3	211,1	209,1	79,3	83,1	-1,0	0,0		-5,5
Transferências Correntes	2.071,9	1.895,0	2.162,7	91,5	87,1	14,1	4,1		19,9
Lei das Finanças Locais	1.596,3	1.461,8	1.750,3	91,6	90,9	19,7	4,4		20,6
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.064,4	974,4	1.242,8	91,6	89,2	27,5	4,1		30,8
Fundo Social Municipal	140,6	130,6	130,0	92,8	92,5	-0,5	0,0		0,0
Participação IRS	391,3	356,8	377,5	91,2	96,4	5,8	0,3		0,1
Outros subsectores das AP	420,3	384,0	360,1	91,4	71,2	-6,2	-0,4		20,3
Resto do mundo	26,0	21,8	20,4	83,7	80,1	-6,0	0,0		-1,8
Outras transferências	29,2	27,5	31,8	94,2	114,2	15,8	0,1		-4,4
Venda de bens e serviços correntes	738,5	652,0	668,4	88,3	97,5	2,5	0,3		-7,2
Reposições não abatidas nos pagamentos	8,9	7,8	11,9	86,7	110,9	53,5	0,1		19,9
Outras receitas correntes	62,0	53,3	52,8	85,9	67,9	-0,8	0,0		25,6
Receita de capital	1.871,6	1.402,0	947,3	74,9	90,7	-32,4	-7,0		-44,2
Venda de Bens de Investimento	68,8	56,1	37,0	81,5	45,5	-34,1	-0,3		18,1
Transferências de Capital	1.512,4	1.332,2	882,6	88,1	93,8	-33,8	-6,9		-37,8
Lei das Finanças Locais	690,8	631,7	323,1	91,4	89,9	-48,8	-4,7		-48,0
Fundo de Equilíbrio Financeiro	690,8	631,7	323,1	91,4	89,9	-48,8	-4,7		-48,0
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	-	
Outros subsectores das AP	69,0	56,1	61,3	81,3	41,7	9,2	0,1		113,0
Resto do mundo	728,2	622,6	487,7	85,5	117,8	-21,7	-2,1		-43,2
Outras transferências	24,4	21,9	10,4	89,7	50,7	-52,3	-0,2		-15,5
Outras receitas de capital	290,4	13,8	27,8	4,7	125,3	101,5	0,2		-92,4
Receita Efetiva	7.444,9	6.537,5	6.089,4	87,8	86,7	-6,9	-6,9		-5,7
Despesa Corrente	4.801,5	4.254,6	4.597,7	88,6	94,3	8,1	5,8		1,5
Despesas com o pessoal	2.089,4	1.913,0	2.065,9	91,6	97,9	8,0	2,6		1,0
Remunerações Certas e Permanentes	1.618,4	1.492,5	1.564,9	92,2	97,2	4,9	1,2		-0,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	86,4	78,4	75,2	90,7	95,0	-4,0	-0,1		-8,4
Segurança social	384,6	342,2	425,8	89,0	101,2	24,4	1,4		9,4
Aquisição de bens e serviços	1.853,0	1.603,4	1.791,6	86,5	96,3	11,7	3,2		0,4
Juros e outros encargos	148,5	129,1	105,5	86,9	57,3	-18,3	-0,4		23,9
Transferências	467,6	393,2	440,8	84,1	97,2	12,1	0,8		-3,0
Subsectores das AP	201,1	180,2	196,9	89,6	83,3	9,3	0,3		17,6
Outras transferências	266,5	213,0	243,9	79,9	112,4	14,5	0,5		-18,6
Subsídios	149,2	133,6	102,3	89,5	59,0	-23,5	-0,5		16,3
Outras despesas correntes	93,8	82,2	91,7	87,7	98,1	11,5	0,2		-0,3
Despesa de Capital	1.894,6	1.628,5	1.675,7	86,0	82,3	2,9	0,8		7,5
Aquisição de bens de capital	1.555,6	1.344,3	1.404,9	86,4	77,8	4,5	1,0		16,1
Transferências	283,9	237,7	247,8	83,7	124,7	4,2	0,2		-30,0
Subsectores das AP	125,0	107,3	127,3	85,8	124,4	18,6	0,3		-18,2
Outras transferências	158,9	130,4	120,5	82,1	125,1	-7,6	-0,2		-39,3
Outras despesas de capital	55,1	46,5	22,9	84,3	69,2	-50,7	-0,4		-39,9
Despesa efetiva	6.696,2	5.883,1	6.273,4	87,9	90,8	6,6	6,6		3,2
Saldo global	748,7	654,4	-184,0						
Despesa primária	6.547,7	5.754,0	6.167,9	87,9	91,7	7,2	7,0		9,1
Saldo primário	897,2	783,5	-78,5						
Saldo corrente	771,7	880,9	544,4						
Saldo de capital	-23,0	-226,5	-728,4						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2,0	4,1	0,0						
das quais Receitas de:									
Alienação de partes de Capital	-0,1	-0,1	-10,3						
Outros Ativos	-18,5	-14,8	-4,9						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-670,3	-328,4	0,0						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	76,5	321,9	-184,0						
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	1,6%	1,6%	0,7%						

Notas:

Universo completo: 308 Municípios

2012

Os dados de 2012 correspondem à Conta de Gerência.

novembro: 308 Mun

2013

nov: 279 Mun; Em falta:

- Alijó - Alvaizere - Arruda dos Vinhos - Barcelos - Cadaval - Celorico da Beira - Condeixa-a-Nova - Cuba - Grândola - Marvão - Mira - Moimenta da Beira - Monforte - Montemor-o-Novo - Ourém - Paços de Ferreira - Penafiel - Ponta do Sol - Porto Santo - Redondo - Sardoal - Serpa - Tondela - Vila de Rei - Vila Franca do Campo - Vila Nova de Paiva - Vila Real de Santo António - Vila Verde - Vouzela



## 14 - Despesa com Ativos Financeiros

Período: janeiro a novembro

€ Milhões

	Execução dezembro	2º Orçamento Retificativo	Execução Mensal			Execução Acumulada	Grau de Execução (%)
	2012	2013	set-13	out-13	nov-13	2013	
<b>Empréstimos a curto prazo</b>	<b>14,8</b>	<b>18,0</b>	<b>0,0</b>	<b>11,9</b>	<b>0,0</b>	<b>23,9</b>	<b>132,5</b>
<b>Empréstimos a médio e longo prazo</b>	<b>4.734,6</b>	<b>9.835,5</b>	<b>371,9</b>	<b>370,6</b>	<b>499,1</b>	<b>3.586,5</b>	<b>36,5</b>
Fundo de Resolução	0,0	1.500,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas	18,2	9,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Entidades públicas reclassificadas	3.781,4	6.843,8	350,1	323,6	452,3	2.881,5	42,1
Administração pública regional da Madeira	770,1	500,0	0,0	6,7	34,5	252,3	50,5
Administração local do continente	104,1	601,6	9,0	29,0	0,7	311,7	51,8
Empréstimo quadro - BEI	24,2	300,1	8,0	0,0	10,0	89,1	29,7
Administração local das regiões autónomas	9,8	57,8	4,6	10,0	0,0	38,6	66,8
Famílias	0,0	5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Países terceiros	27,0	17,6	0,2	1,4	1,5	13,4	76,5
<b>Dotações de capital</b>	<b>1.589,7</b>	<b>1.613,3</b>	<b>0,0</b>	<b>401,5</b>	<b>85,6</b>	<b>889,3</b>	<b>55,1</b>
Mecanismo Europeu de Estabilidade	802,9	802,9	0,0	401,5	0,0	802,9	100,0
Holding Fundo Jessica e Fundo Salvaguarda do Património Cultural	21,0	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Simab, S.A.	11,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Caixa Geral de Depósitos	750,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresarialização dos hospitais	0,0	223,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Empresas públicas reclassificadas	0,0	583,0	0,0	0,0	83,9	83,9	14,4
Outras	4,8	0,8	0,0	0,0	1,7	2,5	0,0
<b>Iniciativa para o reforço da estabilidade financeira</b>	<b>5.400,0</b>	<b>7.500,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>1.100,0</b>	<b>14,7</b>
<b>Expropriações</b>	<b>1,7</b>	<b>4,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>	<b>1,6</b>	<b>39,1</b>
<b>Execução de garantias</b>	<b>64,4</b>	<b>92,2</b>	<b>1,0</b>	<b>3,5</b>	<b>4,8</b>	<b>22,3</b>	<b>24,2</b>
<b>Participações em organizações internacionais</b>	<b>4,9</b>	<b>44,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>3,8</b>	<b>43,8</b>	<b>99,7</b>
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>11.810,3</b>	<b>19.107,0</b>	<b>372,9</b>	<b>787,6</b>	<b>593,2</b>	<b>5.667,4</b>	<b>29,7</b>

Fonte: Ministério das Finanças

15 - Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Período: janeiro a novembro

	Execução dezembro	2º Orçamento Retificativo	Execução Acumulada		Grau de Execução (%)		Variação Homóloga Acumulada		VH implícita ao OE (%)
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	VH (%)	Contributo VH (p.p.)	
Receita corrente	10.107,1	8.309,1	8.643,2	7.504,2	85,5	90,3	-13,2	-13,1	-17,8
Receita fiscal	0,0	80,0	85,0	87,6	-	109,5	3,1	0,0	-
Impostos directos	0,0	80,0	85,0	87,6	-	109,5	3,1	0,0	-
Impostos indirectos	10.094,8	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	-100,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras receitas correntes	10.107,1	8.229,1	8.558,2	7.416,6	84,7	90,1	-13,3	-13,2	-18,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	9.698,8	7.873,6	8.347,2	7.116,5	86,1	90,4	-14,7	-14,2	-18,8
Receita de capital	44,2	16,1	26,5	4,2	60,0	26,1	-84,2	-0,3	-63,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Receita efectiva	10.151,3	8.325,2	8.669,7	7.508,4	85,4	90,2	-13,4		-18,0
Despesa corrente	8.222,4	8.275,1	7.301,6	7.438,5	88,8	89,9	1,9	1,9	0,6
Consumo público	8.165,2	8.221,1	7.264,2	7.413,3	89,0	90,2	2,1	2,0	0,7
Despesas com o pessoal	864,2	922,7	739,4	847,2	85,6	91,8	14,6	1,5	6,8
Remunerações Certas e Permanentes	606,8	-	515,8	589,7	85,0	-	14,3	1,0	-
Encargos sobre remunerações	135,5		122,1	111,0	90,1	-	-9,1	-0,2	-
Outras	121,9	-	101,5	146,5	83,3	-	44,3	0,6	-
Aquisição de bens e serviços	7.289,6	7.281,7	6.523,2	6.545,2	89,5	89,9	0,3	0,3	-0,1
Produtos vendidos em farmácias	1.224,2	1.101,4	1.127,5	1.102,6	92,1	100,1	-2,2	-0,3	-10,0
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	682,4	683,4	608,1	617,7	89,1	90,4	1,6	0,1	0,1
Parcerias público-privadas (PPP)	351,6	388,4	298,6	359,1	84,9	92,5	20,3	0,8	10,5
Responsabilidades com as entidades públicas empresariais	4.270,3	4.272,3	3.878,4	3.896,7	90,8	91,2	0,5	0,2	0,0
Outras aquisições de bens e serviços	761,1	836,2	610,6	569,1	80,2	68,1	-6,8	-0,6	9,9
Outras despesas correntes	11,4	16,7	1,6	20,9	14,0	125,1	1.206,3	0,3	46,5
Juros e outros encargos	6,6	1,0	5,1	0,8	77,3	80,0	-84,3	-0,1	-84,8
Transferências correntes	50,6	53,0	32,3	24,4	63,8	46,0	-24,5	-0,1	4,7
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Despesa de capital	71,3	50,1	51,3	16,6	71,9	33,1	-67,6	-0,5	-29,7
Investimentos	53,1	50,1	41,8	12,6	78,7	25,1	-69,9	-0,4	-5,6
Transferências de capital	18,2	0,0	9,5	4,0	52,2	-	-57,9	-0,1	-100,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	0,0	-
Despesa efectiva	8.293,7	8.325,2	7.352,9	7.455,1	88,7	89,5	1,4		0,4
Saldo global	1.857,6	0,0	1.316,8	53,3					

**Notas:**  
O saldo apresentado evidencia a perspetiva financeira , que é uma aproximação às contas nacionais: a receita inclui as transferências totais recebidas no ano, mas os custos são os do ano orçamental.  
Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

16 - Dívida não Financeira da Administração Pública

Período: janeiro a novembro

Passivo não financeiro das Administração Públicas - Stock em fim de período

															€ Milhões
Natureza da Dívida		2012	2013												variação mensal
		dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro		
AC	Aquisição de Bens e Serviços	177	213	254	274	288	285	292	303	273	291	279	296	17	
	Aquisição Bens de Capital	20	16	25	21	26	21	18	22	21	26	27	37	11	
	Transferências para AP	9	14	8	9	10	22	11	40	14	11	14	25	11	
	Transferências para fora das AP	96	109	119	130	130	134	118	141	123	122	131	124	-7	
	Outras	26	36	72	64	58	63	61	81	90	86	93	116	22	
Total da Administração Central		328	389	478	498	512	526	500	588	522	537	544	598	54	
AR	Aquisição de Bens e Serviços	410	451	435	468	466	426	450	443	410	449	406	402	-5	
	Aquisição Bens de Capital	1.058	1.062	1.062	1.064	1.064	1.063	1.064	830	521	249	208	205	-3	
	Transferências para AP	22	22	23	23	22	23	23	16	14	13	12	11	-1	
	Transferências para fora das AP	453	457	461	468	463	446	438	452	437	437	437	419	-18	
	Outras	553	555	559	557	574	577	591	599	591	600	601	602	1	
Total da Administração Regional		2.496	2.547	2.539	2.580	2.589	2.535	2.565	2.339	1.973	1.748	1.665	1.639	-26	
AL	Aquisição de Bens e Serviços	1.146	1.161	1.162	1.194	1.195	1.125	1.125	1.086	1.032	1.002	998	998	0	
	Aquisição Bens de Capital	801	793	757	743	738	686	678	644	625	613	610	588	-22	
	Transferências para AP	72	89	88	90	90	80	80	76	66	61	60	59	-2	
	Transferências para fora das AP	113	126	131	135	140	133	129	128	113	111	108	105	-3	
	Outras	457	495	525	534	542	540	525	505	485	480	478	467	-10	
Total da Administração Local		2.589	2.665	2.663	2.696	2.704	2.564	2.537	2.438	2.321	2.267	2.253	2.216	-37	
Total das Administrações Públicas		5.413	5.601	5.680	5.774	5.805	5.625	5.602	5.365	4.816	4.551	4.462	4.453	-9	

Notas:  
Dados revistos para os meses anteriores.  
Conceito de passivo não financeiro no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).  
Universo da Administração Central e Regional em Contas Nacionais, excluindo EPR.  
Fonte: Direção-Geral do Orçamento

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias) - Stock em fim de período

															€ Milhões
Subsector	2012	2013												variação mensal	
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro*			
Administrações Públicas	2.244	2.202	2.128	2.102	2.210	2.068	2.040	1.858	1.662	1.502	1.414	1.382	-32		
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	58	54	57	54	61	56	53	55	53	52	55	51	-3		
Subsector da Saúde	23	23	28	26	48	14	20	32	30	29	23	22	-1		
Empresas públicas reclassificadas	29	19	18	18	19	19	18	18	18	17	17	17	0		
Administração Local	1.274	1.244	1.159	1.132	1.084	990	950	904	846	791	767	753	-14		
Administração Regional	938	938	938	944	1.066	1.053	1.058	904	765	661	602	580	-22		
Outras Entidades	747	767	829	822	867	909	972	1.025	1.066	1.106	1.113	916	-197		
Empresas públicas não reclassificadas	33	40	45	49	50	51	56	74	82	90	91	91	0		
Hospitais EPE	714	727	784	773	817	858	917	951	984	1.016	1.022	825	-197		
Administrações Públicas e Outras Entidades - Total (a)	2.992	2.969	2.956	2.923	3.077	2.978	3.013	2.882	2.728	2.608	2.527	2.298	-229		

Notas:  
(\*) Provisório. No caso das empresas públicas não reclassificadas, e pelo fato da informação não estar disponível, considerou-se o stock do mês anterior.  
Conceito de pagamentos em atraso no âmbito da Lei de Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012).  
(a) Os valores de outubro e novembro de 2013 não refletem integralmente os pagamentos no âmbito do Programa Extraordinário de Regularização de Dívidas da Saúde (PERD).  
Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

17 - Indicadores Físicos e Financeiros do Sistema de Proteção Social da Função Pública

Pensionistas						Subscritores
	Número				Valor médio pago por pensionista (€)	Número
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		
2012						
janeiro	378.477	75.381	138.644	592.502	1.074,8	556.738
fevereiro	379.557	75.384	138.827	593.768	1.080,9	555.064
março	380.009	75.439	139.183	594.631	1.083,2	550.279
abril	380.486	75.467	139.319	595.272	1.078,8	548.983
maio	381.329	75.435	139.536	596.300	1.078,8	547.338
junho	382.265	75.476	139.869	597.610	1.080,4	545.729
julho	383.153	75.502	140.055	598.710	1.269,3	544.153
agosto	384.236	75.505	140.413	600.154	1.077,3	542.325
setembro	385.392	75.465	140.308	601.165	1.076,2	537.842
outubro	386.355	75.419	140.373	602.147	1.085,6	536.095
novembro	386.944	75.313	140.552	602.809	1.272,2	534.270
dezembro	387.210	75.236	140.821	603.267	1.084,5	531.814
2013						
janeiro	388.145	75.252	140.963	604.360	1.077,1	529.560
fevereiro	388.784	75.256	141.107	605.147	1.260,0	528.161
março	389.591	75.178	140.973	605.742	1.167,0	527.141
abril	390.630	75.166	141.087	606.883	1.175,7	525.479
maio	391.666	75.184	141.293	608.143	1.168,3	524.195
junho	392.161	75.379	141.509	609.049	1.168,9	522.518
julho	392.681	75.366	141.588	609.635	1.455,6	520.906
agosto	392.934	75.334	141.928	610.196	1.170,0	518.485
setembro	393.003	75.221	141.747	609.971	1.168,3	514.324
outubro	393.366	75.145	141.879	610.390	1.191,9	512.853
novembro	394.675	75.318	142.341	612.334	1.947,9	511.640,0

	VH do número de pensionistas (%)				VHA Valor médio pago por pensionista (€)	Subscritores
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		VHA do Número de subscritores (%)
2012						
janeiro	3,3	0,1	1,1	2,3	1,9	-4,6
fevereiro	3,3	0,2	1,2	2,4	1,6	-4,5
março	3,2	0,2	1,4	2,4	1,7	-5,0
abril	3,0	0,4	1,4	2,3	0,2	-4,9
maio	2,9	0,4	1,5	2,2	0,6	-4,9
junho	2,8	0,6	1,6	2,2	1,1	-4,8
julho	2,7	0,6	1,6	2,2	-39,1	-4,8
agosto	2,8	0,6	1,7	2,3	0,6	-4,8
setembro	2,9	0,6	1,7	2,3	-0,2	-4,9
outubro	3,0	0,5	1,8	2,4	0,2	-4,9
novembro	2,8	-0,1	1,6	2,2	-38,8	-4,9
dezembro	2,5	-0,2	1,6	1,9	-0,2	-4,9
2013						
janeiro	2,6	-0,2	1,7	2,0	0,2	-4,9
fevereiro	2,4	-0,2	1,6	1,9	16,6	-4,8
março	2,5	-0,3	1,3	1,9	7,7	-4,2
abril	2,7	-0,4	1,3	2,0	9,0	-4,3
maio	2,7	-0,3	1,3	2,0	8,3	-4,2
junho	2,6	-0,1	1,2	1,9	8,2	-4,3
julho	2,5	-0,2	1,1	1,8	14,7	-4,3
agosto	2,3	-0,2	1,1	1,7	8,6	-4,4
setembro	2,0	-0,3	1,0	1,5	8,6	-4,4
outubro	1,8	-0,4	1,1	1,4	9,8	-4,3
novembro	2,0	0,0	1,3	1,6	53,1	-4,2

Pensionistas de Aposentação/Reforma - Novos e Abatidos													
	Número					Despesa com pensões (€)					Pensão média nova Aposentação/Ref orma (€)	Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)	
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma			
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total				
2012													
	janeiro	1.471	170	513	2.154	912	2.253.347,4	179.900,6	249.524,4	2.682.772,4	916.372,7	1.482,8	486,4
	fevereiro	1.939	209	781	2.929	1.065	2.945.192,9	229.212,2	361.995,2	3.536.400,2	1.127.751,5	1.477,8	463,5
	março	1.335	244	917	2.496	1.072	1.800.757,8	270.853,7	458.403,6	2.530.015,1	1.000.274,4	1.312,0	499,9
	abril	1.515	271	913	2.699	1.281	1.784.019,2	320.223,3	410.277,0	2.514.519,5	1.232.238,2	1.178,2	449,4
	maio	1.724	157	787	2.668	1.070	1.822.949,9	168.669,1	376.886,5	2.368.505,5	1.044.103,3	1.058,8	478,9
	junho	1.732	222	872	2.826	977	1.733.424,7	266.897,4	419.051,9	2.419.373,9	942.522,9	1.023,7	480,6
	julho	1.581	182	617	2.380	849	1.800.225,2	184.002,3	274.219,5	2.258.447,0	858.439,1	1.125,5	444,4
	agosto	1.669	158	772	2.599	741	1.727.876,0	185.126,0	352.719,3	2.265.721,3	778.258,2	1.047,1	456,9
	setembro	1.866	170	644	2.680	920	2.272.099,3	175.025,2	302.947,6	2.750.072,1	888.055,3	1.201,9	470,4
	outubro	1.561	188	580	2.329	832	2.178.361,1	234.236,1	288.827,5	2.701.424,7	809.217,1	1.379,4	498,0
	novembro	1.234	61	671	1.966	812	1.909.576,9	72.721,8	305.056,7	2.287.355,4	848.710,8	1.530,7	454,6
	dezembro	983	92	718	1.793	886	1.287.264,2	95.656,2	338.357,3	1.721.277,7	931.999,8	1.286,4	471,2
2013													
	janeiro	1.613	179	623	2.415	841	2.400.812,1	227.341,9	301.045,0	2.929.199,0	866.112,1	1.466,6	483,2
	fevereiro	1.506	218	731	2.455	1.081	1.862.688,9	244.141,0	345.412,0	2.452.241,8	1.114.050,9	1.222,1	472,5
	março	1.681	142	660	2.483	1.094	1.953.254,1	165.596,9	320.609,0	2.439.459,9	1.038.005,6	1.162,3	485,8
	abril	1.900	177	671	2.748	1.050	2.059.097,8	198.424,5	356.233,7	2.613.756,0	1.024.683,2	1.086,9	530,9
	maio	1.861	216	735	2.812	1.023	1.969.417,5	246.357,1	355.275,9	2.571.050,4	1.030.219,4	1.066,8	483,4
	junho	1.365	384	741	2.490	1.059	1.662.954,3	419.758,0	355.587,6	2.438.299,9	1.067.108,7	1.190,8	479,9
	julho	1.213	164	517	1.894	870	1.340.995,4	188.130,6	252.965,3	1.782.091,2	901.571,9	1.110,5	489,3
	agosto	982	127	804	1.913	888	1.183.488,2	160.049,9	403.157,1	1.746.695,1	896.681,3	1.211,5	501,4
	setembro	917	109	593	1.619	1.070	1.135.377,4	139.130,3	308.089,8	1.582.597,5	1.129.850,4	1.242,2	519,5
	outubro	1.029	99	677	1.805	841	1.586.106,1	125.250,5	298.338,2	2.009.694,8	890.517,1	1.517,2	440,7
	novembro	2.024	357	927	3.308	899	3.234.310,3	451.766,2	474.381,7	4.160.458,1	973.584,3	1.548,1	511,7

	VH do número de pensionistas (%)					VHA da Despesa com pensões (€)					VHA Pensão média nova Aposentação/Ref orma (€)	VHA Pensão média nova Sobrevivência e Outras (€)
	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma	Novos				Abonos abatidos de Aposentação /Reforma		
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total de Pensionistas		Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Total			
2013												
janeiro	9,7	5,3	21,4	12,1	-7,8	6,5	26,4	20,6	9,2	-5,5	-1,1	-0,7
fevereiro	-22,3	4,3	-6,4	-16,2	1,5	-36,8	6,5	-4,6	-30,7	-1,2	-17,3	1,9
março	25,9	-41,8	-28,0	-0,5	2,1	8,5	-38,9	-30,1	-3,6	3,8	-11,4	-2,8
abril	25,4	-34,7	-26,5	1,8	-18,0	15,4	-38,0	-13,2	3,9	-16,8	-7,7	18,1
maio	7,9	37,6	-6,6	5,4	-4,4	8,0	46,1	-5,7	8,6	-1,3	0,8	0,9
junho	-21,2	73,0	-15,0	-11,9	8,4	-4,1	57,3	-15,1	0,8	13,2	16,3	-0,1
julho	-23,3	-9,9	-16,2	-20,4	2,5	-25,5	2,2	-7,8	-21,1	5,0	-1,3	10,1
agosto	-41,2	-19,6	4,1	-26,4	19,8	-31,5	-13,5	14,3	-22,9	15,2	15,7	9,7
setembro	-50,9	-35,9	-7,9	-39,6	16,3	-50,0	-20,5	1,7	-42,5	27,2	3,4	10,4
outubro	-34,1	-47,3	16,7	-22,5	1,1	-27,2	-46,5	3,3	-25,6	10,0	10,0	-11,5
novembro	64,0	485,2	38,2	68,3	10,7	69,4	521,2	55,5	81,9	14,7	1,1	12,6

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

18 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

	2012	2013 - mensal e acumulado												
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado
Receita corrente	3.982,8	55,1	308,7	36,3	54,2	395,6	101,2	98,2	263,7	36,0	36,0	71,9		1.456,8
Impostos diretos	258,4													
Impostos indiretos														
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE														
Transferências Correntes	3.724,4	55,1	308,7	36,3	54,2	36,3	36,2	36,2	36,1	36,0	36,0	71,9		742,9
Administrações Públicas	3.724,4	55,1	36,7	36,3	54,2	36,3	36,2	36,2	36,1	36,0	36,0	71,9		470,9
Outras			272,0											272,0
Outras receitas correntes						359,3	65,0	62,0	227,6					714,0
Receita de capital	4.676,5	20,0					48,1			400,0	47,4			515,5
Venda de bens de investimento											47,4			47,4
Transferências de Capital	3.604,5						48,1							48,1
Administrações Públicas	344,5													
Outras	3.260,0						48,1							48,1
Outras receitas de capital	1.072,0	20,0								400,0				420,0
Receita efetiva	8.659,4	75,1	308,7	36,3	54,2	395,6	149,3	98,2	263,7	436,0	83,4	71,9		1.972,3
Despesa corrente	1.500,0	336,0	-336,0	126,9	-126,9				85,2		227,3	84,6		397,1
Despesas com o pessoal														
Aquisição de bens e serviços	1.500,0								10,5		227,3	84,6		322,4
Juros e outros encargos														
Transferências Correntes		336,0	-336,0	126,9	-126,9				74,7					74,7
Administrações Públicas														
Outras		336,0	-336,0	126,9	-126,9				74,7					74,7
Subsídios														
Outras despesas correntes														
Despesa de capital	376,5													
Investimento	286,0													
Transferências de capital	90,5													
Administrações Públicas														
Outras	90,5													
Outras despesas de capital														
Despesa efetiva	1.876,5	336,0	-336,0	126,9	-126,9	0,0	0,0	0,0	85,2	0,0	227,3	84,6	0,0	397,1
Impacto no Saldo global	6.782,9	-260,9	644,7	-90,6	181,1	395,6	149,3	98,2	178,5	436,0	-143,9	-12,8	0,0	1.575,2
Por memória:														
Saldo corrente	2.482,8	-280,9	644,7	-90,6	181,1	395,6	101,2	98,2	178,5	36,0	-191,3	-12,8	0,0	1.059,7
Saldo de capital	4.300,1	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	48,1	0,0	0,0	400,0	47,4	0,0	0,0	515,5
Saldo primário	6.782,9	-260,9	644,7	-90,6	181,1	395,6	149,3	98,2	178,5	436,0	-143,9	-12,8	0,0	1.575,2
Despesa primária	1.876,5	336,0	-336,0	126,9	-126,9	0,0	0,0	0,0	85,2	0,0	227,3	84,6	0,0	397,1

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Central e Segurança Social

		2012	2013 - mensal e acumulado												
			jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado
Subtotal dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA)		1.769,4						48,1		-10,5		-227,3	-84,6		-274,3
Fundo de Pensões da PT integrados na CGA	Receita	476,2													
Transferência do OE - regularização dívidas SNS	Receita	1.932,0													
Transferência do OE - cobertura défice SNS	Receita	200,0													
Reforço da Transferência do OE para CGA	Receita	220,0													
Transferência do Fundo de Pensões do BPN para a CGA	Receita	96,8													
Transferência do Fundo de Pensões do IFAP para a CGA	Receita							48,1							48,1
Transferência para a RTP	Receita	344,5													
Regularização dívidas pelo SNS	Despesa	1.500,0								10,5	0,0	227,3	84,6		322,4
Subtotal dos Serviços Integrados (SI)		3.641,0	-316,0	336,0	-126,9	126,9	359,3	65,0	62,0	152,9	400,0	47,4			1.106,7
Receita dos Fundos de Pensões do regime substitutivo bancário	Receita	2.687,1													
Regime Excepcional de Regularização Tributária - RERT III	Receita	258,4													
Concessão serv. aeroportuário apoio aviação civil	Receita	800,0									400,0				400,0
Sobretaxa extraordinária de IRS	Receita	0,0													
Leilão no âmbito da 4ª Geração de comunicações móveis	Receita	272,0	20,0												20,0
Alienação de aeronaves à República da Roménia	Receita											47,4			47,4
Compra de terrenos do Aeroporto de Lisboa à CML	Despesa	286,0													
Regularização de responsabilidades financeiras - Concessionárias	Despesa	90,5													
Pagamentos antecipados contribuição financeira U.E.	Despesa		336,0	-336,0	126,9	-126,9									
Contribuição sobre o setor bancário	Receita							65,0	62,0						127,1
Dividendos Banco de Portugal	Receita						359,3								359,3
Juros CoCo bonds	Receita									227,6					227,6
Transferência relativa ao programa de assistência financeira à Grécia	Despesa									74,7					74,7
Subtotal da Segurança Social (SS)		1.372,4	55,1	308,7	36,3	54,2	36,3	36,2	36,2	36,1	36,0	36,0	71,9		742,9
Transf. extraordinária do OE para Seg. Social	Receita	856,6													
Transferência Fundo Social Europeu	Receita			272,0											272,0
Transferência Pensões regime substitutivo bancário	Receita	515,8	55,1	36,7	36,3	54,2	36,3	36,2	36,2	36,1	36,0	36,0	71,9		470,9
Total Receita (não consolidado)		8.659,4	75,1	308,7	36,3	54,2	395,6	149,3	98,2	263,7	436,0	83,4	71,9		1.972,3
Total Despesa (não consolidado)		1.876,5	336,0	-336,0	126,9	-126,9	0,0	0,0	0,0	85,2	0,0	227,3	84,6	0,0	397,1

Fonte: Ministério das Finanças

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Central e Segurança Social

Aumentos excecionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito positivo no saldo;

Aumentos excecionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela fórmula de apuramento do saldo.



19 - Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional



	2012	2013 - mensal e acumulado												
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado
Receita corrente														
Impostos diretos														
Impostos indiretos														
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE														
Transferências Correntes														
Administrações Públicas														
Outras														
Outras receitas correntes														
Receita de capital	271,4									80,0				80,0
Venda de bens de investimento														
Transferências de Capital														
Administrações Públicas														
Outras														
Outras receitas de capital	271,4									80,0				80,0
Receita efetiva	271,4									80,0				80,0
Despesa corrente	13,3	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	38,6	17,1	32,0	29,0	14,7		403,1
Despesas com o pessoal														
Aquisição de bens e serviços	13,3	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	38,6	17,1	32,0	29,0	14,7		403,1
Juros e outros encargos														
Transferências Correntes														
Administrações Públicas														
Outras														
Subsídios														
Outras despesas correntes														
Despesa de capital	46,8							183,7	285,2	336,5	59,4	6,8		871,5
Investimento	46,8							183,7	285,2	336,5	59,4	6,8		871,5
Transferências de capital														
Administrações Públicas														
Outras														
Outras despesas de capital														
Despesa efetiva	60,2	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	222,3	302,3	368,5	88,4	21,5	0,0	1.274,7
Impacto no Saldo global	211,3	-3,6	-86,5	-42,3	-60,1	-65,0	-14,2	-222,3	-302,3	-288,5	-88,4	-21,5	0,0	-1.194,7
Por memória:														
Saldo corrente	-13,3	-3,6	-86,5	-42,3	-60,1	-65,0	-14,2	-38,6	-17,1	-32,0	-29,0	-14,7	0,0	-403,1
Saldo de capital	224,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-183,7	-285,2	-256,5	-59,4	-6,8	0,0	-791,5
Saldo primário	211,3	-3,6	-86,5	-42,3	-60,1	-65,0	-14,2	-222,3	-302,3	-288,5	-88,4	-21,5	0,0	-1.194,7
Despesa primária	60,2	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	222,3	302,3	368,5	88,4	21,5	0,0	1.274,7

Fonte: Ministério das Finanças

Efeitos temporários/especiais na conta da Administração Local e Regional

		2012	2013 - mensal e acumulado												
		jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acumulado	
Subtotal da Administração Local		258,1	-3,6	-86,5	-42,3	-60,1	-65,0	-14,2	-38,6	-17,1	-32,0	-29,0	-14,7		-403,1
Compra de terrenos do Aeroporto de Lisboa à CML	Receita	271,4													
Regularização dívidas - PAEL (a)	Despesa	13,3	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	38,6	17,1	32,0	29,0	14,7		403,1
Subtotal da Administração Regional		-46,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-183,7	-285,2	-256,5	-59,4	-6,8	0,0	-791,5
Regularização dívida comercial com empréstimo PAEF-RAM (a)	Despesa	46,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	13,6	5,6		20,1
Regularização dívida comercial com empréstimo 1.100 M€	Despesa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	182,7	285,2	336,5	45,8	1,2		851,4
Concessão ANAM	Receita	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,0	0,0	0,0	0,0	80,0
Total Receita (não consolidado)		271,4									80,0				80,0
Total Despesa (não consolidado)		60,2	3,6	86,5	42,3	60,1	65,0	14,2	222,3	302,3	368,5	88,4	21,5	0,0	1.274,7

Fonte: Ministério das Finanças

Nota: O sinal evidencia o efeito que cada facto teve na receita ou na despesa, no âmbito da Conta da Administração Local e Regional

Aumentos excecionais de Receita são evidenciados com sinal positivo (+) e têm efeito positivo no saldo;

Aumentos excecionais de Despesa, são evidenciados com sinal positivo (+) - têm efeito negativo no saldo pela formula de apuramento do saldo.

(a) Na ausência de informação dos pagamentos no âmbito do PAEL e do PAEF-RAM por rubrica de despesa, afetou-se esta despesa a aquisição de bens e serviços no primeiro caso e a aquisição de bens de capital no segundo.

A desagregação por tipo de despesa será atualizada assim que esta informação estiver disponível.

**A**

**Ativos financeiros (receita)** – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

**Ativos financeiros (despesa)** – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

**Administrações Públicas** – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

**B**

**Bens e serviços correntes** – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

**C**

**Cativação (ou congelamento)** - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou outro ato legal específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

**Contabilidade Pública (ótica da)** - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

**Consolidação/Consolidado** - Agregados de receita e/ou despesa finais, abatidos de fluxos monetário intermédios efetuados entre as entidades do universo em análise. Caso a informação respeite à Ótica da Contabilidade Pública são excluídos apenas os fluxos relativos a transferências.

**Contributo VH pp.** - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

**D**

**Despesa corrente primária** - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa efetiva** - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.  
A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

**Restantes subsectores** - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

**Despesa primária** - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

**Despesa com pessoal** – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

**Dotação corrigida** – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

**E**

**Estado – (em sentido estrito)** Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

**EPR - Entidade Pública Reclassificada** - Entidade que na sua génese jurídica constitui uma entidade do setor público empresarial mas que, por força da lei de enquadramento orçamental e dos critérios definidos no SEC - Sistema Europeu de Contas nacionais -, são objeto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas. A listagem das EPR é divulgada pelo INE no contexto do Sistema de Contas Nacionais/Procedimento dos Défices Excessivos.

**Execução orçamental** – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.



**F**

**Financiamento Nacional** – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsetores e dívida (exclui as receitas provenientes de fundos comunitários).

**Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)** - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

**Fundo Social Europeu (FSE)** – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

**G**

**Grau de execução** – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento aprovado ou retificativo

**I**

**Impostos diretos** – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

**Impostos indiretos** – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

**O**

**Outra despesa corrente** – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

**P**

**Padrão de segurança da despesa** - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

**Passivos financeiros (receita)** - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

**Passivos financeiros (despesa)** - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

**PAEF - Programa de Ajustamento Económico e Financeiro**

**Limites PAEF** - O saldo das administrações públicas em contabilidade pública, ajustado de acordo com os **critérios PAEF**, definido em sede de Orçamento do Estado aprovado, constitui o limite anual a considerar em termos orçamentais. Este limite anual é transposto para limites intercalares trimestrais.

**Critérios PAEF** - O Memorando Técnico de Entendimento (ou TMOU - Technical Memorandum of Understanding), estabelecido no âmbito do programa, define os critérios segundo os quais são apurados os agregados de contas públicas para efeitos de avaliação de cumprimento do Programa. Neste âmbito, a receita, a despesa e o saldo das administrações públicas (AP), em contabilidade pública, são objeto de correção expurgando o efeito de determinadas operações identificadas na Conta Consolidada da Administração Central e no quadro relativo ao saldo das AP - exemplo: Fundos de Pensões integrados no Estado ou na CGA.

**Programa orçamental** – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas.

**Q**

**Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)** - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Glossário

R

**Receita consignada** – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

**Receita efetiva** - Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.  
A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

**Estado** - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

**Restantes subsectores** - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

**Receita própria** – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

**Receitas correntes** - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

**Receitas fiscais** – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

**Remunerações certas e permanentes** – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

**Reposições não abatidas nos pagamentos** – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (*vide* Classificador Económico).

**Rubrica de classificação económica** – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

S

**Saldo Corrente** - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

**Saldo Capital** - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

**Saldo global** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

**Saldo Primário** - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

**Saldo orçamental** – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

**Serviços e Fundos Autónomos (SFA)** - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excecional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.  
(*vide* artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

**Subsídios** – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (*vide* Classificador Económico).

T

**Transferências correntes** – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (*vide* Classificador Económico).

**Transferências de capital** – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (*vide* Classificador Económico).

V

**VH - Taxa de variação homóloga** - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.